



ESTADO DA BAHIA

MUNICÍPIO DE AMÉRICA DOURADA

Avenida Romão Gramacho, 77 - Centro - CEP 44.910-000 Tel.: (74) 3692-2000 CNPJ: 13.891.536/0001-96

PROJETO DE LEI Nº 048, de 10 de junho de 2015

Aprova o Plano Municipal de Educação – PME do Município de América Dourada, em consonância com a Lei nº 13.005/2014 que trata do Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE AMÉRICA DOURADA, Estado da Bahia, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprova e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art.1º É aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com duração de 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal.

Art. 2º São diretrizes do PME:

- I – erradicação do analfabetismo;
- II – universalização do atendimento escolar;
- III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV – melhoria da qualidade do ensino;
- V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII – promoção humanística, científica, cultura e tecnológica do País;
- VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto – PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação; e
- X - promoção dos princípios de respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.



ESTADO DA BAHIA

MUNICÍPIO DE AMÉRICA DOURADA

Avenida Romão Gramacho, 77 - Centro - CEP 44.910-000 Tel.: (74) 3692-2000 CNPJ: 13.891.536/0001-96

Art. 3º As metas previstas no Anexo desta Lei deverão ser cumpridas no prazo da vigência do PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município deverão ser formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 5º O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB será utilizado para avaliar a qualidade do ensino a partir dos dados de rendimento escolar apurados pelo censo da educação básica, combinados com os dados relativos ao desempenho dos estudantes apurados na avaliação nacional do rendimento escolar ou outro índice que venha sucedê-lo.

Parágrafo Único - Estudos desenvolvidos e aprovados pelo MEC na construção de novos indicadores, a exemplo dos que se reportam à qualidade relativa ao corpo docente e à infraestrutura da educação básica, poderão ser incorporados ao sistema da avaliação deste plano.

Art. 6º O Município, em articulação e integração com o Estado, a União e a sociedade civil e política, procederá à avaliação periódica de implementação do Plano Municipal de Educação de América Dourada e sua respectiva consonância com os planos Estadual e Nacional.

§ 1º O Poder Legislativo, com a participação da sociedade civil e política, organizada e por intermédio da Comissão de Educação da Câmara de Vereadores e Conselho Municipal de Educação, acompanharão a execução do Plano Municipal de Educação.

§ 2º A primeira avaliação do PME realizar-se-á durante o segundo ano de vigência desta Lei, cabendo à Câmara de Vereadores aprovar as medidas legais decorrentes, com vistas às correções de eventuais deficiências e distorções.

§ 3º O Conselho Municipal:

I – Acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas

II – Promoverá a conferência municipal de educação



ESTADO DA BAHIA

MUNICÍPIO DE AMÉRICA DOURADA

Avenida Romão Gramacho, 77 - Centro - CEP 44.910-000 Tel.: (74) 3692-2000 CNPJ: 13.891.536/0001-96

§ 4º A conferência municipal de educação realizar-se-á com intervalo de até 4 anos entre elas, com intenção fornecer elementos para o PNE e também refletir sobre o processo de execução do PME.

Art. 7º Caberá ao gestor municipal a adoção das medidas governamentais necessárias para o alcance das metas previstas no PME.

Parágrafo único. As estratégias definidas no anexo desta lei não eliminam a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumento jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados.

Art. 8º O Município elaborou o seu PME em consonância com as diretrizes, metas e estratégias, previstas no PNE, Lei nº 13.005/2014.

§ 1º O Município demarcou em seu PME estratégias que:

I - Asseguram articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais e culturais;

II- Consideram as necessidades específicas da população do campo e das comunidades quilombolas, assegurando a equidade educacional e a diversidade cultural;

III- Garantem o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurando o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades;

IV- Promovem a articulação intersetorial na implementação das políticas educacionais.

Art. 9º A partir da Lei aprovada do PME, o Município deve aprovar a lei específica para instituir o seu sistema de ensino, disciplinando a gestão democrática pública no prazo de 2 anos, contando da publicação dessa lei.

Art. 10 Os Poderes do Município deverão empenhar-se em divulgar o Plano aprovado por esta Lei, bem como na progressiva realização de suas metas e estratégias, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.



ESTADO DA BAHIA

MUNICÍPIO DE AMÉRICA DOURADA

Avenida Romão Gramacho, 77 - Centro - CEP 44.910-000 Tel.: (74) 3692-2000 CNPJ: 13.891.536/0001-96

Art. 11 Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o poder executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízos das prerrogativas desse poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 Revogam-se as disposições em contrário.

América Dourada, 10 de junho de 2015.

JOELSON CARDOSO DO ROSÁRIO
Prefeito Municipal



ESTADO DA BAHIA

MUNICÍPIO DE AMÉRICA DOURADA

Avenida Romão Gramacho, 77 - Centro - CEP 44.910-000 Tel.: (74) 3692-2000 CNPJ: 13.891.536/0001-96

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE AMÉRICA DOURADA – 2015/2025

AMÉRICA DOURADA

2015



PREFEITO

Joelson Cardoso do Rosário

VICE PREFEITO

Ricardo Oliveira Dourado

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Pedro Oliveira de Melo

TÉCNICOS DO PROAM

Nelcina Oliveira

Márcia Corrêa

Moacir Borges

GRUPO COLABORATIVO DO PME DE AMÉRICA DOURADA

Ana Maria Almeida da Silva - Representante de Professor

Eliana Lopes da Silva Medeiros Cruz – Secretária Municipal de Educação

Fatiane Rosa Silva – Representante do Sindicato dos Professores

José Nilton Duarte – Representante do Legislativo

M^a do Socorro da Silva Camacan Souza – Rep. do Conselho Municipal de Educação

Mônica Barbosa da Silva Santos – Representante do Conselho Escolar

Nancy da Rocha Cardoso – Representante da Secretaria Municipal de Educação

Valmir José Aurelino – Diretor de Escola da Rede Pública

Verônica Gomes Araújo Oliveira – Rep. da Secretaria Municipal de Educação

Comissões Representativas:

Acácia Barbosa dos Santos Souza – Coordenadora Pedagógica

Carlos André Santos Oliveira – Pai de Aluno de Escola da Rede Pública

Carlos Ivan Honorato Pereira – Coordenador de Esporte



Cristiano Oliveira Dourado – Secretário de Governo
Dionísio da Sena Batista – Representante da Comunidade Quilombola
Ducenal Neri de Barros – Professor da Rede Pública Municipal
Edisônia Bispo - Representante de Comunidade Quilombola
Elenilva Queiroz de Lima – Professora de Escola da Rede Pública Municipal
Elivânia Souza Costa – Coordenadora Pedagógica da EJA
Enêda Pires Dourado - Coordenadora Pedagógica
Fábia do Espírito Santo -Coordenadora Pedagógica
Fatiane Rosa dos Santos – Representante do Sindicato dos Professores
Flávia Marques Camacam – Supervisora Técnica de Educação Infantil
Francineide Barros de Souza - Coordenadora Pedagógica
Gildete Firmino da Silva - Professora de Escola da Rede Pública
Gilma Maria de Moraes Dantas – Professora de Escola da Rede Pública
Gilma Santana - Representante da Comunidade Quilombola
Gleide Márcia da Silva Santos - Professora de Escola da Rede Pública
Graciana da Silva Camacam Santos - Professora de Escola da Rede Pública
Wener Pires Moreira – Representante do CMDCA
Ivailton Pereira da Silva -Coordenador Pedagógico
Ivanildo Firmino da Silva – Representante de Associação Comunitária
João Batista dos Santos – Diretor de Escolas Distritais
Jordana Barbosa Barros – Diretora de Escola da Rede Pública
José Nilton Duarte – Rep. da Comissão da Educ. na Câmara de Vereadores
José Plínio Cardoso da Silva - Professora de Escola da Rede Pública
Kimura Dourado Yoshida – Comissão da Educ. na Câmara de Vereadores
Laudeni Alves Vasconcelos Nunes -Professora de Escola da Rede Pública
Marco Antônio da Silva- Diretora de Escola da Rede Pública
Maria Santos Caitano-Professora de Escola da Rede Pública
Marilene Vasconcelos Amador -Coordenadora Pedagógica
Marília Souza Santos -Professora de Escola da Rede Pública
Marleide Davi da Silva - Professora de Escola da Rede Pública
Neurilde da Silva Neves- Professora de Escola da Rede Pública
Regilene Francisca da Silva Santos – Coordenadora Pedagógica



Renijasson Dias dos Santos – Representante do Sindicato dos Professores
Sidney Alves dos Santos – Professor do Ensino Médio
Silvânia Oliveira das Neves – Diretora de Escolas Distritais
Valdelice Máximo da Silva Barros - Diretora de Escola da Rede Pública
Vânia Macedo - Coordenadora Pedagógica
Zenilde Barbosa dos Santos Oliveira - Professora de Escola da Rede Pública
Ziziane Oliveira de Macêdo - Coordenadora Pedagógica

Equipe da Secretaria Municipal de Educação

George Alves de Souza
Jussara Fernandes Brito
Margarida Marques Dourado Galvão
Maria Aparecida Gomes Dourado
Pedro Oliveira de Melo
Romerito Rodrigues Duarte
Rui Oliveira Matos

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Sede do Município de América Dourado.....	12
Figura 02 – América Dourada 1924.....	15
Figura 03 –Vicente Paulo Dourado - historiador.....	16
Figura 04 – América Dourada – Vista aérea.....	17
Figura 05 –Rio Jacaré ou Vereda Romão Gramacho.....	18
Figura 06 –Manifestação Cultural – Praça Pública.....	24
Figura 07 – Trança Fita na Festa de São Pedro.....	26
Figura 08 - Filarmônica Tio Paulinho.....	26
Figura 09 – Tambor utilizado no Bumba.....	27
Figura 10 – Arraial de São Sebastião, hoje cidade de Caturama	27
Figura 11 – Primeira imagem de São Sebastião.....	28
Figura 12 – Igreja deSão Sebastião de América Dourada	28



Figura 13 – Procissão da Festa de São Sebastião	28
Figura 14 – Confraternização dos festejos da festa de São Sebastião.....	28
Figura 15 – Seu Aurino “Viva o dia 18 meus fi”.....	30
Figura 16 – Zé de Abílio.....	30
Figura 17 – Nova Geração na festa do Bumba.....	31
Figura 18 – Participação dos noiteiros no novenário do dia 18.....	31
Figura 19 – O Bumba nas ruas.....	32

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. População do Município de América Dourada.....	20
Tabela 02. Informações sobre o Município de América Dourada.....	21
Tabela 03. Estabelecimentos de saúde por tipo e localização.....	22
Tabela 04. Dados sobre Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).....	22
Tabela 05. Desenvolvimento Humano, períodos 1991, 2000 e 2010.....	23
Tabela 06. Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Estadual.....	38
Tabela 07. Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Municipal.....	39
Tabela 08. Número dos estabelecimentos escolares de Educação Básica do município de América Dourada, por dependência administrativa e etapas da Educação Básica.....	39
Tabela 09. Funções docentes por Etapas e Modalidades da Educação Básica – Rede Municipal.....	50
Tabela 10. Número de professores e coordenadores da rede Municipal, Estadual e Particular em 2014.....	53
Tabela 11. Profissionais em educação, por nível de escolaridade na Rede Municipal em 2013.....	54
Tabela 12. Profissionais em educação, por situação funcional na Rede Municipal em 2013.....	55
Tabela 13. Evolução da matrícula da Educação Infantil no município América Dourada, por dependência administrativa e localização, período 2010 a 2013.....	57



Tabela 14. Frequência por ano de nascimento, segundo o Município Residente.....	58
Tabela 15. Taxa de escolarização da Educação Infantil do município (2012).....	60
Tabela 16. Taxa de escolarização da Educação Infantil do Município de América Dourada, por localização (2012).....	61
Tabela 17. Evolução das matrículas do Ensino Fundamental no Município de América Dourada, por dependência administrativa e localização (2010/2013).....	65
Tabela 18. Taxa de Escolarização Líquida da população de 7 a 17 anos.....	65
Tabela 19. Nível Educacional da População de 06 a 14 anos, 1991, 2000 e 2010.....	66
Tabela 20. Matrícula do Ensino Fundamental do Município América Dourada, por idade série, Rede Municipal (2014).....	66
Tabela 21. Taxas de Rendimento – Rede Estadual.....	68
Tabela 22. Taxas de Rendimento - Rede Municipal.....	69
Tabela 23. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) no Ensino Fundamental 2005/2011 Médio no Município de América Dourada, por dependência administrativa e localização 2011/2013.....	72
Tabela 24. Matrícula Inicial do Ensino.....	74
Tabela 25. Taxas de Rendimento do Ensino Médio - Rede Municipal/ Rede Estadual...	74
Tabela 26. Desempenho Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2009.....	75
Tabela 27. Matrícula Inicial na Educação de Jovens e Adultos no município de América Dourada, por dependência administrativa e localização (2011/2013).....	81
Tabela 28. Nível Educacional da População jovem, 1991, 2000 e 2010.....	82
Tabela 29. Nível Educacional da População Adulta com mais de 25 anos 1991, 2000 e 2010.....	83
Tabela 30. Número de Escolas Rurais em Áreas Específicas - Redes Estadual e Municipal.....	87
Tabela 31. Matrículas da Educação Especial no Município América Dourada em 2013.	90
Tabela 32. Outras receitas com o setor educacional do município de América Dourada, administradas pela prefeitura (2010/2013).....	99
Tabela 33. Recursos aplicados em educação pelo governo municipal de América Dourada, por nível ou modalidade de ensino (2010/2013).....	100
Tabela 34. Despesas com educação do município América Dourada por categoria e elemento de despesa (2010/2013).....	100



Tabela 35. Receita e aplicação dos recursos recebidos do FUNDEB no Município de América Dourada em (2010/2013).....	105
Tabela 36. Aplicação no Ensino Fundamental – Exercício 2013 (Em R\$).....	102
Tabela 37. Recursos da Educação no PPA (2010/2013).....	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Escola Básica.
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização.
ONU	Organização das Nações Unidas.
PAR	Plano de Ações Articuladas.
PME	Plano Municipal de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROAM	Programa de Apoio à Educação Municipal
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SUPROF	Superintendência de Educação Profissional
APLB	Associação dos Professores da Bahia
SME	Secretaria Municipal de Educação
CME	Conselho Municipal de Educação



ESTADO DA BAHIA

MUNICÍPIO DE AMÉRICA DOURADA

Avenida Romão Gramacho, 77 - Centro - CEP 44.910-000 Tel.: (74) 3692-2000 CNPJ: 13.891.536/0001-96

7

SUMÁRIO



1	INTRODUÇÃO	10
2	ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO E DA EDUCAÇÃO	12
2.1	ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO	12
2.1.1	Caracterização do Município	12
2.1.1.1	Aspectos Históricos	12
2.1.1.2	Aspectos Geográficos	17
2.1.1.3	Aspectos Demográficos	20
2.1.1.4	Aspectos Socioeconômicos	22
2.1.1.5	Aspectos Culturais	24
2.2	ANÁLISE SITUACIONAL DA EDUCAÇÃO	33
2.2.1	Gestão da Educação	34
2.2.1.1	Aspectos Pedagógicos	42
2.2.1.2	Gestão das Unidades Escolares	44
2.2.1.3	Estrutura da Educação Municipal	45
2.3	VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	46
2.4	ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	56
2.4.1	Educação Infantil	56
2.4.2	Ensino Fundamental	61
2.4.3	Ensino Médio	73
2.5	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	77
2.6	EDUCAÇÃO SUPERIOR	79
2.6.1	Ensino Superior	79
2.7	MODALIDADES DE ENSINO	80
2.7.1	Educação de Jovens e Adultos (EJA)	80
2.7.2	Educação do Campo	85
2.7.3	Educação Especial	88
2.7.4	Educação Quilombola	91
2.8	TRANSVERSALIDADE	92
2.8.1	Educação Étnico-racial	92
2.8.2	Educação, Relações de Gênero e Diversidade Sexual	93
2.8.3	Educação Ambiental	96



2.9	RECURSOS FINANCEIROS PARA A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO	98
3	DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME	104
3.1	DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS	104
3.1.1	Diretrizes	106
3.1.2	Metas e estratégias	106
4	MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE PARA ELABORAÇÃO DO PME	122
5	ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME	123
	REFERÊNCIAS	125



1. INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Educação de América Dourada tem suas origens a partir da edição do Plano Nacional de Educação, Lei Federal nº 13.005/2014. Este determina que cada município construa seu Plano Municipal a partir dos pressupostos, diretrizes e metas do Plano Nacional da Educação (PNE), constituindo-se no cumprimento da lei, mas também, numa grande demanda do município.

Este PME é apresentado como proposta de ação da Educação no Município de América Dourada (2015-2025).

Sua elaboração é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, tendo seu processo de construção iniciado em março de 2015. É relevante ressaltar que o Plano Municipal de Educação de América Dourada tem como objetivos principais:

- Direcionar as ações para o decênio (2015 a 2025);
- Elevação do nível de escolaridade da população;
- A melhoria da qualidade de ensino em todos os níveis;
- O acesso, a permanência e sucesso escolar do aluno;
- A democratização da gestão do ensino público.

Sendo assim, para a melhoria da qualidade em educação, é necessário que a concepção de planejamento e sua implementação considerem a articulação de ações entre a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, para definição de diretrizes, metas e objetivos estratégicos, em sintonia com as demandas apresentadas pelos respectivos sistemas de ensino.

[...] a ação sistematizada é aquela que busca intencionalmente realizar determinadas finalidades. É, pois, uma ação planejada. Sistema de ensino significa, assim, uma ordenação articulada dos vários elementos necessários à consecução dos objetivos educacionais preconizados para a população à



qual se destina. Supõe, portanto, planejamento. [] as exigências de intencionalidade e coerência implicam que o sistema se organize e opere segundo um plano [...].(SAVIANI, 2010, p 388)

Entretanto, quando se trata de traduzir essa qualidade em ações do planejamento das políticas públicas em educação, nem sempre o conjunto de ações definidas pelos governos manifesta claramente as expectativas em relação à qualidade da educação. Fato que coloca em risco o sentido de uma educação numa perspectiva que garanta uma formação integral, significativa de dimensão humana.

Podemos dizer que a formulação do Plano Nacional de Educação se põe como uma exigência para que o Sistema Nacional de Educação mantenha permanentemente suas características próprias. Com efeito, é preciso atuar de modo sistematizado no sistema educacional; caso contrário, ele tenderá a distanciar-se dos objetivos humanos, caracterizando-se especificamente como estrutura resultado coletivo intencional de práxis intencionais individuais.(SAVIANI, 2010, p 388).

É consenso, nas discussões sobre planejamento educacional no Brasil, a necessidade do desenvolvimento produtivo na área da educação e, conseqüentemente, o avanço na qualidade de ensino. Contudo, o termo *Persi* conota diversas compreensões quanto ao significado. Assim, a ampliação desse conceito é importante, sobretudo quando da elaboração de um Plano Municipal de Educação (PME), por se tornar a convergência de sínteses de uma diversidade de sujeitos que constituem e fazem a educação. A esse respeito, cabe assinalar:

A escola de qualidade social é aquela que atenta para um conjunto de elementos e dimensões socioeconômicas e culturais que circundam o modo de viver e as expectativas das famílias e de estudantes em relação à educação; que busca compreender as políticas governamentais, os projetos sociais e ambientais em seu sentido político, voltados para o bem comum; que luta por financiamento adequado, pelo reconhecimento social e valorização dos trabalhadores em educação; que transforma todos os espaços físicos em lugar de aprendizagens significativas e de vivências efetivamente democráticas. (SILVA, 2009, p. 225).



Portanto, acreditamos ser este instrumentoum direcionador das ações da educação no Município para os próximos dez anos em todos os níveis e modalidades de ensino, considerando que a partir da sua implantação haverá uma melhoria significativa na qualidade de educação populacional com base nos princípios que fundamentam este plano, que compromete – se com a viabilização de uma política social, que estima pelo resgate da cidadania por meio do cumprimento dos direitos sociais e educacionais.

2 ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO E DA EDUCAÇÃO

Demonstra-se nesta etapa, a realidade dos aspectos contextuais que caracterizam o município de América Dourada, os quais são: históricos, geográficos, demográficos, socioeconômicos e culturais, para tanto, fez-se um estudo minucioso sobre os mesmos, a fim de estabelecer as prioridades do Plano para propor ações que sejam capazes de solucionar os problemas identificados.

2.1ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO

2.1.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



Figura 1 Sede do Município de América Dourada

Fonte: Secretária de Cultura do Município

2.1.1.1 Aspectos Históricos:



A história de América Dourada, sua origem, sua formação geográfica, seu desenvolvimento social e político, seu progresso econômico e cultural e outras atividades, todos eles estão associados com a família Dourado, a qual foi a pioneira e dona absoluta das terras da fazenda Lagoa Grande, onde estão inseridos atualmente os municípios de América Dourada, João Dourado, Irecê, Lapão, Ibititá, Presidente Dutra, Jussara, etc. em meados do século XVIII (1750), o português Mateus Nunes Dourado nascido na cidade do Porto (foz do Rio Douro) veio de Portugal, atraído pelas riquezas que Jacobina podia proporcionar, lá fixou residência. Trabalharam muito até conseguir juntar uma razoável fortuna. Seu espírito empreendedor, desperta o interesse de uma mulher riquíssima, dona de minas de ouro, de fazendas e vasta criação de gado: Joana da Silva Lemos, logo Mateus e Joana estavam casados. O único filho José da Silva Dourado se casou com Maria Custodia Leal, filha de Bento Garcia Leal e Nazaria Borges de Carvalho que residiam na atual Paratinga. Bento Garcia era um fazendeiro muito rico e fora nomeado capitão – mor daquela região, também possuía outras propriedades em Macaúbas. José da Silva Dourado teve um único filho João José da Silva Dourado, com o falecimento de Bento Garcia, José da Silva Dourado herda as propriedades do sogro, tornou – se um homem rico. O fato é que João José da Silva Dourado saiu de Jacobina com destino a Macaúbas percorrendo a travessia de Joana,-estrada aberta meio a caatinga que demarcava os limites de propriedade ligando Jacobina a Cidade da Barra do Rio Grande-parando em Gameleira do Assuará (atual Gentio do Ouro), depois segue o rumo de Macaúbas para tomar posse das fazendas do avô, e ali fixar residência

João José que se tornou possuidor de uma grande fortuna, sendo um dos mais abastados pecuaristas e fazendeiro de Macaúbas, possuindo baús carregados de arroubas de ouro e prata. Desse modo em 1840, João José compra uma porção de terras denominada fazenda Lagoa Grande a Joaquim Alves Ferreira, Joaquim Gomes Pereira e Domiciano Barbosa e suas respectivas esposas. A compra foi efetuada no valor de um conto e duzentos mil reis, a área comprada foi de 20 léguas em quadro, conforme escritura de 04 de julho de 1840, lavrada na comarca da Freguesia de Nossa Senhora das Graças do Morro do Chapéu, seus limites iam da vereda Romão Gramacho ao Rio Jacaré até Gameleira do Assuruá, hoje Gentio do Ouro. Todavia, João José não chegou a tomar posse efetiva das terras que havia adquirido, falecendo em 1856 na fazenda Caititu em Macaúbas, numa povoação de nome Carrapatos, os Dourados,



multiplicavam-se e lá pelos idos de 1877, já havia cerca de 300 membros dessa família naquele município, todos dedicados a lavoura e a pecuária.

A VINDA DA FAMILIA DOURADO PARA A FAZENDA LAGOA GRANDE

Fugindo da seca, da luta armada e de problemas políticos entre liberais e conservadores, uma grande caravana foi montada em 1877, para dar início a, maior jornada já empreitada pela família Dourado em busca do seu Eldorado, da “Terra Prometida”. Diz-se que cerca de 300 pessoas enfrentaram esta jornada, entre homens, mulheres, crianças, amigos, escravos e criados em busca de novas oportunidades. Em tais circunstâncias partiram de Macaúbas rumo à fazenda Lagoa Grande, que o seu patriarca João José da Silva Dourado a comprou em 1874 e deixou de herança para os seus descendentes. Os varões vão montados em lombos de cavalos e jumentos, as mulheres e crianças acomodadas em carro de boi. Seguem, através de picadas abertas no mato, subindo a serra da Mangabeira, passando por arruados de casas que posteriormente se tornaram prósperos municípios, como; Campestre, Palmeiras, Lençóis, Wagner, BelaVista de Utinga, chegando em Morro do Chapéu a poucas léguas dos seus vastos domínios. Após a passagem por Morro do Chapéu, os Dourados se estabeleceram numa povoação à beira da vereda Romão Gramacho ou Rio Jacaré a qual denominada de Mundo Novo depois América Dourada. Já havia aqui algumas casas de taipas construídas por Romão Gramacho Falcão por volta do ano 1800, quando ele explorou o curso do Rio Jacaré a procura de minérios, como não teve êxito em sua empreitada, mais tarde as casas foram abandonadas .A proximidade do Rio era um convite para a fixação na localidade. Mas quem desejou ficar por aqui para tocar a lavoura e a criação de gado foi Teotônio Marques Dourado e Francisco Rodrigues Moitinho e mais alguns membros da família, seus companheiros seguiram frente para desbravar aquele vasto domínio que parecia não ter fim.

As Primeiras Famílias que povoaram América Dourada

Teotônio Marques Dourado e outros membros que vieram com os Dourados de Macaúbas, atraídos por água em abundância e terras propícias para o desenvolvimento da lavoura e da pecuária, preferiram ficar por aqui. Assim, sobe a sua liderança, iniciou-



se a formação do povoado de América Dourada e também a expansão de várias fazendas que mais tarde vieram a se tornar povoados. Famílias tais como: Joaquim Pereira Borges e sua esposa Marcelina Borges, Zeferino Marques das Neves, Gualter Bento Santana, Antonia Mãe de Guardiana e Maximino, Minú Costa, Cassiano Francisco Davi, Antonio Ribeiro, Catarina Mãe de Iria, Juvêncio que se casou com Iria, Quintinho Duarte, Luiz Rodrigues, Julião Correa Borges, Mãe Dina matriarca da família Baratinha, Agostinho Teodoro dos Santos, João Caboclo, Bertulino do Aristides, Vitoriano Barbosa, Faustino, Clemente Costa, Juvêncio doca e esposa Maria Baixinha e tantos outros que vieram depois a exemplo de: João Agustinho, Lucas Cardoso, Manoel Felipe, Anselmo Rodrigues, TotonhoCamacam, AntidesCamacam e Alcides Camacam. Essas famílias foram de suma importância para o seu desenvolvimento.

AMÉRICA DOURADA E SUA EXPANSÃO ECONÔMICA, CULTURAL E POLÍTICA



Figura 2: América Dourada – 1924

Fonte: Secretaria de Cultura

Surgem às primeiras casas comerciais, com lojas sortidas de tecidos, armarinho, drogas (remédios), ferramentas, bebidas, cereais, e demais produtos de consumo, oficinas para beneficiar algodão, um barracão no centro, parada obrigatória de tropeiros. As roças se expandiam tendo como principal produto o algodão, a criação de gado e a



criação miúda cresciam e viviam livremente nos campos. Uma capelinha foi erguida no centro, um cercado de pedras construía o cemitério local. Nessa época se destacaram comerciantes como Teotônio Marques Dourado, João Borges, João Agustinho, Henrique Marques Dourado, Anselmo Rodrigues, Anísio Benta, Lucas Cardoso, Manoel Felipe e outros. E como fazendeiros, Henrique Marques Dourado, João Agustinho e na política, Herculano Galvão Dourado Intendente de Morro do Chapéu no Biênio 1895 a 1897, Ângelo Autran Dourado, Deputado Federal nascido em América Dourada, exerceu o cargo de 1905 a 1912. O primeiro conselheiro (vereador) nascido em América Dourada foi Coronel Antônio Silva Dourado Júnior, exerceu o cargo de 1909 a 1915, sem falar de Teotônio Marques Dourado Filho a maior expansão política da família, filho do velho Teotônio Marques Dourado, responsável pela emancipação de Irecê. Em 07/03/1915 foi criado Distrito de Paz no importante arraial de América Dourada com sede no arraial do mesmo nome pertencendo a cidade do Morro do Chapéu. A partir de 02/08/1926, com a criação do Município de Irecê, América Dourada passa a pertencer ao mesmo.

Na década de 80 com o desenvolvimento da área do território de Irecê, tornou-se município através da Lei Estadual nº 4399 de 25 de fevereiro de 1985.

Nos quadros de apuração do recenseamento geral de 1-IX-1920, o Distrito de América Dourada figura no Município de Morro do Chapéu pela Lei Estadual nº 1896, de 02-08-1926, o Distrito foi transferido do Município de Morro do Chapéu para constituir o novo Município de Irecê.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o Distrito de América Dourada, figura no Município de Irecê. Assim permanecendo, em divisão territorial datada de 1-VII-1960. Bem como, em outra divisão datada de 1-VII-1983, (suplemento). Elevado à categoria de município com a denominação de América Dourada, pela Lei Estadual nº 4399, de 25-02-1985, desmembrado de Irecê.

Em divisão territorial datada de 1985, o município é constituído de quatro distritos: América Dourada (distrito sede), Belo Campo, Prevenido e Soares. Atualmente se constitui em três distritos, sendo eles, com suas respectivas distâncias da sede: Soares (24 km), Prevenido (09 km) e Belo Campo (32 km); Tendo dois bairros: Centro e Nova América. Demais povoados: Ipanema, Lagoa dos Borges, Mulungu, Mato Verde de Suça, Campo Largo, Tanque, Maximino, Alegre, Terra Nova, Barriguda, Trairas,



Aristides, Lagedão de Leopoldo, Lagoa Verde de Baia, Boa Vista, Félix, Vila Martins, Lagedinho, Sarandi, Campo Alegre, e comunidades Quilombolas (Lagedão dos Mateus, Lapinha, Canabrava, Garapa, Lagoa Verde e Queimada dos Beneditos). Aspectos históricos relatados e catalogados através de documentos disponibilizados pelo historiador senhor Vicente de Paulo Dourado natural deste município.



Figura 3 Vicente Paulo Dourado – historiador

2.1.1.2 Aspectos Geográficos:

Fonte: Secretaria de Cultura, autorizado por Vicente Paulo Dourado.



Figura 4: América Dourada vista aérea

Fonte: Secretaria de Cultura



O Município de América Dourada está localizado na Chapada Diamantina, Mesorregião do Centro-norte baiano e Microrregião de Irecê, a 430 km de Salvador-BA (com acesso pela BA 052 - Estrada do Feijão).

A população estimada é de 15.961 habitantes (censo 2010), possui clima semiárido, relevo de Chapada de Irecê e vegetação de Caatinga arbórea aberta sem palmeiras. “Sua área territorial é de 748,03km², com altitude de 666m, latitude de 11°27’19” e longitude de 41°26’10” com densidade demográfica de 21.33 hab/km². Possui uma farta fauna e uma flora maravilhosa. Está situado no território de identidade de Irecê limitando-se: Ao norte: João Dourado, Ao Sul: Cafarnaum, a Leste: Morro do Chapéu, a Oeste: Canarana e Lapão.

Na cidade de América Dourada, merece destaque seu patrimônio natural Morro do Cruzeiro, na região oeste da sede do município, com ondulação geográfica na zona urbana da sede do município possuindo vegetação de pequeno porte onde predomina as xerófilas de clima semiárido. E a Vereda Romão Gramacho, localizada no centro da cidade, faz a divisa dos municípios América Dourada e Morro do Chapéu, nas suas margens há presença da vegetação caatinga e alguns trechos propícios a pesca, sendo os peixes mais encontrados, traíra e pilar; também, muito aproveitada para a irrigação. Está situada a principal zona de descarga do aquífero, onde os frutos convergem em direção ao Rio Jacaré, e está inserido no domínio das bacias hidrográficas, dos rios Verdes e Jacaré afluente do São Francisco.

A descoberta do Rio Jacaré é atribuída a **Romão Gramacho Falcão**, por ter sido o primeiro a explorar o curso do Rio à procura de minérios.





Figura 5: Rio Jacaré ou Vereda Romão Gramacho.

Fonte: Eldourado

O Rio Jacaré ou Vereda Romão Gramacho, nasce na Serra do Marrão, que faz parte do conjunto de Serras das Laranjeiras, Município de Barra do Mendes, também recebe água de alguns riachos que brotam do Município de Ipupiara, os quais correm serra abaixo e se encontram com as que vêm da nascente para formarem na barragem de Barra do Mendes, o primeiro grande lago do Rio. Sua bacia hidrográfica é formada pelos Municípios por onde passa, e seu leito serve de limite geográfico para todos esses Municípios, a começar do seu Município de origem, Barra do Mendes, depois segue lentamente o seu curso natural rasgando a caatinga em direção a sua foz, dividindo o Sertão da Chapada, passando pelos Municípios de Ibipêba, Barro Alto, Ibititá, Canarana, Lapão, Cafarnaum, América Dourada, Morro do Chapéu, João Dourado, São Gabriel, Jussara, Ouroândia e finalmente chega a Sento Sé onde deságua no Rio São Francisco.

O Rio Jacaré é um dos principais afluentes da margem direita do Rio São Francisco, ele é temporário e tem grande importância social, econômica, e cultural por onde passa. Uns grandes exemplos de seus pontos turísticos e de lazer são: A gruta dos Brejões entre os municípios de João Dourado e Morro do Chapéu e também a Volta da Serra, entre os municípios de América Dourada e Morro do Chapéu. No passado bem antes do surgimento dos poços artesianos, suas águas eram utilizadas para o consumo humano e animal. Até hoje suas águas continuam sendo utilizadas em algumas comunidades para mesma finalidade.

Ele é um Rio de referência e de suma importância para a nossa Região, devido sua influência na agricultura irrigada, na pesca e principalmente no abastecimento e renovação do lençol freático da nossa Região.

O Rio Jacaré ou Vereda Romão Gramacho, pelo que se sabe, já foi muito bem preservado, suas águas eram límpidas, correntes em muitos trechos do seu curso, minava em abundância, por isso, tinha água permanente em muitos lugares. Nas suas margens as matas ciliares eram preservadas e intactas, formadas por árvores nativas, a



exemplo da quixabeira, da aroeira, do juazeiro, da baraúna, da imbiriba, do umbuzeiro e tantas outras. O peixe, o mel, as aves, os animais de pequeno porte, tinham em abundância. Até onça tinha por aqui. A criação vivia livremente nos campos e vinham de muito longe para saciar sua sede nas águas da Vereda.

No final da década de 70 e durante a década de 80 do século passado, aconteceu um fato que mudou totalmente a forma de trabalhar a terra e surgiu como uma nova alternativa de vida para muitos produtores rurais já cansados com a lavoura de sequeiro, a sonhada irrigação trazida pelos japoneses. Água em abundância ladeada por terras férteis, América Dourada, era o lugar ideal para se iniciar a irrigação em nossa Região. Utilizando a técnica dos japoneses, muitos produtores iniciam o plantio de tomate, cebola, pimentão, beterraba, e principalmente o plantio de cenoura que em meados dos anos 80, faz de América Dourada o maior produtor de cenoura do norte nordeste do país e, é intitulada a capital da irrigação. Não demorou muito para que outros municípios seguissem o mesmo exemplo.

Como não tinham água de superfície disponível, começaram a perfurar poços artesianos para o uso da água de subsolo. Foi dessa forma, que se expandiu a lavoura irrigada em vários municípios da nossa Região. A partir daí, a Vereda Romão Gramacho começou a sofrer o seu maior impacto ambiental. Levantamento feito pela Secretaria de Agricultura de América Dourada no ano de 1988 constatou que nas margens da Vereda, havia mais de mil tarefas de terras irrigadas com as águas retiradas do Rio. Não demorou muito para acontecer o que ninguém previa, foram os primeiros sinais de assoreamento e degradação do Rio, devido o uso demasiado das águas, os desmatamentos das matas ciliares, as arações das terras próximo ao Rio, as construções de barragens sem nenhum critério técnico, o uso desenfreado de agrotóxicos e o uso desordenado da água de subsolo, tudo isso contribuiu para que as águas do Rio começassem a diminuir drasticamente. Conseqüentemente, as águas ficaram salinizadas, sem as matas ciliares as enxurradas aterraram o Rio e diminuiu o seu leito. Com isso, inviabilizou a irrigação e o Rio está morrendo lentamente. Esse foi o preço do que chamamos de progresso.

Só nos resta agora sonhar com a perenização do Rio Jacaré, trazendo água do São Francisco, construindo pequenas barragens sucessivas, água doce para o consumo humano, peixamento- operação que tem por fim o povoamento, o repovoamento e a



estocagem de alevinos, o filhote de peixe na fase de vida imediatamente posterior à pós-larval e anterior juventude- do Rio, revitalização das matas ciliares com plantas nativas, recomeçarem a irrigação de forma ordenada, sem desperdício.

Como o Rio Jacaré é afluente do São Francisco, as sobras das águas retornarão ao próprio Rio e assim, por muito tempo foi e ainda é parcialmente o berço da economia de nossa cidade.

2.1.1.3 Aspectos Demográficos:

Segundo dados do IBGE, no último levantamento de desenvolvimento humano, realizado pela ONU, em 2000, com base em dados de 1998, obteve um índice IDH de 0,564, ocupando a posição no Estado de 393, abaixo da média Nacional, que foi igual a 0,747. Como se vê o Município apresenta um melhora de desempenho do índice de Desenvolvimento Humano nos últimos anos, tendo como fatores, apontados no referido censo, a melhoria da qualidade da educação, saúde – longevidade e o aumento da renda da população.

Tabela 01. População do Município de América Dourada

Nome do Município	Total da População 2000	Total de homens	Total de mulheres	Total da população urbana	Total da população rural	Total da população 2010
América Dourada	15.959	8.071	7.881	10.845	5.107	15.952

Fonte: Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010>>,

Acesso em: 16 jan. 2014.

O crescimento populacional vem se mantendo estável. Em 2010, sua população é de 15.961 e a densidade populacional de 19,02 habitantes por Km² (56,4/sq mil); sendo 8.165 homens e 7.794 mulheres; residentes em área urbana 10.148 habitantes e zona rural 5.811, tendo como taxa de urbanização 67,9%. Dentre os 15.961 habitantes 11.805 foram eleitores. Desta população declararam-se brancos 25,3%, pretos 14,7%, pardos 59,1%, sem declaração 9%.

Tabela 02. Informações sobre o Município de América Dourada



População (1) (Localização / Faixa Etária)	Ano	0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 35 anos	Mais de 35 anos	Total
Urbana	2000	884	490	2.262	810	1.409	1.365	2.929	10.149
	2007	820	423	2.195	685	1.423	1.602	3.331	10.479
	2010	841	433	2.114	750	1.307	1.641	3.746	10.832
Rural	2000	688	320	1.235	395	863	826	1.483	5.810
	2007	480	232	1.207	346	693	868	1.784	5.610
	2010	358	210	1.009	331	582	784	1.855	5.129
Total	2000	1.572	810	3.497	1.205	2.272	2.191	4.412	15.959
	2007	1.300	655	3.402	1.031	2.116	2.470	5.115	16.089
	2010	1.199	643	3.123	1.081	1.889	2.425	5.601	15.961
PIB (2)	IDH (3)	IDI (4)		Taxa de analfabetismo (5)					
64.859	0.56	0.48	População de		População de 15 anos				
			10 a 15 anos		ou mais				
			16.20		31.10				

Fonte: Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/2000, 2007, 2010/gerar Tabela. php>>

Acesso em: 16 jan. 2014.

A faixa etária de maior concentração está entre 15 a 59 anos (56%) e a menor com 60 a mais anos de idade segundo dados coletados no censo. A taxa de analfabetismo mantém estável considerando o mesmo período de outras cidades da microrregião de Irecê. Mesmo com políticas compensatórias como a Educação de Jovens e Adultos (EJA), Programa Brasil Alfabetizado, Programa todos pela Educação (TOPA), Pronatec EJA e Projovem Campo-Saberes da Terra.

Tabela 03. Estabelecimentos de saúde por tipo e localização

Localização	Total	Números de estabelecimentos de saúde	
-------------	-------	--------------------------------------	--



		Posto de saúde	Centro de saúde	Unidade mista	Pronto socorro	Hospital	Outros
Urbana	03	01	01			01	
Rural	05	05	-	-	-	-	01 SAMU e 05 Postos Satélites

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde (2014).

2.1.1.4 Aspectos Socioeconômicos:

A população como toda e qualquer sociedade organizada enfrenta alguns problemas sociais, característicos da região nordeste como tipicamente encara a seca, ocasionando assim, a migração para outros estados do Brasil. Dentre as atividades que a população se ocupa, está voltado para agricultura, especificamente a irrigação, em pequena, média e longa escala, já que a atividade sequeira, nos últimos anos vem sendo prejudicada pela falta de chuva. Vale ressaltar que no município outras atividades são desenvolvidas, como: a criação de bovinos, caprinos, suínos, aviculturas e apiculturas que contribuem para o desenvolvimento do município. O Município conta com programas sociais do governo federal beneficiando famílias carentes, contando com o funcionalismo público Estadual e Municipal.

Tabela 04. Dados sobre Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Indicador	Indicadores de Renda e Pobreza (taxas)		
	1991	2000	2010
IDH – municipal	0,290	0,391	0,561
Renda <i>per capita</i>	113,88	134,24	186,1
Proporção de pobres	81,78	70,32	52,57
Índice de Gini	0,53	0,56	0,50

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.



A renda per capita média de América Dourada cresceu 63,42% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 113,88, em 1991, para R\$ 134,24, em 2000, e para R\$ 186,10, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 2,62%. A taxa média anual de crescimento foi de 1,84%, entre 1991 e 2000, e 3,32%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 81,78%, em 1991, para 70,32%, em 2000, e para 52,57%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,53, em 1991, para 0,56, em 2000, e para 0,50, em 2010.

Tabela 05. Desenvolvimento Humano, períodos 1991, 2000 e 2010

Indicadores	Índices		
	1991	2000	2010
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,290	0,391	0,561
Educação	0,118	0,213	0,464
Longevidade	0,485	0,618	0,751
Renda	0,427	0,453	0,506

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Nota-se que a expectativa de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 8,0 anos na última década, passando de 62,1 anos, em 2000, para 70,1 anos, em 2010. Em 1991, era de 54,1 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2000, e de 64,7 anos em 1991.

A tabela ainda apresenta as proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos assim, indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM Educação.

No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 97,26%, em 2010. No mesmo ano, as crianças de 11 a 13 anos frequentes nos anos finais do ensino fundamental, é de 81,61%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo foi de 35,97%; entre jovens de 18 a 20 anos com ensino médio



completo é de 19,28%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 66,30 pontos percentuais, 66,92 pontos percentuais, 31,55 pontos percentuais e 16,46 pontos percentuais.

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 53,2 por mil nascidos vivos, em 2000, para 27,2 por mil nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 101,8. Já na UF, a taxa era de 21,7, em 2010, de 41,8, em 2000 e 70,9, em 1991. Entre 2000 e 2010, a taxa de mortalidade infantil no país caiu de 30,6 por mil nascidos vivos para 16,7 por mil nascidos vivos. Em 1991, essa taxa era de 44,7 por mil nascidos vivos. A mortalidade infantil no país deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015 o município esta se adequando aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas.

2.1.1.5 Aspectos Culturais:



Figura 6: Manifestação Cultural em Praça Pública

Fonte: Secretaria de Cultura

A formação cultural de América Dourada é o resultado das tradições que se estenderam pela região de Irecê construída na vertiginosa corrida do ouro e dos diamantes nos séculos XVII e XIX, a exemplo da vila de Santo Inácio, em gentio do Ouro. Outro atrativo é a singular vegetação da caatinga



O município possui áreas livres para eventos artístico-culturais como a Avenida Romão Gramacho utilizada para realização do tradicional São Pedro, com apresentação de quadrilhas, show com bandas de forró em muitas barracas

Conta com o Auditório – Enerino Bispo do Rosário da Câmara Municipal e o Auditório Edvaldo Santos Lopes da Prefeitura Municipal para realização de diversos eventos, como jornada pedagógica, conferências, seminários, audiências públicas, fóruns e reuniões dos sindicatos.

O Campo de Futebol Municipal Djalma Oliveira com capacidade para 2.000 pessoas e Quadras Poliesportivas. Contém um Centro de Identidade Digital – INFOCENTRO, implantado em 2006, contando com o atendimento do Serviço Militar.

No campo das manifestações artísticas e socioculturais, há aproveitamento em retalhos, flores, madeira e tecelagem, bem como, artistas de renome regional e estadual que atuam como cantores, cordelistas, poetas, dramaturgo, contadores de histórias, músico e compositores.

Possui na sua culinária típica o avoador, bala de coco, pirão de peixe e requeijão. Em relação aos tipos regionais merecem destaque as benzedeadas e a fabricação de utensílios como colher de pau e vassoura.

Existem no seu calendário de eventos as seguintes comemorações:

- **Janeiro:** Festa do Padroeiro São Sebastião;
- **Junho:** Festa de São João nos distritos e o tradicional São Pedro, na sede;
- **Julho:** Festa de São Cristóvão.



Figura7:

Trança-fita na Festa de São Pedro

Fonte: Secretaria de cultura



Figura 8 – Filarmônica Tio Paulinho

Fonte: Secretaria de cultura

No aspecto religioso América Dourada conta com uma das manifestações populares mais bonitas da Bahia, representada pela festa do Padroeiro, São Sebastião, no dia 20 de Janeiro. O evento leva às ruas uma tradição secular: o bumba (centenário) de Cândido Borges no dia 18 de janeiro levando uma multidão às ruas seguindo um grupo de tocadores de sanfona, zabumba e triângulo, batendo e cantarolando músicas típicas do citado movimento.



Figura 9: Tambor utilizado no Bumba

Fonte: Eldourado

O BUMBA, SUA ORIGEM E SUA HISTÓRIA





Falar do Bumba, primeiro temos que dar uma volta no tempo e relembrar um pouco o passado, principalmente da época em que se iniciou a centenária festa de São Sebastião padroeiro de América Dourada, da qual o Bumba faz parte, por volta do ano de 1873, quando grande parte da família Dourado partiu de Macaúbas - BA, para tomar posse das terras da Fazenda Lagoa Grande. De lá trouxeram a saudade da terra natal e a devoção ao mártir São Sebastião, cuja festa os mesmos participavam no então Arraial de São Sebastião, hoje, cidade de Caturama, certamente desmembrada do município de Macaúbas-Ba.



Figura 10: Arraial de São Sebastião, Hoje Cidade de Caturama

Fonte: Secretaria de cultura

Dentre eles aqui ficou o casal Teotônio Marques Dourado e Amélia da Silva Dourado. Sabe-se que foi naquela época que Dona Amélia trouxe de lá a primeira imagem de São Sebastião, a qual se encontra sob a guarda da família, em América Dourada, em perfeito estado de conservação, em seguida ergueram uma capela tomando como padroeiro o referido santo, dando assim, origem a tradicional Festa de São Sebastião em América Dourada. Portanto, diante das evidências aqui mencionadas, podemos afirmar categoricamente que São Sebastião foi o primeiro santo a ser cultuado nas terras da então Fazenda Lagoa Grande ou Terra dos Dourados.



a 11: 1ª Imagem de São Sebastião



Figur

Figura 12: Igreja de São Sebastião de América Dourada.

Fonte: Secretaria de Cultura

Os festejos de São Sebastião, têm seu início com o novenário no dia onze de janeiro e se estende até o dia dezenove. São os preparativos para a festa do diavinte de janeiro, dia em que se comemora a festa do padroeiro.



Figura 13: Procissão da Festa de São Sebastião

Fonte: Secretaria de cultura.



Figura 14: Confraternização dos festejos

Fonte: Secretaria de cultura

Vale ressaltar a presença marcante do Senhor **Cândido Antônio de Oliveira**, apelidado por "**Cândio Borge**" por ser afilhado e criado por Dona Marcelina Borges esposa de Joaquim Pereira Borges, os quais vieram com os Dourados de Macaúbas e aqui fixaram residência. Ele com seu entusiasmo e perseverança deu sustentação por muitos anos ao novenário, animando bastante os festejos no 18 de janeiro. Pelo que se sabe, ele era uma pessoa muito expansiva e desinibida, por isso mesmo, gostava sempre de usar da palavra na igreja após o novenário do dia 18. Sabe-se também que





era muito animado e festeiro, não é por acaso que se casou por três vezes. A sua idéia no ano de 1889, de sair pelas ruas do vilarejo com o seu **Bumba** acompanhado de sanfona e outros instrumentos visitando as casas dos noiteiros ou mordomos (pessoas responsáveis pela organização do novenário), foi genial, só poderia ter vindo de pessoas assim como ele. Foi dessa forma que nasceu o **Bumba**, que veio a se tornar o **dia 18 de janeiro**, o mais querido e o mais animado do novenário.

Na sua trajetória de fidelidade ao **Bumba**, que sempre sai no dia 18 de janeiro, muitos lhe seguiram e chegaram mesmo a serem seus contemporâneos, são pessoas muito estimadas por todos nós, pessoas que marcaram época em nossa terra, que mesmo após a sua morte em dezembro de 1957, continuaram levando em frente o seu legado. Dentre eles podemos lembrar os saudosos: **Seu Severiano, Seu Aurino, Zé de Andradina, Dona Belizária, Zezinho de Cândia, Leobininho, Zé de Abílio**, que com sua sanfona pé-de-bode, animou as noites de 18 de janeiro por 60 anos e outros mais. Alguns deles se destacaram pelo seu grito de guerra; por exemplo: o próprio **Cândio Borge** foi um deles, que ao encerrar a novena com o hino de São Sebastião, de dentro da igreja gritava "**fogo**", alertando alguém lá fora para soltar o foguete. **Seu Aurino**, que quando a coisa estava animada, gritava "**Viva o dia 18 meus fi**". Outro que também se destacou foi o sanfoneiro **Zé de Abílio**, que devido ao cansaço não podia cochilar, que o povo gritava: "**segura o fole Zé**". Não tinha folga o pobre do Zé, porque quando a coisa esquentava, o povo grita o mesmo. **Chiquinho de Nita** gostava de animar a turma gritando "**viva o dia 18**".



Figura 15: Seu Aurino “Viva o dia 18 meus fi”

Secretaria de Cultura



Figura 16: Zé de Abílio

Fonte: Vicente Paulo Dourado.

A tradição vem sendo mantida até hoje pelos seus descendentes a exemplo: de Juarez seu neto, Netão de Roxo, seu bisneto, Ivanir, sua bisneta, não podemos esquecer de Chiquinho de Nita, casado com sua neta, Mauro Henrique (Ito), filho de Aurino e neto de Severiano, que há muito tempo é o guardião do **Bumba**, sua irmã Marieta e também Ana filha de Marieta, pelos familiares de Dona Belizária e também por muitas pessoas que no decorrer dos anos ficaram adeptos e se incorporaram ao dia 18 de janeiro, a exemplo de Vicente, que é noiteiro a 40 anos e outros como: Chico de Henrique, Marquinhos, Tivi, Bitó, Djalma, Chico Sanfoneiro, Airton, Ioní, Ana Rita, Eduardo de Cláudio, Maria Eduarda, Ana Clara, Americano um dos intérpretes das cantigas e também um grande improvisador de versos nas noites de 18 de janeiro e tantos outros.



Achei bonito o trabalho do governo
Achei bonito a estrada federá
Achei bonito a linha do lero-lero, lero
Achei bonito o telefone falar
Brejão da gruta que me faz sofrer

Breção que me faz chorar
Tanta mulher bonita
Vou embora e não posso levar

Figura 17: Nova geração na Festa do Bumba.

Fonte: Eldourado

Quem participa da noite do dia 18 de janeiro sabe muito bem, que o **Bumba** só começa a partir da zero hora do dia 18 e se encerra às doze horas da noite do mesmo dia, com a seguinte programação: De zero hora até às quatro da manhã, fica sempre em local previamente combinado, depois sai em alvorada da porta da igreja percorrendo as ruas da cidade, encerrando sempre na casa de dona Jardinha mãe de Mauro Henrique (Ito), onde o povo forra a barriga com comidas típicas e adequadas para o momento: bode, sarapatel, mocotó, buchada e galinha, todos os anos sempre é servido um desses

pratos a pelo menos 300 pessoas. Durante o dia fica sempre em um ponto estratégico da cidade e à noite após o no venário sai novamente pelas ruas da cidade.



Figura 18: Participação dos noiteiros no novenário do dia 18

Fonte: Secretaria de Cultura

Ultimamente a participação e a euforia do povo é tão grande no dia 18 de janeiro, que já está parecendo com um bloco de carnaval, as pessoas que acompanham o tradicional **Bumba de Cândio Borge**, se vestem com camisas típicas para o dia e saem como antigamente pelas ruas da cidade, cantarolando músicas e modas do passado e visitando as casas dos noiteiros onde são recebidos com fogos, bebidas e comidas..





Figura 19: O Bumba nas ruas.

Fonte: Secretaria de Cultura

MACHINHAS CANTADAS NO BUMBA

Hoje mesmo vou embora Oh! Jardineira
Vou embora pra o sertão Porque estás tão triste?
Meus colegas me deixaram Mas o que foi que te
Sozinho com o fole na mão aconteceu? Foi a camélia
Também deixo meu amor Que caiu do galho
Ai que dor no coração Deu dois suspiros e depois morreu
Adeus Jacobina, até quando eu voltar Vem jardineira Vem meu amor
Hoje eu vou embora, não posso mais ficar Não fique triste Que este mundo
Hoje eu vou embora, não posso mais ficar É todo teu Tu és muito mais bonita
Adeus Jacobina, até quando eu voltar Que a camélia Que morreu

Você pensa que cachaça é água

Cachaça não é água não



Cachaça vem do alambique
E água vem do ribeirão
Pode me faltar tudo na vida
Arroz, feijão e pão
Pode me faltar manteiga
E tudo mais não faz falta não
Pode me faltar o amor
Isso Disto até acho graça
Só não quero é que me falte
A danada da cachaça

O **Bumba de Cândio Borge** é tradição, é religiosidade, é cultura, é história, é animação, é tão grandioso que no ano de 2005 os jornalistas da TV Educativa da nossa capital, se deslocaram até América Dourada para fazerem um documentário sobre a festa de São Sebastião e ficaram encantados com o que viram, deram ênfase ao **Bumba** e fizeram ampla cobertura do dia 18 de janeiro e colocaram na tela da TV, por vários dias. Enfim, o **Bumba** representa tudo isso e muito mais, ele é a memória viva de um povo.

Documentário Sobre o Bumba

Autor: Vicente Paulo Dourado

2.2 ANÁLISE SITUACIONAL DA EDUCAÇÃO

A elaboração de um PME, assim como qualquer outra construção de plano, deve passar pelo processo de planejamento. A começar pela montagem de um diagnóstico. É com base no conhecimento da realidade que se pode definir as diretrizes e metas,

Estabelecer prioridades, propor ações capazes de solucionar os problemas identificados e melhorar a qualidade do trabalho, que este se encontrem desenvolvimento ou em fase inicial de aplicação do planejamento.

Para Bordignon (2009), o processo de planejamento ancora-se em três marcos:

1) Onde estamos?¹; 2) O que queremos?²; 3) O que fazer?³. Esse marcos não deve representar momentos ou etapas distintas, mas ações articuladas, sinergicamente,

¹ Diz respeito à análise da situação, do diagnóstico, para explicar e compreender a realidade atual, a educação e a cidadania que temos.



e orientadas pela intencionalidade política da melhoria da qualidade de educação do município.

Neste sentido, o processo de planejamento é igual ao processo do pensamento. Ele inclui pesquisa ou busca de informações, documentação ou registro das informações (memória), análise das informações ou diagnóstica (raciocínio) e tomada de um conjunto de decisões sobre: o que fazer (objetivos), quanto fazer (metas ou objetivos quantitativos), como fazer (diretrizes, políticas), quando fazer (distribuição das atividades no tempo - cronograma), com que recursos fazer (orçamento).

Para auxiliar na análise situacional da educação e do Município, foi necessário criar uma estrutura que possibilitasse construir este PME assim, formou-se a equipe de trabalho que contribuiu no levantamento dos dados e, conseqüentemente a sistematização deste documento.

A partir deste entendimento o Município de América Dourada juntamente com o Grupo Colaborativo⁴ e Comissões Representativas, buscaram sob orientação do Programa de Apoio à Educação Municipal (PROAM), estruturar o PME através da Análise Situacional da Educação no intuito de fazer planos, mas, principalmente com o objetivo de planejar, haja vista que Planejar é, em termos bem simples, pensar antes de agir.

2.2.1 GESTÃO DA EDUCAÇÃO

O município de América Dourada na Lei Orgânica datada de 2005 na seção II da Política Educacional, Cultura e Desportiva no artigo 184 estabelecem como critério de escolha da gestão escolar através de eleições diretas pela comunidade escolar das respectivas escolas sendo reafirmado no Estatuto do Magistério Lei 129/98. Vale ressaltar que esse critério ainda não foi atendido pelo município devido não ter sido rompido à cultura local da nomeação por indicação política, embora haja uma discussão na rede municipal acerca dessa implementação legal a partir do ano 2016, sendo

² Compreende ter finalidades, pensar o futuro, definir objetivos, tendo como referências nossa concepção de pessoa e sociedade, que determina nossa concepção de educação.

³ Simboliza a definição da caminhada da situação para a utopia. Essa caminhada é traduzida em políticas, diretrizes, objetivos e metas.

⁴ Todo conhecimento é construído conjuntamente e negociado, havendo um fluxo de comunicação bidirecional contínuo.



necessário a formação profissional para gestão e a mesma, viabilizada ao longo do mandato eletivo.

O plano plurianual tem como tema estratégico o Desenvolvimento Econômico e Humano Integrados com o objetivo de garantir atendimento a demanda da rede de educação nas modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA- Educação de Jovens e Adultos e estabelece ações prioritárias de acordo com os seguintes programas:

- 1- Atendimento escolar,
- 2- Sucesso escolar,
- 3- Valorização e formação dos profissionais da educação,

A partir de cada ação prioritária são estabelecidas metas a curto, médio e longo prazo.

No que diz respeito ao Sistema Educacional Municipal ainda não há um sistema próprio, sendo vinculado ao Sistema Estadual de ensino. É sabido que existe Conselho Municipal instituído pela lei 130/98, 21 de julho de 1998, órgão consultivo da administração, tendo por finalidade orientar e assessorar o governo do Município na fixação de diretrizes e bases da política educacional na sua área de atuação.

Este conselho é atuante e se reúne a partir de demandas que o requeiram, entre outras como emitir pareceres sobre questões de natureza educacional, que lhes forem submetidas pelas escolas e pela Secretaria Municipal de Educação, conforme regulamentada no regimento interno, Art. 3º inciso V.

Além deste, existem Conselhos Escolares em todas as escolas, embora a sua atuação tem se restringido em parte ao acompanhamento da administração dos recursos financeiros federais viabilizados pelo FNDE/MEC. Faz-se necessário o estabelecimento de uma formação continuada que contemple esse aspecto, pois ainda não está claro sua importância e funcionalidade.

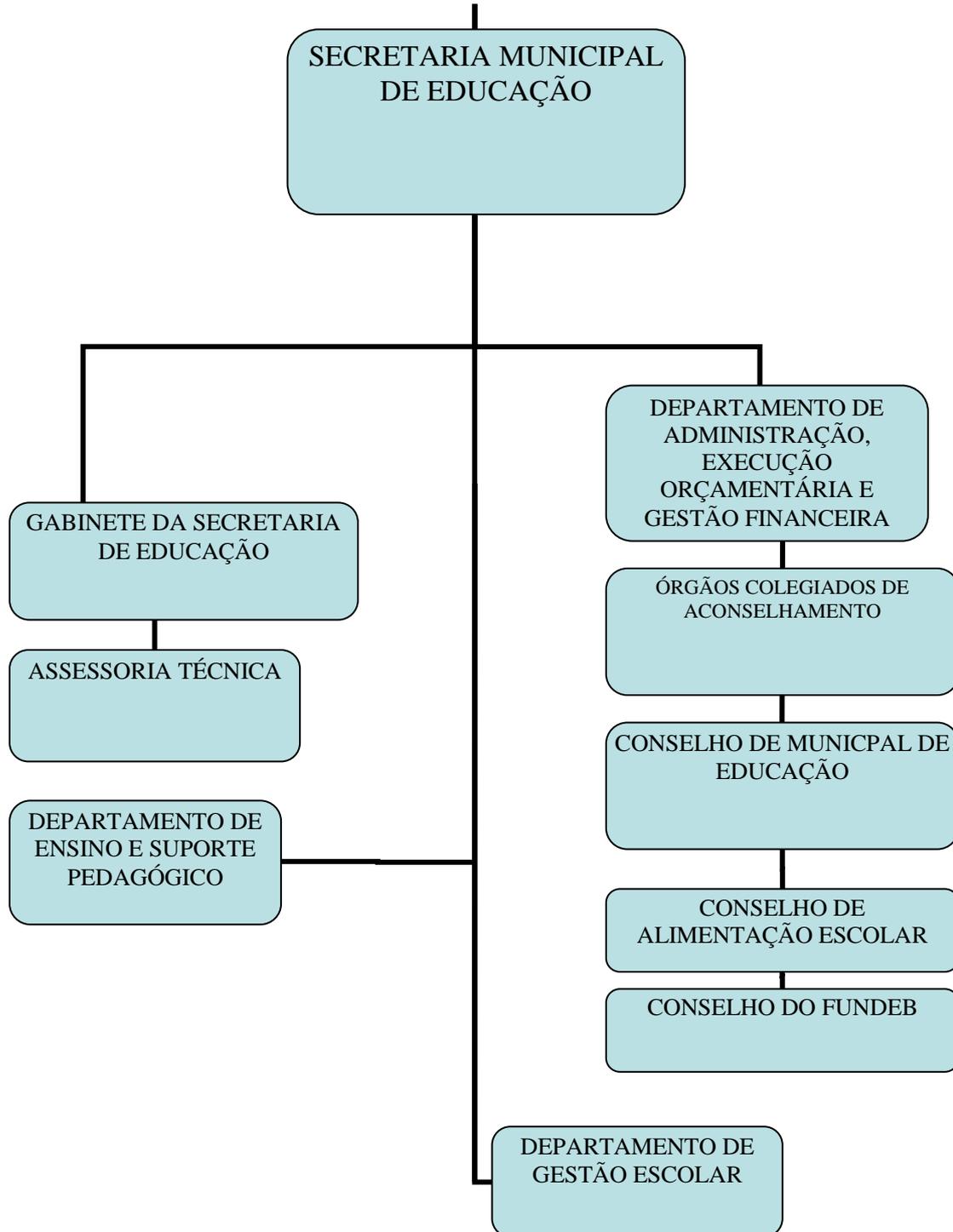
A legislação municipal no que diz respeito à parte educativa tem estruturado o Estatuto do Magistério, Lei Municipal nº 128/98 e o Plano de Cargos e Salário, Lei Municipal 242/2007, sendo que este último foi feito com a participação da categoria, num processo participativo de discussão e reflexão juntamente com a Secretaria Municipal de Educação. Em ambas as leis são estabelecidos critérios de acesso aos cargos, sendo o principal critério o ingresso através da aprovação de concurso público, conforme



estabelecido no art. 2º. Segundo o Art. 5º, inciso I, parágrafo II - a gestão neste município deverá ser democrática e exercida pelo diretor e vice-diretor de forma solidária e harmônica e deverão obedecer as recomendações da Lei (128/98). Vale ressaltar que o Art. 1º parágrafo único da Lei 242/2007, estabelece como integrantes da carreira de magistério do Sistema de Ensino Municipal os Profissionais da Educação que exercem atividades de docência e oferecem Suporte pedagógico direto a tais atividades incluídas direções, vice-direções, supervisão e orientação educacional, ambos precisam ser atualizados para acompanharem as mudanças da Legislação Federal Lei 13005/2014 através da Meta 19 e suas estratégias de 19.1 a 19.8 que assegura condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

A Secretaria Municipal de Educação está estruturada em departamentos, estabelecidos em organograma próprio não havendo técnicos suficientes para o atendimento da demanda, se faz necessária à nomeação de profissionais do quadro para ocupar esses cargos. Como o município ainda não é um sistema independente está diretamente ligado a Núcleo Regional de Educação NRE1, cuja articulação acontece de forma esporádica de acordo com as demandas estaduais ou municipais sendo que o regime de colaboração é respeitado e incentivado pelo município principalmente nas ações que tangem a melhoria do atendimento a servidores compartilhados e ao funcionamento do ensino médio, sendo que na maioria das vezes o município é quem disponibiliza essas ações para o estado.

ORGANOGRAMA



Em 2008, o município aderiu e elaborou o Plano de Ações Articuladas (PAR) visando a aproximação das ações do Ministério de Educação com as escolas municipais



e o atendimento a metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública assegurando estratégias para apoio técnico e financeiro que visem a melhoria educacional com base nas demandas municipais.

Este documento é organizado por dimensões que contemplam ações e subações de acordo com as seguintes necessidades:

- 1- Gestão Educacional;
- 2- Formações de professores e de profissionais de serviço escolar;
- 3-Prática pedagógica de avaliação;
- 4- Infra estruturas físicas e recursos pedagógicos.

Após a implementação da Formação Continuada na rede em 2005 o município percebeu a necessidade de regular e acompanhar o processo de ensino através de avaliação institucional interna e externa. Sendo que atualmente vem sendo acompanhada através das avaliações externas como: SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica/PROVA BRASIL,INDIQUE (Indicadores da Qualidade na Educação), PROVINHA BRASIL, ANA (AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO)e as internas: diagnósticos de base alfabética, diagnóstico de leitura e produção textual que tem se tornado no município um indutor das ações municipais.

Tabela 06. Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Estadual

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2010	-	-	-	-	-	-	01	-	01
2011	-	-	-	-	-	-	01	-	01
2012	-	-	-	-	-	-	01	-	01
2013	-	-	-	-	-	-	01	-	01

Fonte: Disponível

em:<[http://portal.mec.gov.br/ide/2017,2008,2019,2010/gerarTabela.](http://portal.mec.gov.br/ide/2017,2008,2019,2010/gerarTabela.php)

php>. Acesso em: 16 jan. 2014

A Tabela acima mostra que o número de Escolas por etapa de ensino – Rede Estadual continua o mesmo neste período.

Tabela 07. Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Municipal



Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2010	02	23	25	03	27	30	01	-	01
2011	02	21	23	03	25	28	01	-	01
2012	02	14	16	03	21	24	01	-	01
2013	02	14	16	03	21	24	01	-	01

Fonte: Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/ide/2007/2008/2009/2010/gerarTabela.php>>. Acesso em: 27 de março 2014.

Percebe-se na tabela acima que o número de Escolas por etapa de ensino entre 2010 e 2011 foi ponderado. Em 2012 e 2013 permanecem o mesmo nº de Escolas na modalidade Educação Infantil e Ensino Fundamental na zona urbana e zona rural.

Tabela 08. Número dos estabelecimentos escolares de Educação Básica do município de América Dourada, por dependência administrativa e etapas da Educação Básica

Etapas da Educação Básica	Dependência administrativa					
	Estadual		Municipal		Particular	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Ed. Infantil – Creche			05	07		
Ed. Infantil – Pré-escola			16	16		
Ensino Fundamental Anos iniciais			20	18		
Ensino Fundamental Anos Finais			05	06		
Ensino Médio	01	01				
Total	01	01	46	47		

Fonte: Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/>>. Acesso em :16 jan. 2014



O número de Estabelecimentos na Educação infantil houve ampliação de oferta e no Ensino Fundamental Anos Iniciais houve uma redução em 2013 e o Ensino Fundamental Anos Finais permanece um número equilibrado de estabelecimentos.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é executado em ciclos trienais alternados. As escolhas dos livros são feitas democraticamente por coordenadores e professores dentre os que constam no guia.

A forma de distribuição ocorre via Secretaria Municipal de Educação (SME) para Escola, ficando a mesma responsável de fazer entrega e devolver sobras para reserva técnica. A escola que porventura não receber a quantidade suficiente de livros a SME se encarrega de remanejar de uma escola para outra, ou até mesmo solicitando de outro município para atender a demanda do alunado.

As escolas possuem livros técnicos, acervos de literatura (paradidático), dicionários, atlas geográficos, adquiridos através dos programas PNLD, Plano Nacional de Biblioteca na Escola (PNBE) e Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) Escola, que servem de apoio na prática do professor e incentivo à leitura. A Secretaria Municipal de Educação orienta a direção da escola quanto à distribuição, conservação e devolução dos livros didáticos conforme recomenda o programa.

O Programa de Alimentação Escolar no Município de América Dourada funciona em 30 escolas e alguns anexos. O cardápio é calculado e balanceado de acordo com as necessidades calóricas e com o custo respectivo para cada segmento (Ensino Fundamental, Creche, Quilombolas, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Programa Mais Educação) pela nutricionista responsável. Não existe diferença de cardápio entre a zona rural e urbana e é utilizado o recurso mínimo de 30% do recurso anual do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em produtos da Agricultura Familiar. Após o cardápio pronto, faz-se uma reunião com o Conselho de Alimentação Escolar – CAE para aprovação e alterações, se for o caso.

Após aprovação, a nutricionista elabora o Plano de Compras de acordo com a per capita de cada preparação e encaminha ao setor de compras da Alimentação Escolar do Município, o qual entrará em contato com os fornecedores que ganharam o Processo Licitatório e a Chamada Pública (para os gêneros alimentícios e produtos do pequeno produtor respectivamente). Vale ressaltar que o pedido é entregue antecipadamente, respeitando o prazo de cada fornecedor.



Quanto à distribuição, os produtos hortifrutigranjeiros e polpa de fruta ocorrem a cada quinze dias, o leite pasteurizado semanalmente e os gêneros alimentícios não perecíveis são distribuídos assim que a mercadoria chega. Caso seja necessário à reposição é feita no decorrer da semana. Todos os produtos são transportados em um caminhão baú, com fichas descritivas, assinadas pelo chefe de compras e distribuição.

O armazenamento é no Setor de Distribuição da Alimentação Escolar. As carnes, polpa de fruta, leite e derivados é feito de acordo com as normas de exigência, sob refrigeração e/ou congelamento. Os produtos não perecíveis são armazenados em prateleiras de aço e em ambiente fresco e as frutas e verduras em caixas de polietileno abertas, em ambiente fresco, sobre estrados. Nas Escolas o procedimento é o mesmo. A distribuição, armazenamento e uso respeitam a técnica de PEPS (Primeiro que entra, primeiro que sai de acordo com a validade dos produtos) em ambos os setores.

A alimentação escolar atende a todos os alunos do município e é acompanhada por nutricionista, a qual também elabora testes de aceitabilidade para analisar a aceitação das preparações pelos alunos. Caso exista alguma receita que não agrada aos alunos essa é diminuída ou retirada do cardápio, dependendo da porcentagem de rejeição. Os representantes de pais e alunos que integram o CAE participam da escolha do cardápio mensalmente.

No período da Jornada Pedagógica no início do ano letivo, as merendeiras passam por uma capacitação, a qual é renovada em meados do segundo semestre.

O município transporta 1.202 alunos, sendo 328 alunos da Educação Infantil e 874 do Ensino Fundamental no Campo, 249 no perímetro urbano e 589 de Ensino Médio, deslocando-se dos Distritos para Sede e para a cidade de João Dourado. Os alunos de Ensino Médio são transportados pelo município através de uma parceria firmada com o Estado.

Os veículos que transportam os alunos são fechados e de maneira segura. O monitoramento do cumprimento das escalas de horários da pontualidade e do tempo e duração de viagens dos motoristas são feitos através de frequência assinada diariamente nas escolas e enviadas mensalmente para a Secretaria de Educação e para o setor responsável pelo transporte escolar. Os motoristas que realizam o transporte escolar no município não possuem formação adequada para função, recebem apenas orientações repassadas pelo coordenador do transporte escolar.



Cabe ressaltar que o município disponibiliza monitores em algumas localidades para fazer o acompanhamento no transporte escolar da Educação Infantil e Ensino Fundamental I, porém em alguns casos o acompanhamento é feito pelo gestor escolar ou outro profissional da Escola. A presença de monitores nos transportes da Educação Infantil e Ensino Fundamental I é de suma importância para a criança e o Adolescente, pois é assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Importante destacar que são locados no município através de empresa terceirizada 47 (quarenta e sete) veículos e 5 ônibus que faz o transporte escolar do município. Ainda possui através da adesão ao programa Caminho da Escola do Governo Federal, o município já foi contemplado com 10 veículos sendo que 02 (dois) destes oferecem acessibilidade, e 01 quatro por quatro, vale ressaltar que todos estão sendo utilizados de forma adequada.

2.2.1.1 Aspectos Pedagógicos

A equipe técnica da SME participou de um processo de Formação Continuada através de uma parceria firmada com o Instituto Chapada de Educação e Pesquisa – ICEP, isso conferiu ao município autonomia no processo de formação de seus pares, visto que o foco deste é formar coordenadores pedagógicos para atuar na formação de professores alfabetizadores na perspectiva do letramento.

Atualmente a Coordenação Pedagógica é composta de profissionais Pedagogos que atuam nas Unidades Escolares, realizando um acompanhamento globalizado das ações nas escolas bem como, a formação continuada prevista no calendário Escolar conforme Parecer 18/2012. Esses profissionais se reúnem com os supervisores Técnicos do Município para planejar a formação continuada dos professores e ações voltadas para o ensino, onde há um atendimento específico por parte destes com o objetivo de atender as demandas da Educação Infantil, Fundamental I e II e Educação para Jovens e Adultos (EJA).

Em relação à organização curricular ainda não há uma sistematização por segmento nem por área que define as ações específicas do município estando atrelada



ao currículo comum nacional. Porém existem algumas diretrizes curriculares que se encaminharão para essa construção curricular.

O município tem uma prática de análise de dados através de avaliação interna que sinaliza ações para serem desenvolvidas em cada escola de acordo com a necessidade dos educandos que requeiram orientação e apoio para melhoria do processo de aprendizagem através de plano de ação bimestral nas escolas de ensino fundamental.

Quanto a educação do campo e quilombola existe um acompanhamento pedagógico específico realizado por pedagogos da secretaria Municipal de Educação, embora isso não seja contemplado em relação a interculturalidade, desenvolvimento sustentável e a preservação da identidade cultural, mesmo que estejam incluídas na estrutura do ensino fundamental de nove anos. Sendo necessárias ações de formação continuada para que se concretize a elaboração e implementação da proposta curricular tanto em relação aos professores quanto a gestão pedagógica e administrativa.

A estrutura da coordenação pedagógica municipal conta com a atuação de 25 profissionais para atender uma demanda de 30 escolas. Os professores realizam o planejamento das atividades pedagógicas de forma coletiva e articulada com os colegas do mesmo segmento, ciclo e/ou série/ano e tempo formativo I e II (EJA) mediadas pela ação da coordenação pedagógica e do diretor escolar. Quanto a organização dos conteúdos curriculares as escolas estruturam anualmente o plano de ensino por área fundamentados nos Parâmetros Curriculares Nacionais e nas metas de ensino e aprendizagem estabelecidas pelo município mediante resultados das avaliações institucionais internas e externas de forma sequencial havendo sempre uma revisão e ressignificação de um ano para outro e no decorrer do ano letivo tendo em vista a qualificação do processo.

A avaliação é realizada de acordo as diretrizes avaliativas estabelecidas no município que regulamentam o processo contínuo, dando ênfase ao percurso construído pelo aluno, regulado através do conselho de classe bimestral, que apontam os alunos que apresentam maiores dificuldades identificadas através dos diagnósticos de base alfabética, leitura e produção textual instituídos, desde 2005 e também da análise de resultados de outros instrumentos além de provas e testes, tendo em vista o encaminhamento de ações que visam o apoio pedagógico a estes alunos e ao



atendimento do sistema de recuperação paralela. As atividades pedagógicas dos coordenadores e dos professores estão sendo realizadas dentro da carga horária, obedecendo a Hora de Tempo para Planejamento com Coordenação (HTPC) e Hora de Tempo Planejamento Livre (HTPL) em cumprimento do Parecer 18/2013 que regulamenta a lei 11.738/2009.

É perceptível que ainda é necessário um maior investimento no apoio pedagógico no contra turno escolar por profissionais alfabetizadores visto que, as dificuldades apresentadas estão centradas no percurso do processo de alfabetização.

O projeto político pedagógico foi construído por todas as escolas segundo orientações da formação continuada proposta anteriormente pela SEME cujo foco era a formação dos diretores escolares para que esse processo fosse reflexivo e democrático visando a inserção dos segmentos intra e extra escola. As escolas não possuem Regimento Interno próprio, mas seguem o regimento unificado da rede que está em fase de revisão e atualização por parte da SME.

2.2.1.2 Gestão das Unidades Escolares

As escolas da rede dispõem de conselhos escolares, que se limitam apenas na resolução das questões relacionadas ao caixa escolar, porém não tendo clareza da sua funcionalidade e uso de suas atribuições. Dessa forma não é atuante quanto ao acompanhamento de todos os serviços da escola por falta de uma formação sobre o seu funcionamento de maneira permanente.

Todo início de ano letivo a coordenação pedagógica se reúne por segmento na dimensão rede para definir os objetivos, as metas, as estratégias e os planos de ação a serem alcançados passíveis de mudanças e segue se desmembrando nas unidades escolares atendendo suas particularidades, sendo que durante o processo passa por análise e ajustes de acordo com as necessidades de aprendizagem.

Os objetivos são pensados de maneira coletiva com intuito de atender as demandas de aprendizagem presentes na escola, embora em algumas situações sejam enviados.



A escolha dos dirigentes escolares acontece por indicação do Gestor municipal baseado em critérios como o ingresso no concurso público, experiência em sala de aula, formação em Pedagogia e lotação na Unidade Escolar.

O Ministério da Educação proporcionou uma formação para gestores escolares, o Progestão no ano de 2011 e 2012, porém houve uma descontinuidade desses profissionais no exercício de sua função, em virtude da não efetivação da Gestão Democrática. Atualmente houve nova adesão ao Progestão por necessidade do município proporcionar a formação para a qualificação quanto à função e atribuição dos novos gestores para que aconteça o cumprimento da gestão democrática como propõe o PNE na meta 19 e estratégia 19.8 desenvolver programas de formação de diretores e gestores escolares, bem como aplicar prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos, cujos resultados possam ser utilizados por adesão.

A escola dispõe de um Regimento Interno Unificado e um Projeto Político Pedagógico que definem as normas e procedimentos administrativos e pedagógicos, sendo necessário um melhor uso desses documentos, para melhorar o fazer administrativo e pedagógico. Vale ressaltar que não há incentivo à formação e funcionamento dos grêmios estudantis, contudo a escola reconhece como uma necessidade inerente para o bom andamento da administração, pois envolve a participação mais ativa do alunado nas decisões da mesma.

A rede municipal tem desenvolvido alguns projetos de integração com a comunidade, a exemplo de feiras, exposições, festivais, excursões, atividades esportivas e de recreação, dando autonomia para as escolas decidirem sobre a organização e a programação voltada para sua realidade.

2.2.1.3 Estrutura da Educação Municipal

A realidade das condições físicas, ambientais e materiais das escolas no que tange a conservação e aparência, o governo municipal juntamente com o regime de colaboração tem investido na restauração e ampliação dos espaços físicos da maioria das escolas, mas devido à demanda ser grande quanto ao número de prédios precisa dar continuidade e investimento para a melhoria das escolas principalmente as que



ficam localizadas nas extremidades da zona rural (multisseriadas), onde também é urgente e necessário se voltar o olhar para o uso da água que em algumas escolas, infelizmente não dispõe de tratamento.

O município hoje tem uma política implantada na formação de leitores o acervo e tem elaborado muitos projetos institucionais de leitura, mas nenhuma das escolas dispõe de espaço para montar biblioteca estruturada, no entanto são aproveitados os espaços existentes como cantinhos para leitura. O governo federal tem investido na biblioteca de sala, ou seja, incentivado as instituições a montarem seus cantos de estudo, porém nem todas as escolas possuem espaços de apoio ao professor. Não existe estrutura nos espaços para lazer nem banheiros suficientes para atender as demandas das escolas e em algumas das mesmas não atendem aos critérios de acessibilidade.

Para o funcionamento da educação em tempo integral foi utilizado o critério de escolha dos espaços, pois, a infraestrutura das escolas não permite a execução do projeto. O município aderiu ao programa para não perder a oportunidade de estar inserido no processo, dessa forma são utilizados espaços comunitários para atender as demandas específicas, alguns espaços foram reformulados e ampliados, mas não para atender as exigências da educação em tempo integral.

É importante relatar que existem carteiras suficientes para os alunos, bem como quadro e material de apoio em cada sala de aula, mas em algumas escolas faltam ainda cadeira e mesa para o professor. Algumas dispõem de materiais ilustrativos, bibliográficos, visual e sonoro, porém insuficiente para atender a todos os alunos.

A maioria das escolas foi informatizada através do programa do Proinfo, e também dispõem de alguns equipamentos como TV, CDs, computadores, data show, DVDs, caixas amplificadas, câmaras fotográficas entre outros, que são atualizados de acordo as condições da escola. São utilizados pelos professores e alunos sempre que solicitado, porém, não sendo suficientes para todos os profissionais e alunos. Quanto aos recursos das salas multifuncionais só foram contempladas apenas duas salas na rede.

Vale ressaltar que existem laboratórios de informática em quase todas as escolas, sendo que apenas duas escolas da zona urbana funcionam com internet e o aluno tem acesso com horário e turno definidos.



Em todas as escolas é feito um controle do patrimônio, existe um profissional responsável pela segurança e guarda para estes fins, mas é notória a necessidade de ampliar essa segurança, visto que há situações em que apenas um profissional tem que dobrar sua carga horária.

Em relação à estética e limpeza do ambiente de trabalho, faz-se necessário uma ampliação no quadro de agentes de serviços gerais através de concurso público para atender a demanda do município.

2.3 VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A necessidade de ações relacionadas à valorização profissional acompanha a história da própria sociedade e conseqüentemente a história da educação brasileira. Nosso país ainda precisa evoluir consideravelmente no atendimento a educação por existir um descompasso entre políticas públicas promulgadas e as práticas efetivas. Logo, há uma necessidade de entendermos que a educação também está inserida no contexto mundial dos “direitos do cidadão”, como é citado nos principais documentos e declarações emitidos tanto no Brasil, como por organismos internacionais. Vale ressaltar que no Brasil o direito supracitado, apenas foi reconhecido na Constituição Federal de 1988, antes disso, o Estado não era obrigado formalmente a garantir a educação de qualidade a todos os brasileiros, e o ensino público era tratado como uma assistência, um amparo dado àqueles que não podiam pagar por uma educação particular. Considerando então a Constituição mencionada, as responsabilidades do Estado foram repensadas a fim de promover a educação fundamental e passou a ser dever, conforme o art. 205:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”

Faz-se necessário entendermos ainda que além da Constituição Federal (1988), existem outras legislações que regulamentam e complementa o direito a educação: O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, juntos, esses documentos legais são



mecanismos que abrem fortes possibilidades de uma educação de qualidade a todos os brasileiros. Consideramos ainda o documento escrito em 1987o primeiro PNE nº Lei nº 10.172/2001 este pretendia ser uma ordenação legal da educação brasileira e não apenas uma operação distributiva dos recursos a serem aplicadosna educação, porém não houve efetivação por ser considerado um documento extenso e sem acompanhamento financeiro. No entanto,importantes conquistas para Educação aconteceram com a aprovação da referida Lei. Esta elaborada sob a liderança do FNDE, que também conduziu a elaboração do projeto da LDBEN a partir de 1986,com a Constituição Federal de 1988 que reivindicava o fortalecimento da escola pública e a democratização da gestão educacional, como eixo do esforço para universalizar a Educação Básica e progressivamente o ensino superior.

Revisões foramfeitas ao longo dos anos e o atual Plano Nacional de Educação(PNE), Lei 13005/2014 construída a partir da mobilização popular discutia a importância de um financiamento para Educação,conquista estabelecida,na Meta 20 e suas estratégias 20.1 a 20.12 do financiamento como meta para ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio. Vale destacar que,a estratégia20.11 estabelece a aprovação no prazo de 1 (um) ano, a Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na educação básica, em cada sistema e rede de ensino, aferida pelo processo de metas de qualidade aferidas por institutos oficiais de avaliação educacionais;

O atual PNE trata como importante pauta a valorização dos profissionais da educação: “Particular atenção deverá ser dada a formação inicial e continuada, em especial aos professores. Faz parte dessa valorização a garantia das condições de trabalho, entre elas o tempo para estudo, a preparação das aulas, salário digno, com piso salarial e carreira de magistério”. Estabelecidas também, pela Lei do Piso 11.738/2009 e o Parecer 18/2012 definindo hora de planejamento e tempo livre incluída na carga-horária, percebendo a real necessidade de haver disponibilidade de tempo para estudos individuais, participação em reuniões,haja vista que os docentes vão incorporando ao seu trabalho novas funções e responsabilidades pela necessidade de responder as exigências dos órgãos do sistema, bem como da comunidade.



Considerando o planejamento estratégico educacional, em hipótese alguma, os recursos humanos devem ser desconsiderados, mesmo porque a prática pedagógica não é um conjunto de ações isoladas, urge a importância da interação constante entre necessidade e a possibilidade referente ao processo de conhecimento dos educandos, sendo extremamente fundamental a intervenção do professor. A garantia da qualificação do profissional produzirá melhores resultados, o qual deve ser acima de tudo comprometido com o desenvolvimento da pessoa humana e, para isso, “toda qualificação deverá ser oportunizada”.

Segue então uma caracterização da situação existente no município de América Dourada, entendendo que essa caracterização é imprescindível para a posição de ações futuras (salário, carreira, qualificação, saúde, etc.) que favoreçam melhor desempenho dos docentes e dos demais profissionais. Destacamos então, pontos para uma reflexão mais detalhada da situação dos docentes e dos trabalhadores na educação:

- Aprimoramento para os profissionais do magistério, bem como para os demais profissionais que atuam no ambiente das escolas públicas;
- Identificação das carências dos docentes e demais trabalhadores da educação para em seguida, procurar formas de superá-los, por intermédio de cursos de formação;
- Formação inicial e continuada como preocupação permanente da administração pública.

Deve-se considerar também o aspecto da qualificação profissional – a justa remuneração para os trabalhadores que desenvolvem em especial a dignidade da tarefa educativa. Ressalta – se que o Plano de Carreira deve constituir-se em um instrumento atrativo para os atuais e futuros trabalhadores e que seja ao mesmo tempo motivador para o aperfeiçoamento do profissional enquanto educador. Assim, o município deverá estar atento a Meta 18, pois esta define aos municípios que devem assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de Planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o Plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.



Neste sentido, é importante destacar que o trabalho docente vem passando por diversas mudanças em decorrência das reformas educacionais iniciadas na última década do século XX, e estas trouxeram implicações diretas para a educação escolar. Surgiram novas atribuições para a escola e, conseqüentemente para os professores, os quais são cada vez mais impedidos de adaptarem as novas mudanças do mundo globalizado, recebendo cobrança tanto do estado como da própria sociedade, que vê na educação uma possibilidade de seus membros conseguirem uma oportunidade de vida melhor, o que tem contribuído para o processo de flexibilização e precarização do trabalho docente, pois a situação vivida pelos professores nos diversos níveis e modalidades de ensino passa por processos de modificação do seu trabalho, visto que os mesmos passam a desempenhar um papel central no cumprimento das metas previstas. O aumento das cobranças por parte do governo e sociedade sem um acompanhamento das condições propícias de trabalho para os professores pode também por em risco a qualidade da educação, considerando a constante solicitação, sobrecarga e crescentes demandas a que são submetidas.

Neste aspecto a Lei 13005 /2014 PNE, prioriza a valorização do profissional dentre muitos aspectos na perspectiva de valorização salarial assim, estabelecendo na meta 17 o acompanhamento salarial visando valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio aos dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência do PNE. A meta apresenta estratégias, dentre elas vale destacar a 17.4 que trata de ampliar a assistência financeira específica da União aos entes federados para implementação de políticas de valorização dos (as) profissionais do magistério, em particular o piso salarial nacional profissional.

Percebe-se que a educação no setor público, diferente de outras áreas “forma pessoas” e deverá ser humanizada conforme a Lei 11738/2009, 13005/2014 e parecer CNE 18/2012 que segue entre suas linhas retificando: “Desta forma, os espaços de trabalho pedagógico coletivo e outros espaços coletivos de interação do professor com seus pares e com os demais segmentos da comunidade escolar são fundamentais e devem ser contemplados no seu piso, jornada de trabalho, formação inicial e continuada, condições de trabalho como inerentes a valorização do profissional da educação”. A rede necessita de investimento na infraestrutura e ampliação das unidades, sendo que a



valorização dos profissionais não deve perpassar somente pelo incentivo financeiro à carreira devendo possibilitar condições de trabalho.

**Tabela 09. Funções docentes por Etapas e Modalidades da Educação Básica
– Rede Municipal**

Etapas e Modalidades da Educação Básica	Funções Docentes					Total
	C/Lic	C/Gr	C/EM	C/NM	S/EM	
Regular – Creche	0	12	0	08	0	20
Regular - Pré-Escola	0	17	0	06	0	23
Regular - Anos Iniciais do Ensino Fundamental	0	50	0	23	0	73
Regular - Anos Finais do Ensino Fundamental	14	37	0	15	0	66
Educação de Jovens e Adultos - Anos Iniciais do Ensino Fundamental/Presencial	0	05	0	01	0	06
Educação de Jovens e Adultos - Anos Iniciais do Ensino Fundamental/Semipresencial	0	0	0			
Educação de Jovens e Adultos - Anos Finais do Ensino Fundamental/Presencial	09	01	10	01	02	

Importante destacar que as iniciativas para ingresso nas universidades por modalidade de ensino foi pontual no município de América Dourada conforme demonstra a tabela acima. Apesar das dificuldades enfrentadas, em virtude de não ser ofertado no



município as instituições de ensino superior públicas e por não haver iniciativas de políticas públicas municipais para incentivo ao ingresso nas Universidades, os professores em 2004 por conta própria buscaram a formação inicial nas universidades particulares e EAD. Em relação aos professores leigos do município não houve iniciativas de elevar o nível de qualificação por meio da promoção de oportunidade para habilitá-los. Por iniciativa própria, aproximadamente 70% dos profissionais são graduados ou licenciados e os demais estão concluindo a licenciatura e/ou graduação.

Como garantia do processo de formação continuada, o município estabeleceu uma parceria com o Instituto Chapada de Educação e Pesquisa entre os anos 2005 a 2012. Esta parceria favoreceu a qualificação do perfil do coordenador enquanto formador de professores, resultando na qualidade da prática de sala de aula, bem como na ação dos gestores de escola. A qualidade foi visível por apresentar melhorias no processo de alfabetização e letramento com elevação dos índices educacionais nas avaliações externas como indica o IDEB. Vale destacar que a parceria foi formada com atendimento nos segmentos Ed. Infantil e Fundamental I.

Em 2013, o município segue sem oportunizar a formação continuada aos profissionais através do ICEP ou de empresas de assessoria e consultoria pedagógica por conceber que os coordenadores pedagógicos orientados por oito anos pelo referido Instituto apresentam as competências necessárias para dar continuidade a formação em serviço, considerando também a capacitação do PNAIC - Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa, aprimoramento para professores do Brasil Alfabetizado e EJA Educação para Jovens e Adultos e na Educação Infantil, o Proinfância e o programa Formar em Rede, ofertado pelo Instituto Avisa Lá, com o patrocínio do Banco Santander. Este apóia professores, coordenadores, diretores de escola e demais funcionários na atuação relacionada a cuidar, educar e brincar com crianças de 02 a 05 anos

Em 2014, prosseguiu com o PNAIC articulado as ações do Pacto com os municípios, um programa do Governo do Estado, Programa Gestar com os professores do Fundamental II nas áreas de Matemática e Língua Portuguesa, Formação com o Sistema Maxi de Ensino uma parceria com a Abril Educação para todos os educadores do Fundamental II, Matemática para os gestores e docentes da Educação Infantil em



parceria com o Instituto Avisa Lá e encontros formativos com os gestores escolares em parceria com a Consultoria Cre Ser.

É necessário investir na formação dos profissionais do Ensino Fundamental I (4º e 5º ano), Fundamental II e EJA como reza a Lei de Diretrizes e bases da Educação no seu artigo 61: A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidade de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educador, terá como fundamento:

I – A associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço. Importante destacar também que atualmente os espaços reservados para planejamento, também o art. 67, quando cita o capítulo V: “Período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluindo na carga horária de trabalho”.

Neste sentido, o PNE 13005/2014 tem como Meta 13 elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores. E ainda, trata deste tema a Meta 16 a qual estabelece formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Retomando a formação inicial, atualmente existe a iniciativa de política de formação através da Plataforma Freire com parceria e termo de compromisso entre a Universidade Estadual da Bahia (UNEB), o município e o governo Federal. O município vem se comprometendo ao longo de aproximados três anos com ajuda de custo para deslocamento e alimentação.

Tabela 10. Número de professores e coordenadores da rede Municipal, Estadual e Particular em 2014

Profissionais	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Total
---------------	-------------------	--------------------	--------------	-------



do Magistério	Estadual	Municipal	Particular	Estadual	Municipal	Particular	Estadual	Municipal	Particular	
Professores		43			139					182
Coordenadores		6			18					24

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Diretoria Regional (NRE1) 2014.

A tabela acima mostra que o município oferece um número equiparado entre coordenadores e professores por segmentos, demonstrando uma preocupação em relação ao apoio pedagógico. No entanto, revela que o número de profissionais da Educação Infantil é inferior ao Ensino Fundamental que sinaliza a necessidade de ampliação da oferta nesta modalidade.

O Município possui o Plano de Cargos e Salários elaborado com representantes de segmentos da APLB sindicato, executivo, legislativo, diretores escolares e coordenadores pedagógicos, Lei 242/2007, sendo cumprida parcialmente necessitando de ajustes para atender a Lei Federal.

Em se tratando de avaliação por desempenho dos profissionais, não há instituído processo para avaliar. Os coordenadores pedagógicos e diretores de escolas são cargos comissionados, porém são professores efetivos que desempenham suas funções nas escolas.

No que trata dos documentos fundamentais para a escola como o Projeto Político – Pedagógico, a maioria das escolas dispõe do documento elaborado de forma democrática e participativa este, em processo de revisão.

Portanto, a valorização profissional significa então, primordialmente o estabelecimento de uma relação de respeito as necessidades do ser como profissional e como cidadão, sempre considerando uma perspectiva da qualidade do ensino e da Educação. Concluindo, é perfeitamente compreendido que o caminho para a qualidade da educação de América Dourada é uma construção coletiva. Planejar a Educação Municipal para os próximos 10 anos, de forma articulada a luz do PNE e da realidade



local permite a elaboração e o planejamento de um PME que assegure o direito a Educação com qualidade.

Tabela 11. Profissionais em educação, por nível de escolaridade na Rede Municipal em 2013

Cargos	Nº	Nível da Escolaridade			
		Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo	Ensino Médio Completo	Outros
Merendeira	15	08	02	04	01
Vigilante/Guarda	28	12	06	07	03
Serviços Gerais	106	61	20	20	05
Secretário Escolar	19	00	01	10	08
Porteiro					
Outros	05	01	00	04	

Fonte: Secretaria Municipal de Educação 2014.

A tabela acima revela que o novo contexto social faz da escola um espaço de exercício de múltiplos papéis, o que requer a presença de vários profissionais da educação, por isso surge a necessidade de reconhecimento destes profissionais como determina o Parecer nº CNE/CEB nº 16/2005, que possibilita entrar em cena os funcionários da escola, através da Secretaria da Educação Básica.

Torna-se necessário que os municípios organizem a qualificação profissional em nível médio para o exercício de funções não docentes, de suporte administrativo-pedagógico nas escolas de Educação Básica, tais como secretarias escolares, alimentação escolar, multimeios didáticos, infra-estrutura material e ambiental, considerando pertinente a necessidade de tal formação se realizar em nível médio, por meio de habilitações técnicas, para o que se impõe incorporar às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio sendo, 21ª Área



Profissional, a de Serviços de Apoio Escolar, com a respectiva caracterização e as conseqüentes competências gerais de seus técnicos.

Neste aspecto, considerando o nível de escolaridade dos profissionais de apoio escolar percebe-se a necessidade de incentivar a formação inicial dos funcionários não docentes em variadas funções, ampliação da demanda e conseqüentemente a formação continuada em serviço considerando a avaliação de desempenho, para esses profissionais. A formação existe atualmente, a iniciativa de política de formação com parceria e termo de compromisso através do Instituto Federal da Bahia (IFBA) o município e o Governo Federal. O município vem se comprometendo com ajuda de custo para deslocamento dos funcionários inscritos nos cursos.

Tabela 12. Profissionais em educação, por situação funcional na Rede Municipal em 2013

Cargos	Nº Total	Situação Funcional					Tempo exercido no cargo
		Servidor Público	Concursado CLT	Contrato Temporário	Terceirizado	Outro	
Merendeira	15	13		02			
Vigilante/Guarda	28	18		10			
Serviços Gerais	106	55		51			
Secretário Escolar	19	15		04			



Porteiro							
Outros	05			05			

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2014.

A tabela mostra que a situação funcional de rede municipal necessita de atenção por haver um número de contratos temporários consideráveis o que sugere uma necessidade de efetivação destes profissionais para maior investimento nesta área visando a qualidade do ensino.

2.4 ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Nesta seção sobre etapas e modalidades de ensino, a análise situacional apresenta informações específicas tanto quantitativas quanto qualitativas sobre cada etapa ou modalidade. Para a coleta dos dados quantitativos, buscou-se dados oficiais publicados e dados da própria Secretaria Municipal de Educação. No caso das informações qualitativas, foram coletadas e analisadas em reuniões com aqueles que vivenciam o ensino nos diferentes níveis e modalidades.

2.4.1 Educação Infantil

A Educação das crianças de 0 a 5 anos no Brasil, em especial nos últimos anos, passou por grandes transformações, crescendo de forma acelerada devido às necessidades das famílias e dos argumentos das ciências que investigam o processo de desenvolvimento da criança. O município de América Dourada acompanhou essa tendência nacional, iniciando o atendimento da criança de 2 a 5 anos em Creches e Pré-escolas.

A Educação do nosso município cuidou somente da Educação Infantil das crianças na faixa etária de 4 a 5 anos, até o ano de 2008. A partir de 2009 com a



abertura das creches, iniciou-se o atendimento as crianças de 2 a 3 anos em período parcial.

Devido à falta de espaços adequados, o município não possui nenhuma creche em período integral, existindo crianças fora da escola, inclusive de 0 a 1 ano e nove meses, pois, ainda não existe oferta para esta faixa etária.

Os dados mostram que até 2012 a rede atendia 15, 3% da população de 0 a 3 anos e 80% das crianças de 4 a 5 anos.

Tabela 13. Evolução da matrícula da Educação Infantil no município América Dourada, por dependência administrativa e localização, período 2010 a 2013/

Anos	Municipal		Estadual		Particular		Total
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
2010	242	584					826
2011	240	564					804
2012	249	453					702
2013	307	549					856

Fontes: MEC/Inep, para os dados de matrícula, Anuário Estatístico Estadual e Secretaria Municipal de Educação, 2014

Na tabela acima, percebe-se que houve uma evolução na matrícula entre os anos de 2010 a 2013 na zona urbana, algo que contribuiu para isso, foi a matrícula das crianças de 2 e 3 anos . Em 2012 para 2013 percebe-se um avanço significativo.

Aconteceu através da parceria da Avante que estimula a articulação social através do Projeto Tece e Aconteceno município com formação para Conselhos Municipais contribuindo para o fortalecimento e articulação institucional em defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente com vistas a uma atuação mais efetiva no campo da Educação Infantil a ação foi uma tentativa de articular as políticas com a assistência social, a justiça, os direitos humanos e os movimentos culturais, considerando a perspectiva da formação integral, porém, esta política ainda está estruturada e efetivada. O município está se preparando para a universalização da Educação Infantil, na etapa da pré-escola, população de 4 e 5 anos até 2016, a partir do regime de



colaboração entre o Estado e a União através de ampliação de oferta com construção de uma creche. Assim, o município realiza o levantamento pelo IBGE da demanda por creche da população até 3 (três) anos, com vista ao planejamento, a oferta e atendimento a demanda através de mobilização das comunidades. O número de crianças por professor corresponde ao recomendado para a creche, que é de 13 alunos e pré-escola com 22 alunos, de acordo com o parecer CNE/CEB nº 08/2010, com Portaria de matrícula nº 01/2014.

O município tem fomentado o atendimento às populações do campo e das comunidades quilombolas na Educação Infantil, ofertando nas comunidades de Alegre, Campo Alegre, Canabrava, Lapinha e Sarandí. As escolas que não ofertam esse atendimento, os alunos são transportados. Necessitando também da construção de Currículo para atender esta demanda.

Tabela 14. Frequência por ano de nascimento, segundo o Município Residente

Nascidos Vivos – Bahia		
	Período	
	2011	2012
Município Residente	153	39

Fontes: IBGE, para os dados de população; MEC/INEP.

Isto revela que mesmo com a diminuição de crianças nascidas vivas, havendo oferta, o número de matrículas aumentará em quase 100% nos próximos anos.

O município obteve através das ações do PAR com o PROINFANCIA Programa do Governo Federal, a primeira creche que está sendo construída no Distrito de Prevenido. Das cinco creches criadas através de Portarias pela Câmara de Vereadores. Uma delas funciona em prédio da prefeitura e as demais funcionam em imóveis alugados com espaço bastante reduzidos e inadequados para crianças de Educação Infantil.

Além das creches, outras escolas atendem crianças de 3 a 5, anos entre elas: uma anexa a Escola de Ensino Fundamental no Distrito de Belo Campo, funcionando em prédio separado e nove escolas multisseriadas, sendo que em algumas, as turmas atendem crianças de 3 a 6 anos, conforme mostra tabela abaixo:



	CRECHE/ESCOLA	LOCALIDADE	Situação do prédio	Atendimento Faixa etária
	Creche Mãe Bina	Nova América	Alugado	2a 5 anos
	Creche Mãe Naninha	Distrito de Prevenido	Alugado	2a 5 anos
	Creche Mãe Pretinha	Sede	Alugado	2a 5 anos
	Anexo Escola Manoel Augusto	Distrito de Belo Campo	Alugado	2a 5 anos
	Creche Izalcina Alves Vasconcelos	Distrito de Soares	Próprio- espaço não adequado	2 a 5 anos
	Creche Tia Amélia.	Distrito de Ipanema	Alugado	2a 5 anos
	Escola Luís Pereira Borges	Povoado/ Lagoa dos Borges	Próprio- espaço inadequado	2a 5 anos
	Escola Municipal Adelcí Marques das Neves	Povoado de Lapinha	Próprio espaço inadequado	Multisseriada 3 a 5 anos – Ensino Fundamental
	Escola Municipal de Terra Nova	Povoado/ Terra Nova	Próprio- espaço inadequado	Multisseriada 3 e 5 anos e Ensino Fundamental
0	Escola Municipal José Salustiano Costa	Povoado/ Cana Brava	Próprio espaço inadequado	Multisseriada 3 e 5 anos e Ensino Fundamental
1	Escola Lindenalva Araújo Pires	Povoado/Mulungu	Próprio- espaço inadequado	Multisseriada 3 e 5 anos e Ensino



				Fundamental
2	Escola Aurélio José Marques	Povoado/Alegre	Próprio- espaço inadequado	Multisseriada 3 e 5 anos e Ensino Fundamental
3	Escola Santa Rita de Cássia	Povoado/Campo Alegre	Próprio- espaço inadequado	Multisseriada 3 e 5 anos e Ensino Fundamental
4	Escola Elísio Alves da Silva	Povoado/Maximino	Próprio-espaço inadequado	Multisseriada 3 e 5 anos e Ensino Fundamental
5	Escola Municipal de Sarandí	Povoado/Sarandí	Próprio- espaço inadequado	Multisseriada 3 e 5 anos e Ensino Fundamental
6	Escola Emília Carneiro	Mato Verde	Próprio- espaço inadequado	Multisseriada 3 e 5 anos e Ensino Fundamental

Fonte: Secretaria de Educação 2013.

É importante ressaltar que nenhuma das Creches e Escolas possui os padrões mínimos de infraestrutura exigidos pelos Referenciais de qualidade e Infraestrutura, elaborados pelo MEC. Portanto, o município precisa se preparar para receber novas crianças. Uns dos fatores determinantes para o aumento da oferta de vagas na Educação Infantil, são as metas traçadas no Plano Nacional de Educação e a alteração da LDB Nº 12.796/2013 que torna obrigatório a matrícula e permanência das crianças de 4 a 5 anos na escola.



Tabela 15. Taxa de escolarização [1] da Educação Infantil do município (2012)

Segmentos	População (A)	Matrícula (B)	Não matriculados	Taxa (C)%
Creche (0 a 3 anos)	1.199	184	1.015	15,3%
Pré-Escola (4 a 5 anos)	643	518	125	80%
Total (0 a 5 anos)	1.842	702	1.140	38%

[1] A taxa de escolarização refere-se à proporção de pessoas de uma determinada faixa de idade que frequenta a escola, em relação ao total de pessoas na mesma faixa etária.

Percebe-se que mesmo com uma queda na evolução da matrícula havendo oferta, os números de matrículas aumentarão nos próximos anos. Por conta da obrigatoriedade desse atendimento.

Tabela 16. Taxa de escolarização da Educação Infantil do Município de América Dourada, por localização (2012)

Localização	População de 0 a 5 anos (A)	Matrícula (B)	Escolarização %
URBANO	1.274	249	19,5%
RURAL	568	453	79,7%

Fontes: IBGE, para os dados de população; MEC/INEP, para os dados de matrícula.

Os dados mostram que o investimento precisa ser maior na zona urbana onde a taxa de escolarização é apenas de 19,5 %, enquanto na zona rural é 79,7%.

O município deverá se adequar as demandas até o ano de 2016 no que diz respeito principalmente ao atendimento das crianças de pré-escola. Isto só será possível se houver investimento na construção de novas unidades. Em consequência,



demandará um quadro maior de pessoal, o que levará o município a realizar concursos e investir em formação continuada para todos os profissionais que atuam no segmento.

2.4.2 Ensino Fundamental

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 no Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto na Seção I - Da Educação:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º - O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º - Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§ 2º - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.



Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 2º Os Municípios atuaram prioritariamente no Ensino Fundamental e Pré - Escolar.

A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 – LDB, no TÍTULO III – Do Direito à Educação e do Dever de Educar na Seção III – Do Ensino Fundamental:

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Art.10. Os Estados incumbir-se-ão de:

VI - assegurar o Ensino Fundamental e oferecer, com prioridade, o Ensino Médio.

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

V - oferecer a Educação Infantil em creches e pré - escolas, e, com prioridade o Ensino Fundamental.

Segundo a constituição de 1988, é dever do estado a obrigatoriedade e gratuidade do ensino a todas as crianças, inclusive para aquelas que não tiveram acesso à escolarização na idade certa. Ficando o poder público responsável por oferecer um ensino de qualidade com um currículo adequado as diversidades e especificidade dos educandos, assegurando formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais, bem como zelar junto aos pais ou responsável pela frequência a escola. A Lei Orgânica do Município também assegura a gratuidade e obrigatoriedade do ensino e atendimento a todas as crianças, com currículo adequado as peculiaridades do município e valorização da cultura e seu patrimônio histórico, artístico e ambiental, devendo zelar pela permanência das mesmas na escola



e atendimento por meio de programas suplementares de fornecimento de material didático-escolar, alimentação e assistência à saúde. Porém, essa Lei não assegura a responsabilidade do poder público e dos pais quanto frequência à escola.

A nova LDB institui o ensino fundamental de nove anos, tendo como objetivo a formação básica do cidadão, devendo o poder público e instituições de ensino adequar-se a essa nova modalidade.

O Ensino Fundamental é organizado de acordo com as seguintes regras comuns: carga horária mínima anual de oitocentas horas, distribuído por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver; classificação em qualquer ano ou etapa, exceto no primeiro do ensino fundamental pode ser feita por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, o ano ou fase anterior na própria escola; por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas.

A matrícula é direito subjetivo dos pais de matricular os filhos em escola próxima da residência aos seis anos de idade no primeiro ano, com direito de cursar até o nono ano.

As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas categorias de públicas, quando mantidas e administradas pelo Poder Público, privadas assim entendidas, as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado e podem-se enquadrar nas categorias particular, comunitárias, confessionais e filantrópicas. (artigo 20 da LDBEN).

O ensino fundamental é obrigatório para crianças e jovens com idade entre 6 e 14 anos. Essa etapa da educação básica deve desenvolver a capacidade de aprendizado do aluno, por meio do domínio da leitura, escrita e do cálculo, além de compreender o ambiente natural e social, o sistema político, a tecnologia, as artes e os valores básicos da sociedade e da família.

A lei nº 11.114 determinou, a partir de 2005, a duração de nove anos para o ensino fundamental e define sua implantação através de uma Organização da Política da Educação Municipal. O município de América Dourada com base no Decreto Nº 51-A de 12 de dezembro de 2005 decreta:



Art. 1º - Fica instituído o ensino fundamental de nove anos de duração nas escolas da rede municipal de ensino de América Dourada, com matrícula a partir dos seis anos de idade.

Art. 2º - Compete à Secretaria Municipal de Educação definir e divulgar normas para a organização do Ensino Fundamental, conforme o previsto no art. 1º desta lei.

Logo, o objetivo desta ampliação é assegurar e garantir o acesso e a permanência das crianças nos aparelhos educativos, buscando discutir diretrizes que balizem e qualifiquem o processo de ensino e aprendizagem dos alunos nessa faixa etária. Desta forma, o município precisa intensificações que garantam a universalização do Ensino Fundamental de nove anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos.

Apresenta-se a tabela dos alunos matriculados no Ensino Fundamental em América Dourada, subdivididos entre zona urbana e zona rural, desde o ano de 2009 até o ano de 2013 na faixa etária de 6 a 14 anos de idade.

Tabela 17. Evolução das matrículas do Ensino Fundamental no Município de América Dourada, por dependência administrativa e localização (2010/2013)

Anos	Municipal		Estadual		Particular		Total
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
2010	940	3.195					4.135
2011	919	2.476					3.395
2012	887	1.961					2.848
2013	951	1788					2.739

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar – Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>.

Acesso em: 16 jan. 2014

Observando os dados apresentados na tabela acima, nota-se uma redução no número de alunos matriculados no ensino fundamental do município. Essa redução deve-se em parte a migração da população para outros estados em busca de melhores



condições de vida, entretanto, para solucionar essa problemática é necessário investir em políticas públicas que assegure a permanência das famílias em suas localidades.

TABELA 18. Taxa de Escolarização Líquida da população de 7 a 17 anos.

Fundamental (7 a 14 anos)	Ensino Médio (15 a 17 anos)
74,23	29,35

IBGE Censo Demográfico de 2010. Acesso em 20 de março de 2015.

Os números revelam que mesmo existindo a oferta há muitos alunos fora da escola com um impacto acentuado no Ensino Médio, necessitando do fortalecimento de Políticas Públicas.

Tabela 19. Nível Educacional da População de 06 a 14 anos, 1991, 2000 e 2010.

Faixa etária (anos)	Taxa de analfabetismo			% de alunos na escola		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
06 a 14 anos				53,28	91,12	96,62
11 a 14 anos	40,16	14,85	8,32			

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil

Segundo os dados acima apresentados a relação entre a taxa de analfabetismo e o percentual de alunos na escola dos 6 aos 14 anos entre os anos de 1991 a 2010 expressa um decréscimo em relação a taxa de analfabetismo, conseqüentemente há uma progressão considerável quanto ao número de aluno presente na escola.

Tabela 20. Matrícula do Ensino Fundamental do Município América Dourada, por idade série, Rede Municipal, (2014)



Idades	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano	Total
6 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7 anos	02	0	0	0	0	0	0	0	0	02
8 anos	0	05	0	0	0	0	0	0	0	05
9 anos	0	02	03	0	0	0	0	0	0	05
10 anos	0	01	05	22	0	0	0	0	0	28
11 anos	0	01	01	08	0	22	0	0	0	32
12 anos	0	01	01	03	31	49	0	0	0	85
13 anos	0	0	0	2	8	22	47	0	0	79
14 anos	0	0	0	02	4	21	37	48	0	112
15 anos	0	0	0	0	0	07	21	21	42	91
+ de 16 anos	0	0	0	0	01	04	04	12	40	61
Nº de alunos total em defasagem	02	10	10	37	66	103	109	81	82	500
% em defasagem	0,7	3,1	3,4	12,3	17,6	31,2	31,9	27,0	32,1	18%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2013.



De acordo com a análise da tabela acima se observa um grande número de alunos do 5º ao 9º ano em defasagem, sendo que no 6º ano esse índice é mais expressivo. O atraso no percurso escolar é resultante da repetência e da evasão que apontam para a necessidade da continuidade e intensificação das políticas educacionais destinadas à correção das distorções idade-série/ano. A presença de jovens com mais de 14 anos no ensino fundamental demanda a criação de condições próprias para a aprendizagem dessa faixa etária, adequadas à sua maneira de usar o espaço, o tempo, os recursos didáticos e às formas peculiares que a juventude tem de conviver no seu contexto social.

O ensino fundamental no município de América Dourada contempla em sua organização o ensino fundamental de 9 anos instituído via Decreto Municipal de nº 51- A de 12 de dezembro de 2005. Essa organização vem ocorrendo por ano, em 2006 a antiga alfabetização ou grupo 6, adequa-se à nova nomenclatura passando assim a ser o 1º ano e consequentemente as séries seguintes.

No que se refere a proposta pedagógica municipal e as garantias que se tem dado para que os alunos do 3º ano dos anos iniciais sejam alfabetizados, desde 2005 com a parceria firmada com o Instituto Chapada de Educação e Pesquisa (ICEP), em 2013 com a adesão ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, a educação municipal tem um olhar voltado para a efetivação da alfabetização aos 8 anos com formação continuada garantida para todos os envolvidos nesse processo, como forma de repensar a alfabetização e o planejamento da mesma, assim percebe-se uma crescente qualificação desses índices. Os dados finais de leitura e produção do ano de 2012, revelados pelo diagnóstico apontam que 75% dos alunos desse ano/série estão alfabetizados, ou seja, 25% desses alunos ainda não têm consolidado esse processo. A isso atribui-se problemas na transposição didática, o atendimento fragilizado aos alunos com dificuldade, a falta de uma proposta curricular bem definida que considere as concepções de alfabetização e ensino de como a criança aprende e direitos de aprendizagem para os alunos nesses anos iniciais, a falta de encontros formativos para estudo e reflexão da prática.

Tabela 21. Taxas de Rendimento – Rede Estadual



SÉRIE / ANO	Ano	Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação		Taxa de Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1ª Série / 2º ano do EF	2008						
	2009						
	2010						
2ª Série / 3º ano do EF	2008						
	2009						
	2010						
3ª Série / 4º ano do EF	2008						
	2009						
	2010						
4ª Série / 5º ano do EF	2008						
	2009						
	2010						
5ª Série / 6º ano do EF	2008						
	2009						
	2010						
6ª Série / 7º ano do EF	2008						
	2009						
	2010						
7ª Série / 8º ano do EF	2008						
	2009						
	2010						
8ª Série / 9º ano do EF	2008						
	2009						
	2010						

Fonte: Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/ide/2008, 2009, 2010/gerar Tabela.php](http://portal.mec.gov.br/ide/2008,2009,2010/gerarTabela.php)>.

Acesso em: 16 jan. 2014.



O município não oferece essa modalidade de Ensino Fundamental na rede Estadual.

Tabela 22. Taxas de Rendimento - Rede Municipal

SÉRIE / ANO	Ano	Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação		Taxa de Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1ª Série / 2º ano do EF	2008	94.30	95.80	1.60	1.50	4.10	2.70
	2009	95.90	97.30	0.00	2.70	4.10	0.00
	2010	95.40	99.20	3.40	0.00	1.20	0.80
2ª Série / 3º ano do EF	2008	81.10	94.40	16.80	5.00	2.10	0.60
	2009	84.10	84.90	15.00	11.80	0.90	3.30
	2010	96.70	97.90	1.10	0.00	2.20	2.10
3ª Série / 4º ano do EF	2008	82.80	92.40	16.40	6.60	0.80	1.00
	2009	86.10	90.50	11.90	8.30	2.00	1.20
	2010	91.20	97.00	8.00	2.30	0.80	0.70
4ª Série / 5º ano do EF	2008	85.00	95.80	14.20	2.90	0.80	1.30
	2009	83.50	88.30	15.60	10.40	0.90	1.30
	2010	89.30	94.50	10.70	5.50	0.00	0.00
5ª Série / 6º ano do EF	2008	57.80	75.60	37.50	18.60	4.70	5.80
	2009	71.40	76.30	20.50	18.50	8.10	5.20
	2010	84.60	85.30	10.70	10.80	4.70	3.90



6ª Série /	2008	72.60	94.60	21.70	4.60	5.70	0.80
7º ano do	2009	80.90	86.20	12.80	8.60	6.30	5.20
EF	2010	93.20	91.30	1.50	3.20	5.30	5.50
7ª Série /	2008	71.40	83.10	28.60	12.70	0.00	4.20
8º ano do	2009	87.90	80.50	6.10	10.40	6.00	9.10
EF	2010	94.70	91.00	2.70	5.80	2.60	3.20
8ª Série /	2008	90.20	90.00	6.10	6.90	3.70	3.10
9º ano do	2009	88.20	86.20	1.50	12.50	10.30	1.30
EF	2010	96.60	96.00	0.00	2.00	3.40	2.00

Fonte: Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/2008,2009,2010/gerarTabela.php>>

Acesso em: 16 jan. 2014.

Mediante a análise das informações da tabela acima, observa-se que nas séries iniciais na zona urbana, os índices de reprovação e abandono são superiores aos resultados das escolas localizadas na zona rural. Entretanto, nos anos finais raramente apresenta oscilação, as séries/ano em que o índice de reprovação maior são os 8º e 9º anos da zona rural.

É considerável a taxa de aprovação que variam de 70% a 99%.

Comparando os indicadores acadêmicos de 2008 a 2012, observa-se que as maiores taxas de reprovação aparecem no 5º, 6º e 8º ano, sendo que há uma oscilação de um ano para o outro. Diante da análise apontam-se as seguintes razões para os dados apresentados:

- A falta de uma proposta curricular estruturada e institucionalizada que garanta progressão e continuidade das aprendizagens entre os anos/séries, com uma concepção clara sobre ensino e avaliação considerando os vários fatores que estão por trás da reprovação;
- Outro fator preponderante é a ausência de políticas públicas voltadas para a inclusão das crianças com dificuldades de aprendizagens considerando a diversidade social, política, econômica e cultural presentes na instituição;
- A carência de professores com formação continuada para lidar com heterogeneidade e singularidades dos diferentes sujeitos.



Os indicadores acadêmicos e os resultados das avaliações externas revelam que as disciplinas críticas em que os alunos apresentam maiores dificuldades são Língua Portuguesa e Matemática. Em parceria com o Instituto Chapada de Educação e Pesquisa – ICEP, o município proporcionou de 2005 a 2012 uma formação continuada com vistas à formação de leitores e escritores através de uma qualificação da prática dos supervisores, coordenadores, diretores e professores, com ênfase na disciplina de Língua Portuguesa, onde se desenvolveu projetos institucionais de leitura, planos de ensino, rotina, diretrizes curriculares de Língua Portuguesa, plano de ação municipal/institucional e seminários de avaliação.

Em 2013 e 2014 o município permanece oferecendo a formação continuada visando a melhoria da qualidade da educação através de Programas e orientação dos Supervisores Técnicos Pedagógicos da Secretaria Municipal de Educação, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias nacionais para o IDEB.

As taxas de abandono escolar caíram gradativamente nos últimos anos, especialmente graças a políticas suplementares à educação, como a alimentação e o transporte escolar, bem como os programas de renda mínima vinculados à frequência escolar ofertados pelo Governo Federal.

América Dourada, efetivamente, mantém os seguintes programas nesse sentido: alimentação escolar composta de valores calóricos, protéicos e mesmo vitamínicos adequados às necessidades da alimentação humana, muitos desses retirados da própria agricultura orgânica; transporte escolar para os estudantes das comunidades que não ofertam os anos finais do Ensino Fundamental ou quando o número de alunos não é suficiente para funcionamento da escola na comunidade em que residem; além do Programa Bolsa Família do Governo Federal, conta com o Programa Mais Educação com a ampliação do tempo do aluno na escola e oportunidades educativas.

A evasão escolar pode ter como causas tanto fatores intra como extra-escolar, desde a implementação de metodologias educacionais deficientes para certos públicos, incluindo razões sociais, econômicas e culturais. Percebe-se uma grande dificuldade do município em pesquisar as razões desses índices de evasão escolar e promover políticas que os tornem irrisórios.

Tabela 23. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) no Ensino

**Fundamental 2005/2011**

Âmbito de Ensino		Anos Iniciais do Ensino Fundamental					Anos Finais do Ensino Fundamental				
		IDEB Observado				Metas	IDEB Observado				Metas
		2005	2007	2009	2011	2021	2005	2007	2009	2011	2021
Brasil	Total										
Rede Estadual											
Rede Estadual do seu Município											
Rede Municipal do seu Município		3,1	3,9	3,9	4,2	5,4	3,4	3,7	3,6	5,1	

Fonte: Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/2008/gerarTabela.php>>. Acesso em: 16 jan. 2014

O município possui várias instituições educacionais. São 30 escolas municipais, sendo que 18 atende o ensino de Fundamental I e 5 escolas de Fundamental II, dessas 13 são avaliadas pelo IDEB, em relação a sistemática de acompanhamento dos resultados os profissionais da parte pedagógica do município tem um olhar voltado para análise desses dados e a partir disso traça-se metas e ações, ou seja, configura-se em indutor curricular.

Nesses últimos anos, o PAR - Plano de Ações Articuladas do município define algumas metas para a melhoria do Ensino Fundamental.

Analisando a situação da educação no município quanto ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica houve uma progressão nos anos iniciais de 2005 a 2011. Porém, houve uma pequena queda em 2011 no Fundamental II.

Conforme informações dos indicadores apresentados acima, o Ensino Fundamental vem se desenvolvendo de forma lenta, mas positiva e assim deverá manter-se estimando sempre melhorias. Para cumprir as metas estabelecidas que visem à melhoria do desenvolvimento da educação é imprescindível que estejam igualmente



interligadas as condições materiais, a infraestrutura, organização curricular, didática, pedagógica, administrativa e a formação continuada de todos profissionais da educação.

2.4.3 Ensino Médio

Segundo o artigo 22 da LDB, a educação básica tem por finalidade “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. O ensino médio, uma vez que entre as suas finalidades específicas incluem-se “a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando”, a ser desenvolvida por um currículo, que destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania. Compreendendo que, nesta faixa etária, esse fato indica o quanto esta articulação deve estar na pauta do dia, pois para o município é um desafio a ser vencido.

Desde 1996, o ensino médio, é uma etapa do sistema do ensino equivalente a última fase da educação básica, cuja finalidade é o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, bem como a formação de cidadão para vida social e para o mercado de trabalho, oferecendo o conhecimento básico necessário para o estudante ingressar no ensino superior.

O atendimento ao Ensino Médio pode ser demonstrado em números com os dados do Censo Escolar, resgatando a informação quanto à população alvo da meta de jovens de idade compreendida entre 15 a 17 anos. É possível, ainda, ser analisado o desempenho dos alunos observando as taxas de rendimento, de acordo com as tabelas.

Tabela 24. Matrícula Inicial do Ensino Médio no Município de América Dourada, por dependência administrativa e localização 2011/2013

Anos	Municipal		Estadual		Privada		Total
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
2011	-	-	815	-	-	-	-



2012			792				
2013			749				

Fonte: Anuário Estatístico da Educação da Bahia Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/2010>>. Acesso em: 16 jan. 2014 e Núcleo Regional (NRE1)

Nota-se, através dos dados apresentados que houve um decréscimo no número matrículas entre em 2011 a 2013 na Rede Estadual de ensino.

Tabela 25. Taxas de Rendimento do Ensino Médio - Rede Municipal/ Rede Estadual

Fase / Nível		Taxa Aprovação			Taxa Reprovação			Taxa Abandono		
		Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
1º ano do EM	2008	69.00		69.00	6.60		6.60	24.40		24.40
	2009	78.60		78.60	2.30		2.30	19.10		19.10
	2010	-----	73.30	73.30		12.10	12.10		14.60	14.60
2º ano do EM	2008	83.80		83.80	1.00		1.00	15.20		15.20
	2009	85.90		85.90	1.50		1.50	12.60		12.60
	2010		85.20	85.20		2.70	2.70		12.10	12.10
3º ano do EM	2008	89.20		89.20	0.00		0.00	10.80		10.80
	2009	91.70		91.70	4.50		4.50	3.80		3.80
	2010		94.10	94.10		0.60	0.60		4.60	4.60

Fonte: Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/ide/2008, 2009, 2010/gerar Tabela.php](http://portal.mec.gov.br/ide/2008,2009,2010/gerarTabela.php)>.



Acesso em: 16 jan. 2014.

Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano no município de América Dourada a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 197,99% entre 2000 e 2010 e 129,43% entre 1991 e 2010. Percebem-se na tabela acima que os índices de aprovação cresceu entre os anos 2008 e 2010 reduzindo a taxa de reprovação e a taxa de abandono houve uma redução considerável.

Tabela 26. Desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2009

Nível	Ano	Média da prova objetiva	Média Total (Redação e Prova Objetiva)
Rede Federal	-		
Rede Estadual	2009	432,65	531,21
Rede Municipal	-		

Fonte: Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/ide/2009/gerarTabela.php> >.

Acesso em: 16 jan. 2014.

A tabela acima revela a situação do desempenho do ensino médio no município, onde observa-se que a média está inferior à média nacional. Devido a baixa participação dos alunos no Exame, nos anos seguintes os resultados não foram divulgados.

Vale ressaltar a importância de levantar os problemas que afetam o desempenho dos alunos matriculados no noturno. Sobre o Ensino Médio, podem ser analisadas algumas questões acerca de sua situação no município, a exemplo de: para a população de 15 a 17 anos, o município tem atuado de forma articulada para garantir a matrícula na idade e tempos próprios e oferta desse segmento de ensino, se dá na sede do município



no Colégio Estadual São Sebastião. Mesmo havendo vagas disponíveis, o governo municipal lança mão para viabilizar através de parceria a continuidade dos estudos dos concluintes do Ensino Fundamental, interessados em cursar o Ensino Médio no Campo. Esta demanda foi contemplada com o programa do Governo do Estado, EMC@ – Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica para estender a oferta para as localidades de Ipanema, Belo Campo e Prevenido.

Atualmente esta oferta acontece através do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITec) Programa do Governo do Estado da Bahia funcionando nos distritos de Soares (26 Km da sede), na Escola Lourival Bispo do Rosário e Escola Agnelo Francisco Alves no distrito de Belo Campo, (32km da sede). Esses programas proporcionam a continuidade dos estudos para os alunos que não tem disponibilidade de tempo para cursar no turno diurno e ainda permitem o acesso as novas tecnologias: laboratório de informática, internet, vídeo e teles salas como incentivo as informações e conhecimento de mundo.

O Ensino médio conta também com a parceria do Governo Municipal com disponibilidade de profissionais como: docentes e pessoal de apoio com intuito de oferecer juntamente com a instituição educacional uma educação de qualidade para todos.

O transporte escolar também faz parte desta parceria através do PETE – Programa Estadual de Transporte Escolar, que possibilita ao aluno do Campo a continuidade dos estudos na Sede do município e cidade de João Dourado.

Mesmo havendo preocupação das esferas governamentais não existe, empresa/empregador que desenvolva política de incentivo ao processo de ensino e de aprendizagem para o aluno trabalhador, em especial do noturno no município, o que acontece a evasão escolar pela necessidade de sair para o trabalho sazonal em virtude das estiagens que levam as famílias a migrarem para outras regiões. A escola aderiu ao

Programa Ensino Médio Inovador no ano de 2013, como forma de incentivo e permanência do aluno na escola.

Não existem atualmente parcerias com as áreas de Assistência Social e de Saúde, no intuito de resgatar ativamente a população de 15 a 17 anos que estão fora da sala de aula. Nessa perspectiva necessita de ações integradas com outras secretarias



municipais a fim de identificar e incluir em processos de escolarização essa clientela que não se encontra na escola, oferecendo condições a jovens e adultos, para os desafios da modernidade, permitindo a aquisição de competências relacionadas ao pleno exercício da cidadania, da inserção produtiva: capacidade de observar, interpretar e tomar decisões, domínios de aptidões básicas de linguagem, comunicação, habilidades para valores éticos de solidariedade, cooperação e respeito às individualidades.

2.5 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A Educação Profissional deve ser adotada de acordo com os Arranjos Produtivos, Culturais e Sociais, Locais e Regionais (APLs) e as tendências e oportunidades de mercado, bem como outras possibilidades de organização social do trabalho, sejam o trabalho autônomo ou empreendimentos de economia solidária e cooperativismo, entre outras possibilidades que se verifiquem no mundo do trabalho. Este é interpretado como mais amplo que o mercado de trabalho, uma vez que a intenção dessa modalidade de ensino é oferecer ao estudante a formação adequada, compatível com as tendências laborais da sua região.

A educação profissional deverá ser oferecida em benefício de estudantes no Município, envolvendo a colaboração entre Estado e o Município, a colaboração entre os municípios da região e colaboração entre governo e agentes econômicos privados (MARES GUIA, 2005, p. 98).

De acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/2001 “a oferta da educação profissional é responsabilidade igualmente compartilhada entre o setor educacional, o Ministério do Trabalho, secretarias do trabalho, serviços sociais do comércio, da agricultura, e da indústria e os sistemas nacionais de aprendizagem” (Brasil, 2001). Na Bahia, foi instituída a Superintendência de Educação Profissional (Suprof), no âmbito da Secretaria da Educação do Estado, por meio do art. 58, inciso II, da Lei nº 10.955, assinada pelo Governador Jaques Wagner, publicada no Diário Oficial

nº 19.588/19.589 em 22/23 de dezembro de 2007, para ampliar o atendimento a este segmento da educação.



O Atual PNE Lei 13005 em sua Meta 10 intensifica a necessidade de oferecer, matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensino fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. No intuito de cumprir o estabelecido na Lei Federal, o município firmou Termo de Compromisso do Programa PRONATEC EJA adesão via SIMEC, aguardando a implantação e o PROJOVEM CAMPO Saberes da Terra em andamento.

Para isso, é importante esclarecer como o município se coloca nas discussões dos territórios, sobre as potencialidades locais e as propostas de Educação Profissional. A SUPROF (Superintendência de Educação Profissional) tem promovido discussões sobre Educação Profissional por meio de seminários em todos os Territórios de Identidade, visto que os Centros Estaduais (Ceep) e os Centros Territoriais (Cetep) têm o Conselho Escolar que é órgão colegiado de caráter deliberativo, consultivo, avaliativo e mobilizado nas questões pedagógicas, administrativas e financeiras. Devem fazer parte do Conselho Escolar os usuais partícipes do Colegiado Escolar indicado no art. 3º da Lei estadual nº 11.043, de 09 de maio de 2008, mais o segmento da comunidade local, as entidades representativas: dos trabalhadores, dos empresários e/ou integrantes da sociedade civil, todos organizados com atenção no campo da educação profissional ofertada e dos municípios e órgãos públicos estaduais.

Não existe atualmente no município Educação Profissional nas modalidades de Ensino Médio Integrado, Subsequente, Proeja. A Educação Profissional é oferecida nos Centros Territoriais de Educação Profissional (Cetep) no município de Irecê. Não há presença de cursos particulares de formação profissional em desenvolvimento no município bem como, não há Unidade Estadual de Ensino (UEE) ou Centros de Educação Profissional da Rede Pública Estadual de Ensino. É oferecido na escola São Sebastião cursos profissionalizantes pontualmente através do PRONATEC rural. O município recentemente assinou o termo de adesão junto ao MDS (Ministério de Desenvolvimento Social aderindo o Brasil sem Miséria junto ao PRONATEC contemplando a Secretaria de Educação e Assistência Social.

O Instituto Federal (IFBA) oferece no pólo de Irecê as modalidades integradas e Ensino Superior, sendo que ainda não há iniciado o município em apoiar com transporte os alunos que se deslocam para o Instituto. No entanto, há um convênio firmado entre os entes Federados o Governo Federal e o Município em parceria com



Instituto o qual oferece o curso Profuncionário que atende com formação Servidores Públicos com carga horária de 1250 horas, distribuídas em 18 meses de curso, sendo contemplados, secretário escolares, multimeios didáticos (bibliotecários, digitadores, recepcionista), Infraestrutura Escolar (Agente de serviços gerais e porteiros), Alimentação Escolar (merendeiras) beneficiando 16 servidores com ajuda de custo.

Ainda é oferecido através do SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) cursos profissionalizante pontualmente no município, através da Secretária de Assistência Social, porém, não há um espaço apropriado para realização dos mesmos com exceção dos oferecidos na estrutura das escolas.

2.6 EDUCAÇÃO SUPERIOR

2.6.1 Ensino Superior

Conforme o artigo 43 da Lei de Diretrizes e Bases - LDB, a Educação Superior tem por finalidade: Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para inserção em setores profissionais, para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar com sua formação continua. A formação em Nível Superior no município de América Dourada desencadeou a partir do ano de 2005, de acordo com Art.62 da LDB 9394/96: esta estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

Desde então o município fez parcerias com as faculdades UNOPAR- Universidade Norte do Paraná, ULBRA- Universidade Luterana do Brasil, FAEM- Faculdade de Educação Montenegro, UAB Universidade Aberta do Brasil/UFBA



Universidade Federal da Bahia – Curso de Música. Com a disponibilidade para o ingresso nas IES.

O número de profissionais foi significativo nos cursos de Pedagogia, Letras e Filosofia. As instituições ULBRA Universidade Luterana do Brasil, FAEM Faculdade de Educação Montenegro, funcionaram em espaço cedido nas escolas (Agenor Marques das Neves e Doze de Outubro) e algumas instituições em cidades circunvizinhas. Como o município não possui Instituições de Ensino Superior, os graduandos necessitam deslocar-se para outros municípios.

Atualmente foi assinado convênio com a UNEB- Universidades do Estado da Bahia, para atender a demanda da PAFOR Plataforma Freire, com a finalidade de formar os professores em exercício das Escolas Públicas Municipais e Estaduais sem formação específica nas áreas em que atuam de acordo com a LDB art. 62 parágrafo único. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013).

Todas as Licenciaturas das áreas de conhecimento de educação básica serão ministradas no plano, com cursos para professores nas modalidades presenciais e a distância. Sendo a Instituição de ensino responsável: UNEB – Universidade do Estado da Bahia – DCHT – Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias Campus XVI – Irecê Bahia. Os professores (alunos) estão se graduando nos seguintes cursos: Licenciaturas: Letras; Arte; História; Geografia; Matemática; Ed. Física e Pedagogia. O município tem como contra partida a ajuda de custo para alimentação, transporte e despesas eventuais para 37 professores da Plataforma Freire, 08 na FAEL e 01 na UNIP.

Por não possuir Instituições de Ensino Superior no município, os jovens que concluem o ensino médio têm dificuldades para cursarem uma graduação, sendo muitas vezes obrigados a se deslocarem para outras regiões. Segundo dados INEP em 2012 foram concluintes 3º ano 171 alunos em curso regular, 18 alunos concluintes da modalidade de Educação para Jovens e Adultos (EJA) presencial e 80 no EMITEC, no entanto o município tem viabilizado transporte para cursinho pré-vestibular oferecido pela UNEB Universidade do Estado da Bahia, instalado na cidade de João Dourado.



Está em pauta de discussão e efetivação a Lei municipal 336/2013, Bolsa Universitária- Bolsa Cidadã. A Lei prevê o atendimento aos alunos que comprovem residência no município de América Dourada e o ingresso na Universidade. Existem estudantes contemplados com as Políticas Nacionais ENEM e SISU. Cabe ressaltar que o município desconhece o resultado de ENADE em relação às instituições e suas avaliações externas.

2.7 MODALIDADES DE ENSINO

2.7.1 Educação de Jovens e Adultos (EJA)

A Educação para Jovens e Adultos EJA surgiu a partir dos chamados "cursos supletivos" e telecursos 2000 de 1º e 2º graus, no final da década de 70 e início da década de 80 do século passado. Nessa época, a EJA ainda não era vista como modalidade de Educação Básica, o que veio a ocorrer após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases - LDB Lei nº. 9.394/96. Embora seja uma Política Pública compensatória e necessária devido ao aumento das estatísticas do analfabetismo funcional, muitos Jovens e Adultos que não obtiveram a oportunidade de estudar na idade certa, concluem seus estudos e certificam-se após ingresso nesta modalidade de ensino.

A Constituição Federal determina como um dos objetivos do Plano Nacional de Educação a integração de ações do poder público que conduz à erradicação do analfabetismo (art. 214, I). Trata-se de uma tarefa que exige uma ampla mobilização de recursos humanos e financeiros por parte dos governos e da sociedade.

Os déficits do atendimento no Ensino Fundamental resultaram, ao longo dos anos, num grande número de jovens e adultos que não tiveram acesso ou não concluíram o ensino obrigatório. Embora tenha havido progresso com relação a essa questão, o número de analfabetos é excessivo, chegando a números elevados como 16 milhões de brasileiros, maiores de quinze anos sem escolarização.

A taxa dos jovens brasileiros entre 15 e 17 anos, idade em que deveriam estar no Ensino Médio, registrou queda nos últimos dois anos. Em 2009, o percentual era de



85,2%. Já em 2011, passou a ser de 83,7%. Os dados são da Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2011, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A queda do percentual da população de 16 anos (de 84,7% para 83,4%) e 17 anos (de 70,4% para 66,5%) frequentando a escola. Já a população de 15 ficou estável: entre 2009 e 2011, subiu de 90,9% para 91%.

Na tabela abaixo nota-se um importante avanço no nível educacional da população jovem, com a redução das taxas de analfabetismo nas diferentes faixas etárias e anos.

Tabela 27. Matrícula Inicial na Educação de Jovens e Adultos no município de América Dourada, por dependência administrativa e localização (2011/2013)

Anos	Municipal		Estadual		Total
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
2011	109	235	66		409
2012	133	232	67		432
2013	149	198	66		413

Fonte: Anuário Estatístico da Educação da Bahia/ Secretaria de Educação Municipal/ DIREC.

Os dados acima revelam um aumento na matrícula inicial urbano entre 2011 e 2013, e equilíbrio na dependência rural entre 2011 e 2012 na Rede Municipal enquanto na Rede Estadual a matrícula permanece estável nos três anos nos dados apresentados. Porém, em 2103 houve uma redução de efetivação de matrícula na rede municipal rural.

Mesmo diante do aumento das matrículas da Educação para Jovens e Adultos um sério problema que ocorre nas escolas da cidade é a evasão devido às secas prolongadas e o desemprego em nosso município, fazendo com que muitos desses se matriculem e evadam no primeiro semestre de anos seguidos e migrem para outros estados na busca por trabalho e melhores condições de vida para a família.

Tabela 28. Nível Educacional da População jovem, 1991, 2000 e 2010.



Faixa etária (anos)	Taxa de analfabetismo			% de alunos na escola		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
15 a 17 anos	26,57	7,85	3,89	36,06	68,26	79,00
18 a 24 anos	21,42	16,72	7,52	7,80	19,81	17,64

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com Ensino Fundamental completo cresceu 304,61% no período de 2000 a 2010 e 101,13% no período de 1991 a 2000. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 13,64% estavam cursando o ensino médio regular sem

atraso. Em 2000, eram 3,55% e, em 1991, 13,12%. A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 6,20% nas últimas duas décadas.

Entre os alunos de 18 a 24 anos, 1,96% estavam cursando o ensino superior em 2010, 1,01% em 2000 e 0,00% em 1991.

Nota-se que, em 2010, 3,38% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 21,00%. A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHM Educação. Em 2010, 29,12% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o Ensino Fundamental e 14,76% o Ensino Médio. Na Bahia, 46,07% e 31,32% respectivamente.

Tabela 29. Nível Educacional da População Adulta com mais de 25 anos, 1991, 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
Taxa de analfabetismo	32,53	24,64	15,80
25 a 29 anos	41,65	38,98	35,42
25 anos ou mais			
Percentual de Atendimento	2,64	8,10	9,28
% de 25 a 29 anos na escola		24,64	



32,53

15,80

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil

A tabela acima mostra uma redução nos índices de analfabetismo na população adulta entre os anos de 1991 a 2010; nota-se também que o atendimento a esta população avançou comparando os anos de 1991 à 2010 devido políticas públicas implementadas para elevar estes índices, é notório que essas taxas de analfabetismo permanecem em queda, tão quanto a ampliação no atendimento, porém é preciso pensar em ações que viabilizem o aumento da oferta de ensino para esse público e redução da evasão escolar nesse segmento.

Esse grupo é constituído, de modo geral, por pessoas desempregadas ou que realizam trabalhos temporários em condições precárias, sem carteira assinada. Esse quadro demonstra que os jovens e adultos oriundos de famílias de baixa renda que habitam os arredores do nosso município apresentam uma situação socioeconômica de baixa renda.

O município visando a redução dos índices de analfabetismos e oportunidade de continuação dos estudos para a população de jovens e adultos, buscando parcerias através de Programas como: Alfabetização Solidária, Brasil Alfabetizado, TOPA (Todos pela Educação).

Atualmente, o município atende a demanda do Programa Brasil Alfabetizado e TOPA (Todos pela Educação) qual representa a parceria entre a União, Estado e o Município na luta contra exclusão socioeconômica e cultural no País somando esforços no combate ao analfabetismo e na elevação da escolaridade da população.

A EJA do nosso município tem buscado retomar seu potencial criador, desenvolvendo as habilidades necessárias ao mundo do trabalho, reconhecendo competências e saberes humanos adquiridos ao longo da sua trajetória de vida, considerando a multiplicidade de linguagens e experiências pessoais constituídas historicamente nos diferentes espaços e segmentos sociais, nas relações de trabalho, emprego e renda.

Dessa forma, o município precisa dar continuidade em políticas que integrem o jovem e o adulto na sociedade, através de ações educacionais possibilitando sua formação enquanto sujeito, preparando-o para a sua inserção na sociedade, sua



interação com o meio, resgatando seus valores básicos relativos à vida, ao trabalho, à cultura e a participação política e social.

Uma das possíveis ações é uma proposta curricular que garanta a formação deste aluno contemplando os aspectos culturais, científicos e tecnológicos, não sendo estritamente voltada para o mundo do trabalho ou simplesmente para a reposição do tempo de escolarização. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade.

A Proposta Curricular da EJA no município é pautada na proposta da EJA da rede estadual de Ensino há mais ou menos dois anos, decidiu-se adotá-la na rede de ensino, onde o Acompanhamento do Percurso do aluno é realizado através de diferentes atividades e instrumentos avaliativos, com momentos individuais e em grupos, respeitando os diversos ritmos dos educandos, e as diversas formas de intervenções didáticas dos professores, com a intenção de redimensionar a prática pedagógica na busca da melhoria do ensino e aprendizagem para professores e alunos.

Outro aspecto importante é o acompanhamento sistemático realizado pela equipe pedagógica através das Atividades Complementares, Encontros Formativos e acompanhamento pedagógico. Porém, entende-se que apenas a escola buscando

enfrentamentos para qualificação para o atendimento a EJA não é suficiente, essa é uma tarefa que deve envolver, de modo solidário, todos os segmentos da sociedade civil desenvolvendo ações como: implantação de formação continuada específica para os professores que regem essas classes, qualificando assim a docência e atendimento a esses sujeitos, tornando-o capaz de propor um ensino que viabilize a emancipação e inserção social dos indivíduos, para que, realmente sejam sujeitos de seu agir e de sua história, compreendendo, participando e intervindo nas situações da vida social e política do país e do mundo, cursos de formação e qualificação profissional de jovens e adultos no próprio local de trabalho, bem como, políticas dirigidas às mulheres dentro de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

É nesta perspectiva que o Plano Municipal de Educação prevê metas e ações para esta modalidade de ensino.

2.7.2 Educação do Campo



A Educação do Campo tem sido compreendida enquanto estratégica para o desenvolvimento socioeconômico do meio rural, resultado das mobilizações dos movimentos sociais do campo e da apresentação por parte desses sujeitos coletivos de proposições e práticas inovadoras, sintonizadas com as especificidades que configuram a diversidade sócio-territorial do campo no Brasil.

Neste sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei nº 9394/96, trouxe em si “avanços” e proporcionou conquistas voltadas às políticas educacionais para o campo, o artigo 28 estabelece direcionamento específico à escola do campo. O artigo trata da oferta de educação básica para a população rural, e afirma que:

Os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (LDB, 1996).

A LDB proporcionou alguns ganhos, pois, foram abertos precedentes legais, jurídicos e políticos para a possibilidade da implantação de uma educação que respeitasse a identidade do homem e da mulher do campo como o direito a uma educação de qualidade voltada às escolas do campo, conformedetermina a Lei 13.005/2014 em sua Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.



Assim, o Município de América Dourada tem procurado se adequar as políticas para Educação do Campo, visto que o maior número de escolas concentra-se no campo, havendo uma preocupação com a ampliação do atendimento de toda Educação Básica o mais próximo possível a comunidade de moradia do estudante. Ressalta-se ainda que quando não é possível oferecer atendimento educacional aos alunos em sua localidade, os mesmos são transportados para Escolas nucleadas ou para sede do município.

Em relação ao Ensino Médio no Campo a Escola Municipal Durval Souza Bagano no Distrito do Soares e a Escola Agnelo Francisco Alves no Distrito de Belo Campo possuem o Programa EMITec Programa do Ensino Médio com intermediação Tecnológica do Governo da Bahia contemplado as Escolas que sediam com a Internet porém, essa é usada somente para transmissão das aulas via satélite e pesquisas.

No que diz respeito a equipamentos tecnológicos algumas escolas tem sido beneficiadas através de programas do Governo Federal como o Proinfo/GESAC, dispoendo de internet apenas: Escola Municipal Durval Souza Bagano em Distrito de Soares e Escola Agnelo Francisco Alves no Distrito de Belo Campo.

As demais não dispõem deste serviço e profissionais com habilitação adequada para atender esta clientela. Assim, os professores e direção não recebem formação para utilizar os meios tecnológicos, procurando meios próprios para se capacitarem e atender o alunado, bem como as demandas educacionais.

No que se referem à infraestrutura, algumas Escolas necessitam de cuidado especial em virtude das construções serem antigas com salas pequenas e não atenderem aos padrões mínimos de infra estrutura e acessibilidade. No entanto, existe a preocupação do Governo Municipal em melhorar as condições físicas das Escolas com reforma a cada ano, como também, o Governo Federal em disponibilizar recursos

para acessibilidade contemplando: Escola Doze de Outubro, na sede; Escola Antônio Carlos Magalhães e Escola Municipal Valdeni dos Santos Cardozo, no povoado de Ipanema; Escola Municipal Elísio Alves da Silva no povoado de Maximino; Escola Municipal Durval Souza Bagano, Escola Municipal Diomedes Paulino Silva no Distrito de Soares; Escola Manoel Augusto Dourado e Escola Agnelo Francisco Alves no Distrito de Belo Campo e Escola Agnelo Cavalcante dos Santos no Distrito de Prevenido.



Ressalta-se a disponibilização para as Escolas do Campo os Programas do Governo Federal: Atleta na Escola, Mais Cultura, Escola do Campo, PDE Interativo, PDDE(Programa Dinheiro Direto na Escola) e ainda o Programa Mais Educação, este implantado em 18 (doze) escolas através das ações do PAR beneficiando 847 alunos, com a proposta de fomentar a Escola em tempo integral. Mesmo sendo uma política positiva faz-se necessário a qualificação dos profissionais para este atendimento, bem como uma proposta pedagógica que proporcione uma maior permanência do aluno na escola e melhore a prática educativa com reflexo na qualidade da aprendizagem e da convivência social.

Tabela 30. Número de Escolas Rurais em Áreas Específicas - Redes Estadual e Municipal

Áreas	Ano	Número de Escolas	
		Estadual	Municipal
Escola do Campo	2007		-----
	2008		31
	2009		31
	2010		30
Escola em Área de Assentamento	2007		
	2008		
	2009		
	2010		
Escola em Área Remanescente de Quilombola	2007		
	2008		
	2009		
	2010		3
Escola Comunidade Indígena	2007		
	2008		
	2009		
	2010		

Fonte: Disponível em: <<http://ide.mec.gov.br/2007/2010>>. Acesso em: 16 fev.



2013.

A tabela acima revela um número significativo de Escola no Campo. Atualmente no município existem 30 (trinta) Escolas em funcionamento, destas 25 (vinte e cinco) estão situadas no Campo sendo, 09 (nove) com classes multisseriadas, dentre elas seis em comunidades Quilombolas: Terra Nova, Canabrava, Sarandi, Alegre, Campo Alegre e Mulungu. Mesmo reduzindo o número de Escolas devido ao processo de Nucleação, mantém um equilíbrio no número nas matrículas na Educação Básica. Em relação à nucleação houve aceitação da Comunidade Escolar tanto por parte dos alunos e apoio dos pais, possibilitando um atendimento de mais qualidade. Em se tratando do acompanhamento pedagógico o tratamento não é diferenciado dos demais alunos das turmas ditas regulares.

O estímulo à formação de leitores acontece através de projetos como o baú de leitura nas escolas multisseriadas, cantinho de leituras e ainda projetos realizados em parceria com as Bibliotecas Públicas das comunidades de Prevenido, Soares e Belo Campo. O número de aluno por turma varia de acordo com as peculiaridades de cada comunidade e o Calendário Escolar é unificado tanto para sede quanto para o campo.

O Município ainda não construiu a proposta Curricular da Educação do Campo sendo este, um passo importante e necessário a ser feito para contribuir na afirmação da educação pois, apenas são feitos atualmente plano de ensino, que de certa forma não atende as peculiaridades de cada localidade.

Sendo assim, é necessário construção de uma Proposta Curricular que visa reorganizar a prática educativa, com uma perspectiva de formação inicial e continuada de forma que torne-a cada vez mais próxima da realidade dos sujeitos do campo, criando assim, um sentimento de pertencimento das crianças e adolescentes, que vão ter na escola um trabalho educativo com sentido em suas vidas.

2.7.3 Educação Especial



A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 no capítulo V do Art. 50 a 60, assegura a todos Educação Inclusiva. Para garantir a matrícula do aluno com Necessidades Educacionais Especiais na sala de aula do ensino regular. A rede municipal está em processo de regulamentação para atender os alunos da Educação Especial dentro dos critérios estabelecidos pela LDB nº 9394/96 Cap. V Art. 58 para desenvolver e subsidiar o processo de inclusão educacional.

No Brasil, a Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, assegura acesso ao ensino regular a alunos com deficiência (mental, física, surdos e cegos), com transtornos globais do desenvolvimento e a alunos com altas habilidades/superdotação, desde a educação infantil até à educação superior. Nesse país, o ensino especial foi, na sua origem, um sistema separado de educação das crianças com deficiência, fora do ensino regular, baseado na crença de que as necessidades das crianças com deficiência não podem ser supridas nas escolas regulares.

O município de América Dourada atende alunos em Educação Especial, porém, as escolas estão em processo de adaptação para atender às especificidades dos educandos tanto no aspecto físico quanto pedagógico.

Não é uma tarefa simples, mas o município com recursos próprios criou na sede do município um (CAEE) Centro de Atendimento de Educação Especializado, com os trabalhos iniciados em dois de setembro do corrente ano. Inicialmente funciona a sala multifuncional denominada "**Doação do saber**" em dois turnos, matutino e vespertino, atendendo inicialmente os alunos da sede com a proposta de ampliação para as escolas do campo. Para implantação da sala foi feito o mapeamento dos alunos, solicitando aos diretores escolares comprovante de matrícula na série regular e laudo médico que comprovasse a patologia. Segundo o levantamento o quantitativo de alunos com laudos médicos são de 20 em todo o município.

Após a abertura do CAEE(Centro de Atendimento Educacional Especializado), notou-se um maior interesse da comunidade sobre Educação Inclusiva, surgindo uma necessidade em articular ações e traçar metas para um atendimento igualitário e formação continuada para os profissionais que atuam com esse público. É necessária



também uma melhor articulação entre as Secretarias parceiras, Saúde e Assistência Social através do SUAS(Sistema Único de Assistência Social) para garantir melhor

qualidade de vida aos portadores de deficiência, disponibilizando profissional como fisioterapeuta, psicólogo, fonoaudiólogo e terapeuta ocupacional. Viabilizar também os benefícios destinados através do Governo Federal como o BPC (Benefício de Prestação Continuada), prioridades no Programa Minha casa Minha vida, Crediários em Bancos públicos para a compra de próteses e órteses.

Na rede municipal de educação poucos profissionais têm formação para atender as demandas da Educação Especial. Dessa forma, o município não dispõe de professores bilíngües em salas regulares e o currículo escolar não contempla a Educação Especial com perspectiva de Educação Inclusiva o qual deve ter como objetivos profissionais preparados para atender a diversidade na sala de aula.

Algumas escolas receberam equipamentos do MEC para salas de recursos multifuncionais, no entanto, estão sem funcionalidades por falta de estrutura e profissionais capacitados. Alguns materiais como mobiliários adaptados, livros e materiais didáticos para alunos deficientes apenas existem na sala multifuncional do CAEE.

O transporte acessível disponível foi adquirido pelo Governo Federal através do programa Caminho da Escola. O município já dispõe de 02 (dois)ônibus adaptados e garantindo também a suplementação orçamentária para pagamento de motoristas, assim como a formação inicial de todos.

No CAEE há uma preocupação de planejar as oficinas baseando no currículo das escolas atendidas, seguindo os planos dos bimestres.

Oferecer uma educação democrática que oportuniza uma aprendizagem onde são respeitadas as individualidades e diferenças de cada um, é desejo de qualquer sociedade.

Tabela 31. Matrículas da Educação Especial no Município América Dourada em 2013

	Etapas da Educação Básica	Total
--	----------------------------------	--------------



	Ed. Infantil	Séries iniciais do E. F.	Séries Finais do E. F.	Ens. Médio	
Deficiência visual		07	06		13
Deficiência mental		07	01		08
Deficiência física		02	05		07
Deficiência auditiva		02	04		06
Deficiências múltiplas		01	01		02
Altas habilidades/superdotação					
Transtornos globais do desenvolvimento		03	01		04
TOTAL		22	18		40

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2014.

A tabela acima sinaliza a necessidade de atenção a esta modalidade para atender a Meta 4 do Plano Nacional de Educação que prevê universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

2.7.4 Educação Quilombola

Somente com a Constituição Federal de 1988 foi que a questão quilombola entrou na agenda das políticas públicas. Fruto da mobilização do movimento negro, o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) diz que: "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos." (p. ano).



Faz-se necessário salientar que com a mobilização social do Movimento Negro no Brasil foi possível um olhar através das políticas públicas tendo como resultados alteração na LDB (lei de Diretrizes e bases na Educação Nacional) Artigos 26A referidos na Lei 10.639/03 que propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana como constituinte e formadora da sociedade brasileira, na qual os negros são considerados como sujeitos históricos, valorizando-se, portanto, o pensamento e as ideias, a cultura (música, culinária, dança) e as religiões de matrizes africanas. E no artigo 79B determina a inclusão no calendário escolar o do dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra. Diante a concretização desse

direito suscitou logo de início debate sobre o conceito de quilombo e de remanescente de quilombo.

Ao sistema de ensino no âmbito da sua jurisdição cabe orientar e promover a formação de professores para trabalhar de forma específica, focando na questão da identidade cultural do pertencimento étnico racial numa perspectiva de retratar essa população na busca de seus direitos historicamente esquecidos, e supervisionar o cumprimento das diretrizes do ensino da História e Cultura Africana a serem executadas pelos estabelecimentos de ensino de diferentes níveis e modalidades.

O município de América Dourada possui hoje quinze (15) comunidades Remanescente Quilombolas: Lapinha, Queimada de Benedito, Lagoa Verde, Garapa, Lagedão dos Mateus, Canabrava, Alegre, Sarandi, Campo Alegre, Macambira, Terra Nova, Barriguda dos Bidós, Boa Esperança, Boa Vista e Mulungu, certificadas pela Fundação Cultural Palmares e com abertura de processo de Regularização Fundiária junto ao INCRA e CDA (Coordenação de Desenvolvimento Agrário). Dentre essas comunidades possuem escolas: Alegre, Campo Alegre, Canabrava, Sarandi, Terra Nova e Mulungu que atendem alunos de educação infantil e ensino fundamental I as quais procura preservara identidade cultural da comunidade.

Em um contexto curricular tem-se preocupado nos valores e interesses das comunidades em relação aos seus projetos de sociedade e de escola. No entanto é preciso estar atentos as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (resolução nº 8/2012/CNE/CEB), haja vista que o Município precisa construir



os currículos da Educação Básica Escolar Quilombolas para garantir o direito estabelecido na referida Resolução.

Ainda cabe ressaltar a necessidade de reestruturação dos espaços físicos das escolas e formação inicial e continuada para os profissionais da educação, em regime de colaboração com instituições de ensino superior para garantir o direito constitucional do estudante, respeitando seus processos próprios de aprendizagem.

2.8 TRANSVERSALIDADE

2.8.1 Educação Étnico racial

O cenário de desigualdade historicamente construído no País desvela contextos de dominação, injustiça, discriminação e desigualdades, sobretudo no âmbito educacional.

As orientações curriculares e expectativas de aprendizagem sobre relações étnico-raciais - da Educação Infantil até o terceiro ano do Ensino Médio, devem ser formuladas de acordo com a Lei nº 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história da África e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares em toda a rede de ensino público ou privado. Seu conteúdo altera o art. 26-A da Lei nº 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), de 20 de dezembro de 1996.

Essencialmente, a Lei nº 10.639/03 sintetiza uma discussão de âmbito nacional e direciona as unidades educacionais para a proposição de atividades relevantes em relação aos conhecimentos das diversas populações africanas, suas origens e contribuições para o nosso cotidiano e história, num movimento de construção e redimensionamento curricular e ação educativa, salientando a importância do contexto e sua diversidade cultural.

O currículo escolar precisa reescrever a história do continente africano e a luta da população negra brasileira com vistas a promover uma educação antirracista que verdadeiramente inclua nossos(as) meninos e meninas negros (as) na educação básica.

2.8.2 Educação, Relações de Gênero e Diversidade Sexual.



Os temas abordados compreendem as questões da diversidade – Étnico-raciais Gênero e Diversidade Sexual e a Educação Ambiental. São analisados do ponto de vista da sustentabilidade e da inclusão social por meio de uma educação que seja efetivamente para todos, de qualidade e ao longo de toda a vida. Para isso, pressupõe-se que: a qualidade só é possível se houver equidade – isto é, se a escola atender a todos na medida em que cada um precisa; e todas as pessoas têm direito de retornar à escola ao longo de sua vida, seja para complementar a Educação Básica, seja para alcançar níveis de escolaridade mais elevados ou melhorar sua formação profissional.

O ministério da educação em 1997 elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, com o objetivo de orientar os municípios na elaboração e implementação do currículo, considerando a seleção de conteúdos e objetivos no qual, trata dos temas transversais. Os municípios devem estar integrados a todos os níveis e modalidades de ensino formal, numa relação de transversalidade, de modo que impregne toda a prática educativa e, ao mesmo tempo, crie uma visão global e

abrangente da questão ambiental, visualizando os aspectos físicos e histórico-sociais, assim como as articulações entre a escala local e planetária desses problemas.

Segundo Brasil (1998), os temas transversais são questões sociais e pertencem a diferentes áreas convencionais. São processos intensamente vividos pela sociedade sendo debatidos em diferentes espaços sociais, em busca de soluções e novas alternativas e que confrontam posicionamentos diversos, tanto em relação à intervenção no âmbito social mais amplo, quanto à atuação pessoal. São questões urgentes que interrogam sobre a vida humana, sobre a realidade que está sendo construída e que demandam transformações macros social e também de atitudes pessoais, exigindo, portanto, ensino e aprendizagem de conteúdos relativos a essas duas dimensões.

Os PCNs tratam a transversalidade e a interdisciplinaridade como uma perspectiva crítica que aponta a complexidade do real e a necessidade de se considerar a teia de relações entre seus diferentes e contraditórios aspectos. Entretanto, diferem uma da outra, uma vez que a interdisciplinaridade refere-se a uma abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento, enquanto a transversalidade diz respeito principalmente à dimensão da didática.



Nessa perspectiva abordaremos três situações emergentes do cotidiano escolar as temáticas étnico-racial, educação, relações e diversidade sexual e educação ambiental, pois, o cenário de desigualdade historicamente construído no País desvela contextos de dominação, injustiça, discriminação e desigualdades, sobretudo no âmbito educacional.

Com o advento do novo milênio, as fortes campanhas empreendiam pelas causas emergentes, o Movimento Negro forçou ao Estado Brasileiro formular projetos no sentido de promover políticas e programas para a população afro-brasileira e valorizar a história e a cultura do povo negro. Entre os resultados, a Lei nº 9.394/96 foi alterada por meio da inserção dos artigos 26-A e 79-B, referidos na Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas no currículo oficial da Educação Básica. Diante da publicação da Lei nº 10.639/2003, o Conselho Nacional de Educação aprovou o parecer CNE CEB3/2004, que instituiu as diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas serem executadas pelos estabelecimentos de ensino de diferentes níveis e modalidades, cabendo aos sistemas de ensino, no âmbito de sua jurisdição, orientar e promover a formação de professores e supervisionar o cumprimento das Diretrizes.

O currículo escolar precisa reescrever a história do continente africano e a luta da população negra brasileira com vistas a promover uma educação anti-racista que verdadeiramente inclua nossos (as) meninos e meninas negros (as) na educação básica. Quanto ao atendimento dessa política pública o município ainda não se adequou as demandas do currículo, pois os docentes precisam receber formação permanente concernente à temática. O assunto requer conhecimento e mudanças de paradigmas. No entanto, algumas ações têm sido empreendidas no cotidiano da escola com projetos embora de forma pontual tratando apenas de datas específicas como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Com a mobilização de diversos setores sociais em favor do reconhecimento da legitimidade de suas diferenças tem correspondido a uma percepção cada vez mais aguda do papel estratégico da educação para a diversidade. Ela é vista como fator essencial para garantir inclusão, promover igualdade de oportunidades e enfrentar toda



sorte de preconceito, discriminação e violência, especialmente no que se refere a questões de gênero e sexualidade. Essas questões envolvem conceitos fortemente relacionados, tais como gênero, identidade de gênero, sexualidade e orientação sexual, que requerem a adoção de políticas públicas educacionais que, a um só tempo, contemplem suas articulações sem suas especificidades.

Para isso é preciso considerar a experiência escolar como fundamental para que tais conceitos se articulem, ao longo de processos em que noções de corpo, gênero e sexualidade, entre outras, são socialmente construídas e introjetadas.

A escola e, em particular, a sala de aula, é um lugar privilegiado para promover a cultura de reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativos a diferenças. Daí, a importância de discutir a educação escolar a partir de uma perspectiva crítica e problematizando as concepções curriculares e as rotinas escolares já existentes no município.

Nesse sentido, veem-se como fundamentais os investimentos em formação inicial e continuada de educadores/as, uma vez que o município não contempla a conteúdos que os/as preparasse para esse debate. Tal lacuna dificulta a adoção de uma visão positiva sobre o outro (que passa a ser percebido como diferente, desigual, inferior ou anormal), especialmente em matéria de sexualidade. Da mesma forma permanente revisão curricular e a produção, difusão e avaliação contínua do material didático não são menos importantes para promover enfoques e conteúdos pedagogicamente mais adequados.

O tema “gênero e sexualidade” geralmente nos fascina, nos provoca curiosidade e está por toda parte, discutir sobre vidas dos sujeitos masculinos e femininos também costuma provocar discussões acaloradas e instigantes, mas quando temos de encarar esses temas em nossa posição de educadoras e educadores, as coisas parecem se complicar. O trabalho com essas questões é muito importante para quem trabalha no campo da Educação, especialmente para quem lida, cotidianamente, com crianças e adolescentes, para quem se vê desafiado a acolher e dar algum encaminhamento às dúvidas, às perguntas e às situações que essas crianças e jovens constantemente nos colocam.



As políticas educacionais precisam levar em conta as discussões acerca da função social da escola na construção de masculinidades e feminilidades contrapostas ao modelo convencional, masculino, hetero normativo, branco e de classe média. Não pode ignorar os efeitos que os processos de construção de identidades e subjetividades masculinas, femininas, hetero, homo ou bissexuais produzem sobre a permanência, rendimento escolar, a qualidade da interação de todos os atores da comunidade escolar.

Nesse sentido, a Secretaria Municipal de Educação reconhece a legitimidade de múltiplas dinâmicas formas de expressão de identidades, práticas sociais e formas de saber até agora estigmatizadas em função da lógica heteronormativo. Além disso, o município precisa promover políticas e atitudes didático-pedagógicas, voltadas a garantir igualdade de direitos e de oportunidades a todos os indivíduos e grupos, independentemente de suas diferenças. A tarefa do Ministério da Educação é fazer com que a sua implementação, a médio e longo prazo, promova o enraizamento dessa agenda de enfrentamento ao sexismo e à homofobia nos sistemas de ensino e na sociedade. Em curto prazo é indispensável atuar de forma coerente e consistente, sobre as ações já em curso, visando a superar concepções limitadoras em que corpos, sexualidades, gêneros e identidades são pensados a partir de pressupostos disciplina do heteronormativo e essencialistas.

Diante disso, o município precisa introduzir e garantir a discussão de gênero e diversidade sexual na política de valorização e formação inicial e continuada dos (as) profissionais da educação, Visando o combate ao preconceito e à discriminação de pessoas. Quanto às estratégias trabalhadas no município tem acontecido de forma pontual somente nos momentos que surge a necessidade, convoca profissionais que tem mais habilidades para expor sobre o tema através de palestras e bate-papo.

2.8.3 Educação Ambiental

Outra temática que demanda atenção e organização no currículo escolar é Educação Ambiental, pois a mesma assume uma perspectiva mais abrangente, não se



restringe apenas à proteção e ao uso sustentável de recursos naturais, mas incorpora fortemente a proposta de construção de sociedades sustentáveis.

A constituição Federal no capítulo VI, Do Meio Ambiente no Art. 225. "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações". No parágrafo VI, incube ao poder público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

Assim, a Educação Ambiental deve ser tratada através do processo pedagógico participativo permanente para incutir uma consciência crítica sobre a problemática ambiental, estendendo à sociedade a capacidade de captar a gênese e a evolução de problemas ambientais.

A Educação Ambiental tornou-se lei em 27 de abril de 1999. A Lei nº 9.795, em seu art. 2º, afirma: "A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal" (BRASIL, 1999). No município observamos algumas incoerências acerca da temática, pois em algumas escolas foram implantadas na base diversificada a disciplina de Educação Ambiental, desconsiderando o princípio da transversalidade pois, trata de um assunto de tamanha importância que o seu isolamento em uma só disciplina poderia não surtir o efeito esperado. O tema ambiental é de uma transversalidade tão presente que não há sequer uma disciplina que não o aborde. A educação ambiental tratada por uma só disciplina causaria uma confusão para decifrar os conteúdos e objetivos que perpassa pelas demais disciplinas.

Considerando a importância da temática ambiental e a visão integrada no mundo, o município precisa rever as práticas que já têm implantadas, buscando alternativas que assegurem a efetividade da transversalidade no currículo, contextualizados com a realidade da comunidade, considerando a Educação Ambiental um processo contínuo e cíclico. Faz-se necessário garantir, como componente essencial no processo de formação continuada com uma abordagem direcionada para a resolução de problemas, pois o debate ambiental não foi internalizado plenamente, nem como disciplina, nem como eixo articulador dos currículos dos cursos de formação de



professores. O PPP - Projeto Político Pedagógico do município aborda a temática de forma bem resumida apenas acerca dos cuidados com o Meio Ambiente, também acontece discussões sobre o tema de forma pontual em datas comemorativa como: o dia do meio ambiente e dia da árvore. O município ainda não estabeleceu na legislação local projetos e programas de Educação Ambiental, porém já está em andamento o TAC. Termo de Ajustamento de Conduta de Educação Ambiental, contudo a Secretaria de Educação tem feito um trabalho em parceria com a Secretaria de Educação Ambiental, com implantação do projeto “Escola Mais Verde” em todas as escolas da rede. Outro aspecto concernente à temática, que o município já garante quanto a Política Pública é a compra de merenda das escolas públicas procedentes da agricultura familiar, tendo como critério de divulgação a chamada pública nos meios de comunicação local, diário oficial estadual e da união e cadastro de produtores da agricultura familiar priorizando os agricultores familiares locais. Vale ressaltar a importância do conhecimento de fatores socioculturais e o envolvimento da comunidade no processo, devendo-se observar a valorização das práticas tradicionais de produção sustentável.

É essencial o desenvolvimento de programas informativos sobre educação ambiental para os agricultores locais fazerem bom uso destes recursos, sobretudo à água. O objetivo é resgatar o modo tradicional dessa agricultura, que tem o produtor como principal protagonista de todo o processo e, como resultado final, a produção de alimentos orgânicos para servir as escolas da rede. É essencial a parceria das Secretarias de Educação, Meio Ambiente as escolas da rede, com a finalidade de implantar projeto agroecológicos como: hortas, arborização com plantas nativas e frutíferas, conferências, seminários, palestras e mutirões, essas ações tem provocado no educando reflexão, sensibilização e identidade com as questões ambientais da comunidade local.

2.9 RECURSOS FINANCEIROS PARA A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO

O financiamento da Educação Básica justifica-se não só pela prioridade conferida à Educação pela Constituição, mas também como condição de gestão mais eficaz uma vez que o fluxo regular de recurso permite o planejamento. Nos municípios mais pobres, ainda é muito grave o grau de dependência nos recursos transferidos, sobretudo com a



oscilação do FPM (Fundo de participação dos Municípios. Os principais impostos municipais são de base Urbana ITBI,(Imposto sobre a Transmissão de bens imóveis), ISS (Imposto sobre Serviços) IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano), sendo o Município de América Dourada de potencial agrícola com maior parte de sua população no Campo fica reduzida a capacidade de gerar Recursos Próprios Financeiros estando submetido as transferências Constitucionais Federais.

Quando se discute financiamento é preciso ter em mente que o que se almeja é financiar um Ensino de qualidade. Daí a importância de estabelecer fundamentos através de Leis orçamentárias que elegem os princípios básicos do Orçamento Público. Assim, buscou-se as leis municipais que norteiam a estrutura administrativa e financeira PPA(Plano Plurianualde Investimentos), Lei Municipal nº285 de 14 de Dezembro de 2009 para o período de 2010 a 2013.O Plano Nacional de Educação Lei 13005/2014 no seu Art. 10. Determinaque o plano plurianual deverão estar de acordo com as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PNE e com os respectivos planos de educação, a fim de viabilizar sua plena execução.Contrariando os princípios da supremacia do interesse público à publicidade não foi localizado a LOA (Lei Orçamentária Anual) e LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) revelando que não houve participação direta da sociedade no processo de elaboração e efetivação referente aos anos anteriores.

A tabela abaixo Comprova que os recursos transferidos no período de 2009 a 2012 para Alimentação Escolar e Transporte Escolar com um valor crescente em 2012atenderam a demanda do município.

Tabela 32. Outras receitas com o setor educacional do município de America Dourada, administradas pela prefeitura (2010/2013)

Ano	Alimentação escolar	Transporte Escolar	Convênios	Outras receitas	Total
2010	300.960,00	141.926,40			442.886,40
2011	274.800,00	168.929,28			443.729,81
2012	456.384,00	156.629,81			613.031,81



2013	447.606,00	115.940,10	347.810,46	911.356,56
------	------------	------------	------------	------------

Fonte: Secretaria Municipal da Educação / Secretaria da Administração/
Prefeitura Municipal, 2014.

A tabela acima revela que a receita repassada ao município para Alimentação Escolar acompanha a evolução da matrícula, com valores equilibrados em 2012 e 2103. Enquanto que o Transporte Escolar permaneceu estável entre 2010 e 2012 com um decréscimo em 2013.

Tabela 33. Recursos aplicados em educação pelo governo municipal de América Dourada, por nível ou modalidade de ensino (2010/2013)

Ano	Ed. Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	EJA	Outros	Total
2010	81.700,00	4.258.003,94		88.450,20	2.766.397,43	7.107.101,37
2011	574.120,96	5.195.655,16		699.569,16	2.510.880,85	8.280.666,97
2012	1.402.801,10	4.973.988,06		598.470,24	3.236.596,10	9.613.385,86
2013	3.132.267,71	8.248.387,01		1.108.633,98	361.551,80	12.850.878,55

Fonte: Secretaria Municipal da Educação Secretaria da Administração Prefeitura Municipal, 2015. SIOPE

Percebe-se através da tabela que de 2010 a 2013, houve um investimento significativo de aplicação dos recursos na Educação Infantil e um equilíbrio na aplicação do Ensino Fundamental, entre 2010 a 2012. Sendo que em 2013 o aumento foi significativo neste nível. Na Educação de Jovens e Adultos percebe-se que os investimentos formam relevantes com reajustes ano a ano.

Assim, torna-se necessário conhecer as despesas com educação no município, por categoria econômica e elemento de despesa, favorecendo a identificação de lacunas



e insuficiências de recursos para atendimento às prioridades, assim como para a busca de equilíbrio no planejamento em longo prazo e nos próximos orçamentos.

Tabela 34. Despesas com educação do município América Dourada por categoria e elemento de despesa (2010/2013)

Ano	Despesas correntes			Despesas de capital			Total
	Pessoal	Mat. Consumo	Subtotal	Obra e Instalações	Equipamentos	Subtotal	
2010	5.900.042,00	147.900,00		747.900,00			7.544.942,00
2011	6.504.000,00	250.000,00		863.000,00			7.643.000,00
2012	9.210.678,02	59.387,00		1.775.180,00			11.323.742,70
2013	9.543.188,96	801.327,53		877.273,84			11.221.790,33

Fontes: Secretaria Municipal da Educação Secretaria da Administração Prefeitura Municipal (2014).

A tabela retrata que as despesas com pessoal em 2010 e 2011 houve um equilíbrio, no entanto em 2012 e 2013 ocorreu um significativo aumento em despesas com pessoal. Em relação ao material de consumo em 2012 a diferença foi acentuada, enquanto que em 2013 a diferença foi relevante em relação a 2010 e 2011, em se tratando de obras e instalações percebe-se um aumento gradativo nos anos de 2010, 2011 e 2013 e uma despesa bastante elevada em 2012.

Tabela 35. Receita e aplicação dos recursos recebidos do FUNDEB no Município de América Dourada em (2010/2013)

Ano	Total recebido	Aplicação		
		Salário dos professores	Capacitação dos leigos	Gastos com MDE



2010	7.107.315,86	4.258.003,94		2.645.538,24
2011	8.650.556,16	5.769.786,12		3.238.680,28
2012	9.865.733,08	6.376.790,16		3.416.102,16
2013	9.414.116,34	8.451.173,46		1.252.753,00

Fonte: Secretaria da Administração e ou Fazenda do Município, 2014.

Nota-se que os repasses para o município através do FUNDEB foi crescente neste período bem como, foi crescente a aplicação das despesas com os professores. No entanto, comparando-se 2012 com relação à previsão orçamentária de 2013 foi constatado um decréscimo no valor de R\$ 534.577,78 haja vista, que a previsão atual é de R\$ 9.331. 155,30. Em relação ao MDE (Manutenção do Desenvolvimento do Ensino) os gastos forma equivalentes ao montante recebido com exceção de 2013 o qual houve uma queda acentuada na aplicação.

A tabela 35 ajuda a traçar o demonstrativo de recursos recebidos e sua aplicação.

Tabela 36. Aplicação no Ensino Fundamental – Exercício 2013 (Em R\$)

Dos recursos		Da aplicação	
Receita de imposto e transferências	25% da receita de impostos e transferências	Total aplicado em educação	% aplicado
4.777.221,31	4.752.244,51	2.919.465,61	24,68%

Fonte: Tribunal de Contas dos Municípios, 2014

Verifica-se na tabela que a aplicação obrigatória dos 25% está de acordo como exige a lei para os gastos em Educação pelo município.

Tabela 37. Recursos da Educação no PPA (2010/2013)

ANOS	Previsto em R\$	Programa\projetos\atividades educacionais	Total utilizado
2010	10.655.000,00		10.655.000,00
2011	12.437.000,00		12.437.000,00
2012	13.502.000,00		13.502.000,00



2013	14.574.000,00	14.574.000,00
------	---------------	---------------

Fonte: Prefeitura Municipal, 2014.

Percebe-se através da tabela que os dados apresentados no PPA que os recursos do município entre 2010 a 2012 foram crescentes de forma equilibrada, no entanto, não identificamos a previsão para 2009, bem como para os programas, projetos e atividades educacionais.

Sendo assim, o gestor atual conhece e recorre à Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, que trata e regula o acesso às informações sempre que necessário e tem buscado cumprir a lei através da participação popular nas Audiências Públicas. No entanto, a participação da sociedade ainda é tímida nas audiências realizadas sendo necessária uma maior mobilização social através dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social e Sociedade Civil Organizada. Neste sentido a Secretaria da Educação tem buscado através do Programa Formação pela Escola apropriar-se dos procedimentos e das responsabilidades pela realização de despesas, aquisição de materiais de transferências vinculados à Educação.

Entende-se que o financiamento da educação deve atender o que preconiza a legislação para o enfrentamento de problemas cruciais, tais como: acesso, permanência e aprendizagem com sucesso, neste sentido a Secretaria de Educação do Município tem-se limitado a orientar as escolas a usar devidamente o que financiado pelos programas do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). A atual equipe da Secretaria de Educação participou da elaboração do orçamento público que compreende o período de 2014 a 2017 através do PPA em que são expressos a previsão de arrecadação das receitas e o planejamento de sua alocação nos programas e ações que serão implementadas pela administração pública para atender às necessidades da coletividade percebendo que este importante documento de ordenação dos recursos para Educação deverá estar atento a Meta 20 a qual é ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.



3. DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME

3.1 DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DA EDUCAÇÃO

O Plano Nacional de Educação (PNE) é uma peça formal de planejamento. É previsto pela Carta Magna para ser elaborado sob reserva de lei (Art. 214, CF). É a Constituição que determina que institui ao PNE definir os termos da distribuição de recursos públicos para educação, com prioridades para o ensino obrigatório (art./212, § 3º).

O PNE conviverá, na esfera federal e Municipal com três planos plurianuais (PPA) e dez leis de Diretrizes Orçamentária (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Assim, há previsão no projeto no sentido de que: “O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão ser formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PNE e com os respectivos planos de educação, a fim de viabilizar sua plena execução” (BRASIL, 1988).

Após a construção do texto analítico e da análise situacional e da educação do Município de América Dourada inicia-se o processo de elaboração das diretrizes, metas e estratégias, conforme a estrutura balizada na LEI Nº 13.005, DE 25 JUNHO DE 2014.

Assim, apresentamos o conceito de diretriz, o que nos remete ao significado de rumo, direção ou caminho. Traduzindo para o que compete ao documento do plano municipal da educação, sendo o percurso a ser escolhido e trilhado pelos atores sociais locais: educandos, educadores, professores, gestores, comunidade e sociedade civil organizada para o desenvolvimento das políticas de educação municipal, que transformam suas escolhas em procedimentos e indicações para os gestores públicos responsáveis pela execução desta política pública.

As diretrizes segundo BORDIGNON (2011) constituem as orientações, mais especificamente as definições normativas, para seguir o caminho definido pelas políticas. Estabelecem a direção da caminhada, os grandes parâmetros, princípios e critérios da ação governamental. Assim, podem ser definidas como os compromissos que o município deve assumir ao escolher determinados campos de ação, conforme a



relevância dos problemas detectados no levantamento situacional, bem como a priorização de como resolvê-los.

As metas são os passos a serem desenvolvidos na caminhada, o quanto se pretende caminhar, aonde chegar a determinado tempo. As metas dizem respeito à maneira que escolhemos para chegar ao resultado esperado.

Compreendendo que a meta deve ter um conteúdo quantitativo e mensurável e deve ser enunciada focalizando, exatamente, o resultado de que se espera alcançar. As metas neste capítulo representam um conjunto articulado de resultados, cujo intuito é alcançar uma situação estratégica desejada, conforme definido pelos objetivos a que se refere.

Algumas características que se procurou enfatizar e apresentar nas metas foram: relacionar claramente a um problema que se quer resolver, identificado no levantamento situacional, especificando-as, sem ambiguidade tornando-as mensuráveis, ou seja, quantificáveis. As metas ainda são realistas, isto é, estão na esfera de possibilidades da Secretaria, em termos humanos e materiais e possuem um prazo para execução.

Vale ressaltar que as metas devem ser bem definidas, com objetivo claro, um resultado único e suas fronteiras ultrapassam, geralmente, os limites de uma área ou setor. Ainda na perspectiva de BORDIGNON (2011), *as estratégias definem o como e com o que caminhar como superar ou contornar os obstáculos, as limitações para atingir os objetivos e suas metas*. As estratégias têm vida, relativamente, longa e são de natureza, principalmente, qualitativa, devendo ser convertidas em metas (sempre quantitativas) e definições de responsabilidade. As estratégias devem ser suficientemente amplas para englobar o que se deseja fazer em termos táticos (planejar ações) com relação a cada objetivo.

Vale destacar, que se consultou no processo de construção das diretrizes, metas e estratégias o Plano de Ações Articuladas (PAR), 2011-2014, do município, haja vista que esse fortalece a cultura do planejamento, tem como centralidade o alcance das metas do desempenho projetadas no IDEB e a mobilização da comunidade por meio da Equipe Local e Comitê Local para melhoria da aprendizagem dos estudantes. Deve, também, consultar as ações vinculadas ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Decreto nº 6.094/2007, que versa sobre as vinte e oito diretrizes para a educação.



3.1.1 DIRETRIZES

As diretrizes do PME de América Dourada comungam da mesma ideia das diretrizes do PNE 2011/2020 da PLC 103/2012, às quais estão descritas a seguir:

I – erradicação do analfabetismo;

II – universalização do atendimento escolar;

III – superação das desigualdades educacionais;

IV – melhoria da qualidade do ensino;

V – formação para o trabalho;

VI – promoção da sustentabilidade socioambiental;

VII – promoção humanística, científica e tecnológica do país;

VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto;

IX – valorização dos profissionais da educação; e

X – difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação.

3.1.2 METAS E ESTRATÉGIAS

Meta 01:

Garantir o atendimento a 100% das crianças de quatro e cinco anos até 2016 e ampliar o atendimento das de zero a três anos em 50%, em período integral ou parcial, até o final da vigência deste PME.

Estratégias:

1.1 Realizar estudos sobre custos da Educação Infantil com base nos parâmetros de qualidade, com vistas a melhorar a eficiência e garantir a universalização do atendimento;

1.2 Fazer levantamento de demanda de crianças que ainda não estão matriculadas;



- 1.3 Viabilizar junto ao Programa específico do FNDE /MEC ações que visam ampliar as unidades de Educação Infantil;
- 1.4 Planejar com a secretaria de obras a ampliação e adequação dos espaços das escolas de zona rural que atendem turmas de Educação infantil;
- 1.5 Ampliar a oferta de matrículas em creches e pré-escolas, por meio de campanhas em parceria com a assistência social e secretaria de saúde;
- 1.6 Assegurar junto aos setores responsáveis que todos os loteamentos aprovados sejam informados à Secretaria Municipal da Educação para planejamento e atendimento adequado à demanda;
- 1.7 Construir até o final de vigência deste plano 01 (uma) unidade de Educação Infantil que atenda crianças de 0 a 5 anos, no Bairro de Nova América, na Sede, nos distritos de Belo Campo e Panema;
- 1.8 Ampliar e adequar os 2 (dois) espaços da unidade de educação infantil do distrito de Soares até 2019 para atender crianças de 4 a 5 anos;
- 1.9 Assegurar, em conjunto com o Conselho Municipal de Educação e outras Secretarias, o cumprimento dos padrões mínimos estabelecidos para o funcionamento adequado das instituições de Educação Infantil pública e privadas em relação às instalações físicas, adequação às características das crianças com necessidades especiais, ambiente interno e externo, mobiliário, materiais pedagógicos e brinquedos;
- 1.10 Viabilizar através da parceria com FNDE ou recursos próprios a construção de uma creche na sede do Município;
- 1.11 Adequar os espaços das Escolas Distritais da Sede, Soares, Belo Campo e Lagoa dos Borges, até o final 2018, para atender as demandas da faixa etária de acordo com os Parâmetros Nacionais de Infraestrutura;
- 1.12 Enviar relatório a setor responsável e ao gestor solicitando viabilidade para adequação dos espaços;
- 1.13 Elaborar as Diretrizes Curriculares Municipais de Educação Infantil até 2017.
- 1.14 Buscar parcerias com Institutos e Especialistas em Educação Infantil para apoiar na elaboração das Diretrizes Curriculares Municipais e Propostas Pedagógicas das Instituições que atendem crianças de 0 a 5 anos;



- 1.15 Incentivar a elaboração das propostas Pedagógicas em todas as Instituições que atendam crianças de 0 a 5 até 2018, de acordo com as especificidades (Escolasquilombolas e do Campo);
- 1.16 Promover seminários e fóruns com a participação de todos os profissionais de Educação infantil para discussão e elaboração das Diretrizes Municipais e Propostas Pedagógicas, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil;
- 1.17 Realizar seminários para discussões e elaboração de documentos que possam apoiar a transição: Creche/ Pré-escola e Educação Infantil /Ensino Fundamental I, respeitando as especificidades setárias e a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças;
- 1.18 Fazer levantamento de vagas, de profissionais considerando as demandas existentes e projeção futura de matrículas;
- 1.19 Aperfeiçoar o processo de admissão dos novos profissionais que atuarão na Educação de acordo com a LDB e normas complementares.
- 1.20 Realizar concurso público para provimento de vagas para agentes de serviço, merendeiras, porteiros e professores até 2017 para atender as demandas das unidades de Educação Infantil;
- 1.21 Realizar concurso público para substituir os professores auxiliares contratados por professores concursados com habilitação mínima conforme consta na LDB, considerando o número de alunos por adulto, de acordo com a legislação até o final da vigência desse Plano.
- 1.22 Garantir formação continuada anualmente para os profissionais que atuam na Educação Infantil, iniciando em 2015;
- 1.23 Fazer levantamento das demandas de formação junto aos diretores e coordenadores das Instituições;
- 1.24 Buscar parcerias com Institutos que promovam formação continuada específica para Educação Infantil para todos os profissionais que atuam nas Instituições a partir de 2016;
- 1.25 Estabelecer parcerias com Universidades a partir 2015, garantindo a participação de 100% professores e equipes gestoras que atuam na Educação Infantil em programas de pós-graduação, até o final da vigência deste plano;



- 1.26 Promover melhorias nos espaços físicos nas unidades de Educação Infantil adquirindo mobiliário e brinquedo adequado nas escolas públicas até 2020;
- 1.27 Buscar apoio através de programas do Governo Federal para a aquisição de mobiliário adequado;
- 1.28 Incluir no Plano Plurianual, recursos para a aquisição de mobiliário para implantação de refeitórios nas escolas públicas da educação infantil;
- 1.29 Incluir no Plano Plurianual, recursos para a aquisição de brinquedos de qualidade, adequados para cada faixa etária das Instituições de Educação Infantil, fazendo reposições a cada ano;
- 1.30 Assegurar condições para que as creches e escolas municipais disponham de acervo bibliográfico diversificado (teóricos e literaturas) a partir de 2016 fazendo reposições anuais;
- 1.31 Viabilizar via ações do FNDE a implantação de laboratórios de informática através das unidades de educação infantil através de programas disponíveis;
- 1.32 Garantir cardápio diversificado em 100% das creches, para que atendam as necessidades nutricionais diárias de cada faixa etária, oferecendo no mínimo duas refeições para as crianças da educação infantil que permanecem em tempo parcial, e no mínimo três refeições para as que permanecem em período integral conforme Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013,
- 1.33 Realizar o diagnóstico e o acompanhamento do estado nutricional dos estudantes;
- 1.34 Fomentar o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando às comunidades tradicionais quilombolas e do campo;
- 1.35 Planejar, elaborar, acompanhar e avaliar o cardápio da alimentação escolar de acordo com a cultura alimentar, o perfil epidemiológico da população atendida e a vocação agrícola da região, acompanhando desde a aquisição dos gêneros alimentícios, o preparo, a distribuição até o consumo das refeições pelos escolares;
- 1.36 Coordenar e realizar, em conjunto com a direção e com a coordenação pedagógica da escola, ações de educação alimentar e nutricional;
- 1.37 Garantir transporte adequado que ofereça segurança a todas as crianças de acordo com as necessidades de cada localidade até 2023;



- 1.38 Capacitar todos os motoristas e contratar monitores que acompanhem as crianças durante o transporte residência/creche, a partir de 2016;
- 1.39 Estabelecer critérios para contratação de motoristas que acompanham crianças de Educação Infantil;
- 1.40 Firmar parceria com a secretaria de saúde municipal para implantar programas de prevenção de doenças e saúde bucal para atendimento de todas as crianças das instituições de Educação Infantil pública a partir de 2016;
- 1.41 Capacitar os profissionais das instituições de Educação Infantil de forma a garantir o atendimento educacional especializado em classes regulares e salas de recursos multifuncionais a partir de 2016.

META 02:

Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste plano.

Estratégias:

- 2.1 Analisar os dados do censo escolar por escola;
- 2.2 Estudar documentos da base legal que sustentam as ações a serem executadas.
- 2.3 Oferecer formação permanente aos professores em horário de Atividade Complementar para buscar superação dos índices;
- 2.4 Desenvolver a partir da publicação desse Plano, programas de atendimento diferenciado para os alunos com defasagem idade/série com a participação do CME, SME e escolas;
- 2.5 Elaborar e implementar as Diretrizes Curriculares para o ensino de nove anos;
- 2.6 Assegurar o atendimento da demanda do ensino fundamental garantindo o acesso, permanência e a afetiva aprendizagem dos alunos a partir da data de aprovação desse plano;
- 2.7 Discutir coletivamente os indicadores de qualidade (reprovação e evasão) buscando planejar ações com vistas a melhoria da qualidade do ensino (tanto nos pequenos grupos nas escolas como em discussões mais amplas em nível municipal);
- 2.8 Pesquisar as causas da evasão escolar buscando soluções para os problemas centrais;



- 2.9 Promover aulas de apoio Pedagógico Complementar aos alunos em distorção idade série e com dificuldades de aprendizagem envolvendo comunidade escolar;
- 2.10 Garantir transição dos alunos nas mudanças entre os segmentos garantindo espaços, mobiliário e tempos adequados a sua faixa etária;
- 2.11 Construir e sistematizar a Proposta Curricular da rede contemplando todos os Segmentos e modalidades de ensino assim definir as expectativas de aprendizagens necessárias para cada ano/série tornando-a conhecida de todos os profissionais da Educação no prazo de dois anos a partir da provação do PME;
- 2.12 Cumprir o que determina a resolução nº 08/2012 CNE/CEB que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola até 2017;
- 2.13 Mobilizar a sociedade através de Audiência Pública e comunidades reconhecidas como remanescente de quilombos para discutir a efetivação da referida resolução;
- 2.14 Encaminhar Projeto de Lei á Câmara Municipal de vereadores para legitimar o cumprimento da Lei;
- 2.15 Elaborar a proposta curricular do Município até 2018 contemplando a Educação Quilombola;
- 2.16 Universalizar até 2018 o atendimento a 60% dos estudantes das comunidades quilombolas em classes seriadas com base na idade;
- 2.17 Organizar as turmas em classes regulares nas próprias comunidades ou nuclear onde houver necessidade de atender a demanda;
- 2.18 Efetivar o Dia 20 de Novembro como dia de Mobilização da Consciência Negra;
- 2.19 Assegurar um Projeto Político Pedagógico a Cultura dos remanescentes de Quilombola embasados na Lei 10.639/03;
- 2.20 Fazer um levantamento das organizações estudantis e conselhos escolares que atuam nas unidades escolares;
- 2.21 Proporcionar a participação da comunidade escolar na gestão e na melhoria das condições de funcionamento das Unidades Escolares, para o fortalecimento das organizações estudantis e dos conselhos escolares, como espaço de cidadania;
- 2.22 Promover o fortalecimento das organizações estudantis como Grêmios e conselhos escolares até 2017;
- 2.23 Assegurar que as Unidades Escolares do Ensino Fundamental elaborem, implementem e divulguem seus Projetos Políticos Pedagógicos até 2016;



2.24 Proporcionar e incentivar a efetiva participação dos profissionais, que atuam no Ensino Fundamental, pais ou responsáveis dos alunos, na construção do Projeto Político Pedagógico nas Unidades Escolares em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais;

2.25 Integrar aos Projetos Político-Pedagógicos temas transversais adequados à realidade das Unidades Escolares;

2.26 Organizar os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas da Rede Municipal de acordo com os interesses e necessidades das comunidades escolares, com as Diretrizes Curriculares Nacionais e demais dispositivos legais;

2.27 Promover e incentivar a participação efetiva da comunidade escolar em todos os processos decisórios, bem como na construção e revisão do Projeto Político-Pedagógico, nos termos da legislação vigente;

2.28 Disponibilizar o Projeto Político-Pedagógico da escola à comunidade escolar, garantindo a transparência e permitindo o acompanhamento da implementação de todo o processo.

META 03:

Universalizar até 2016 o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Estratégias:

3.1 Estabelecer parceria com o Estado para estender a oferta do Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica;

3.2 Fomentar políticas de ampliação e oferta de vagas para atender as demandas;

3.3 Promover a busca dos alunos desta faixa etária que estão fora da escola em articulação com a escola estadual da sede do município, as secretárias de Assistência Social, Secretaria de Saúde e Conselho Tutelar;

3.4 Assegurar o transporte escolar em parceria com o estado, para os estudantes residentes no campo que se deslocam para a sede do município.

META 04:



Universalizar para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou super dotação, preferencialmente, na rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou comunitários nas formas complementar e suplementar, em escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Estratégias:

- 4.1 Garantir atendimento especializado aos estudantes portadores com necessidades especiais para toda rede até o final da vigência deste plano;
- 4.2 Adequar os espaços das escolas municipais tornando-os acessíveis as crianças com necessidades especiais, até o final da vigência desse Plano;
- 4.3 Fazer levantamento das crianças com problemas de aprendizagem e PNEE;
- 4.4 Realizar formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado (escolas urbanas, do campo e de comunidade quilombola);
- 4.5 Adquirir materiais didático, pedagógicos e brinquedos para 100% das escolas/creches municipais de acordo com as demandas de crianças especiais declaradas no Censo;
- 4.6 Fazer o levantamento no município da quantidade de crianças, jovens e adultos portadores de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, não declarados no educacenso para oferecer atendimento no CAEE
- 4.7 Implantar e implementar o Centro de Atendimento Educacional Especializado até 2018, onde houver necessidade;
- 4.8 Elaborar um Projeto de Lei para ser apreciado pelo Legislativo criando o Centro de Atendimento Educacional Especializado como uma política pública da educação;
- 4.9 Ampliar o atendimento aos estudantes portadores de necessidades especiais no CAEE até 2018;
- 4.10 Garantir o atendimento educacional especializado no CAEE para os estudantes do campo, disponibilizando o transporte adequado;
- 4.11 Garantir no CAEE parceria com as Secretarias de Saúde, Assistência Social através do SUAS Sistema único de Assistência Social com os seguintes profissionais Fisioterapeutas, Psicólogos, Fonoaudiólogos e Psicopedagogos.

**Meta 05:**

Alfabetizar todas as crianças no máximo até os oito (8) anos de idade do ensino fundamental.

Estratégias:

5.1 Assegurar a continuidade da formação continuada através do Programa do Governo Federal, Alfabetização na Idade Certa;

5.2 Fazer adesão a Programas Estadual e Federal que contemplem formação continuada para professores do 1º ciclo.

Meta 06:

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas de forma a atender pelo menos 25% dos (as) alunos(as) da educação básica.

Estratégias:

6.1 Ampliar a reforma dos espaços escolares para atender a demanda da Educação de Tempo Integral, dentro dos padrões mínimos de funcionamento;

6.2. Garantir investimentos nas escolas do campo localizadas em povoados, para atender educação em tempo integral.

Meta 07:

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias nacionais para o IDEB.

Estratégias:

7.1 Ampliar até 2018 a meta do IDEB do fundamental II de 3.6 para média nacional;

7.2 Implementar programas assegurando a formação continuada para a equipe gestora;

7.3 Promover a formação continuada dos professores por segmento e áreas afins;

7.4 Assegurar coordenador pedagógico por escola para assegurar a formação continuada, obedecendo o critério de Porte da escola;



- 7.5 Aprimorar o sistema de avaliação de aprendizagem dos alunos da rede pública municipal de ensino, de acordo com habilidades definidas para cada segmento;
- 7.6 Mapear as aprendizagens dos estudantes e dar tratamento específico às demandas detectadas, priorizando as habilidades com baixo índice de aprendizagem;
- 7.7 Fomentar ações para inovar as práticas pedagógicas na rede municipal que assegurem melhoria do fluxo escolar e proficiência dos alunos;
- 7.8 Criar instrumentos de autoavaliação das escolas, a fim de proporcionar melhorias da qualidade educacional;
- 7.9 Mobilizar as famílias e comunidade com o propósito de torná-las mais participativas no processo educacional;
- 7.10 Promover a articulação entre as secretarias de saúde, assistência social, cultura e esporte e meio ambiente, possibilitando melhores condições para o aprendizado dos alunos.

Meta 08:

Elevar a escolaridade média da população 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro anos), de modo a alcançar mínimo de 12(doze) anos de estudos, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE.

Estratégias:

- 8.1 Diminuir a taxa de analfabetismo até o final da vigência deste plano;
- 8.2 Mobilizar a comunidade e realizarcampanhas de combate ao analfabetismo;
- 8.3 Criar política de incentivo através do plano de carreira para retorno a escola os trabalhadores e trabalhadoras efetivos do município de nível alfabetizado;
- 8.4 Promover formação de professores para atender especificidades desta modalidade;
- 8.5Elaborar e implantar a proposta curricular da Educação de Jovens e Adultos no campo atendendo as peculiaridades locais;
- 8.6 Escolher livros adequados e/ou materiais contextualizados para atender as escolas do Campo.

**Meta 09:**

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2018 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Estratégias:

- 9.1 Reduzir taxa de analfabetismo até o final da vigência deste plano;
- 9.2 Formar uma comissão para elaborar a Proposta Curricular de alfabetização de jovens e adultos;
- 9.3 Adaptar o calendário às peculiaridades e a realidade do município;
- 9.4 Ampliar a oferta de vagas para jovens e adultos do campo nos programas de alfabetização dos Governos Estaduais e Federais;
- 9.5 Garantir a formação continuada para dos professores municipais que atuam nos programas de alfabetização de Jovens e Adultos;
- 9.6 Promover e implementar a formação continuada para professores e coordenadores dos programas de jovens e adultos;
- 9.7 Aderir ao Programa PRONATEC EJA para oportunizar a Educação Profissional até 2017;
- 9.8 Assegurar o acesso e uso dos recursos tecnológicos disponíveis nas Unidades Escolares para os Alunos da EJA.

Meta 10:

Oferecer no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de Jovens e Adultos, na forma integrada à Educação Profissional.

Estratégias:



- 10.1 Assegurar a oferta de matrículas dos alunos do município em cursos técnicos e profissionalizantes para Jovens e Adultos, através de programas dos governos federal e/ou estadual;
- 10.2 Buscar parceria com a Secretaria de Assistência Social para a oferta de cursos Profissionalizantes;
- 10.3 Fortalecer a parceria com Instituto Federal da Bahia viabilizando o deslocamento e apoiando os cursos oferecidos ao município;
- 10.4 Promover parcerias com a comunidade local através de projetos envolvendo o comércio de forma a contemplar os jovens aprendizes inseridos em cursos profissionalizantes.

Meta 13

Elevar a qualidade da Educação Superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do Sistema de Educação superior para 75%(setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35%(trinta e cinco por cento) doutores.

Estratégias:

- 13.1 Propor a oferta de Educação Superior através de parcerias com a União, Estado e Instituições privadas, disponibilizando cursos de graduação, extensão e pós- graduação para atender alunos egressos do ensino médio, até o final deste plano;
- 13.2 Estruturar uma casa de apoio para alunos do ensino superior do município de acordo com a demanda onde convier;
- 13.3 Estabelecer local para locação de uma casa para acolher alunos do ensino superior do município se houver demanda;
- 13.4 Criar o Fundo Municipal para atender a Lei nº 336/2013 para Ensino Superior do município;
- 13.5 Programar a Lei nº 336/2013 (Lei Bolsa Cidadã) que concede a estudantes universitários uma bolsa de estudo;
- 13.6 Firmar parceria com instituições Públicas e Privadas para Cursinho Pré- vestibular oferecidos na sede do município para alunos concluintes do Ensino Médio;
- 13.7 Garantir deslocamento aos estudantes que se deslocam para cursinho.

**META 14:**

Garantir a inserção dos temas transversais na Proposta Curricular da rede até o final de 2016, de acordo com as orientações previstas na LDB 9394/96 – Art. 26 A e a Lei 10.639/03 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais em todos os níveis de educação e modalidades, redefinindo os Projetos Políticos Pedagógicos e as práticas pedagógicas.

Estratégias:

- 14.1 Discutir e elaborar a proposta de inserção dos temas transversais no currículo escolar;
- 14.2 Promover formação dos profissionais e estudante das unidades escolares envolvendo os temas transversais contidos na proposta curricular;
- 14.3 Promover discussões sobre Educação Ambiental em todas as Modalidades de Ensino contemplando a concepção dos temas transversais até o final de 2016;
- 14.4 Assegurar efetividade da transversalidade em todas as áreas do conhecimento até o final de 2016;
- 14.5 Elaborar projetos que contemplem os temas transversais em todas as áreas;
- 14.6 Promover palestras e reuniões com a comunidade do entorno das escolas, a fim de propor ações para a melhoria das questões ambientais na sua localidade;
- 14.7 Ampliar e diversificar progressivamente o acervo das escolas relacionado aos temas transversais em diversos espaços educativos;
- 14.8 Envolver os diversos segmentos da sociedade organizada em debate referente a políticas de fortalecimento de educação ambiental, visando o desenvolvimento sustentável do município;
- 14.9 Promover nos espaços escolares, momentos de discussões sobre as questões ambientais, divulgando os conhecimentos produzidos sobre o tema;
- 14.10 Disponibilizar profissional que atenda as formações relacionadas à temática meio ambiente e outras específicas à transversalidades, até o final de 2016;
- 14.11 Elaborar cronograma específico para formações de educação ambiental;
- 14.12 Promover conferência, projetos, seminários e fóruns que ajudem a envolver a sociedade em debates concernentes a transversalidade;



14.13 Promover ações no âmbito municipais de respeito à diversidade de gênero no espaço escolar;

14.14 Assegurar no Calendário Escolar o Projeto “Semana de Educação para a Vida” abordando temáticas sobre História e Cultura Afro-Brasileira e meio ambiente.

Meta 15:

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação e valorização dos (as) profissionais da educação, assegurando que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Estratégias:

15.1 Fortalecer a parceria do município com Universidades públicas e privadas oferecendo contrapartida com incentivos ao transporte;

15.2 Mapear a demanda de formação de professores da rede pública municipal, a fim de incentivar a matrícula em cursos de licenciaturas ofertados por instituições públicas ou privadas;

15.3 Implantar sistema de avaliação de aprendizagem dos servidores da educação da rede pública municipal de ensino, definindo padrões mínimos de qualidade.

Meta 16 - Formar em nível de pós-graduação 50% (cinquenta por cento) dos professores de educação básica, até o último ano de vigência deste PME e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando às necessidades, demandas e contextualizações do sistema de ensino.

Estratégias:

16.1 Assegurar uma política de formação continuada para os professores da Educação Básica;



16.2 Realizar diagnóstico para identificar as demandas para a formação continuada dos profissionais da educação, considerando as especificidades da função e do segmento de atuação;

16.3 Elaborar um plano de formação do município, sendo os recursos provenientes do salário – educação;

16.4 Estabelecer com a colaboração das Instituições de Ensino Superior e demais instituições, programas diversificados de formação continuada e de atualização, visando a melhoria do desempenho no exercício das funções correlatas ao ensino;

16.5 Garantir formação continuada por área de conhecimento/atuação dos profissionais do Ensino Fundamental (efetivos e temporários).

Meta 18:

Assegurar no prazo de 2(dois) anos, a existência de planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e para o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal , nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Estratégias:

18.1 Adequar o plano de cargos e salários às novas diretrizes até 2017, garantindo a manutenção da remuneração sem perdas de acordo com a sua função e carga horária;

18.2 Formar comissões para discutir e analisar propostas de adequação do Plano de Carreira e Remuneração da Rede Pública de Ensino em consonância com a Lei Federal nº. 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996, (LDB) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 11.494/2007 (FUNDEB), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação, Lei nº 11.738/2008 (PSPN) Piso Salarial Nacional dos Profissionais do magistério Público da Educação Básica, Parecer nº09 da CEB/CEN e Resolução nº02/2009 da CNE/CEB, Parecer nº18/2012 da CNE/CEB e legislação correlata;



- 18.3 Institucionalizar a política municipal de formação de professores e profissionalização dos funcionários da educação;
- 18.4 Implantar a formação continuada em serviço;
- 18.5 Elaborar, anualmente, o calendário de formação dos funcionários da educação;
- 18.6 Promover Políticas de melhoria da qualidade de vida do profissional da educação;
- 18.7 Criar programa em parceria com a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Ação Social de educação preventiva para todos os profissionais de educação;
- 18.8 Viabilizar Concurso Público específico por área até 2018 para atender a demanda da Rede;
- 18.9 Fortalecer os Conselhos Municipais de Educação e FUNDEB no início de vigência de PME para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica;
- 18.10 Assegurar que o Conselho Municipal de Educação e FUNDEB acompanharão a execução do Plano de Cargos e Salários de América Dourada;
- 18.11 Implantar política municipal de formação continuada para os profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério (porteiros, motoristas, guardas, merendeiras, agentes de limpeza da escola e outros), construída em parceria com outras secretarias e/ou entes federados.

Meta 19:

Assegurar condições no prazo de 2(dois anos), para efetivação da gestão democrática da educação associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e a consulta pública à comunidade escolar no âmbito das escolas públicas prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Estratégias:

- 19.1 Assegurar até 2016 o que estabelecem as leis municipais e a LDB nº9394/96 para gestão democrática das escolas da rede;
- 19.2 Organizar um debate para avaliar e discutir a alteração do Plano de Carreira, Cargos e Salários da Lei nº 242/2007 estabelecendo critérios técnicos de mérito e desempenho mediante consulta pública da comunidade escolar para eleições de gestores das escolas municipais;



19.3 Garantir que o processo de escolha de diretores das escolas da rede pública municipal de ensino, seja pelo sistema de eleição direta, envolvendo toda comunidade escolar e regulamentado através de ato legal próprio, previamente discutido com a Rede Pública Municipal, APLB Sindicato, Conselho Escolar, SME e o CME;

19.4 Definir na lei de criação do Sistema Municipal de Ensino, princípios de gestão democrática do ensino público, com a participação da comunidade;

19.5 Editar, pelo Sistema Municipal de Ensino, normas e diretrizes gerais desburocratizantes e flexíveis que estimulem a iniciativa e ação inovadora das instituições escolares;

19.6 Instituir, gradativamente, Conselhos Escolares ou órgãos equivalentes em todas as escolas de Ensino Fundamental, Creches e Escolas de Educação Infantil;

19.7 Apoiar tecnicamente as escolas, Creches e Escolas de Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino na elaboração e execução de suas propostas pedagógicas;

19.8 Incentivar os servidores da rede pública municipal de ensino da categoria das zeladoras, dos auxiliares de manutenção e dos vigias para ter como formação mínimao Ensino Fundamental - séries finais.

Meta 20:

Ampliar o investimento público em Educação Pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Estratégias:

20.1 Efetivar a arrecadação dos impostos municipais até o final de vigência deste plano;

20.2 Garantir o cumprimento da Lei municipal que trata do Código Tributário Municipal;

20.3 Utilizar os recursos da educação com eficiência e transparência, prestando conta a cada trimestre do ano à sociedade, durante toda a vigência do plano;

20.4 Garantir, entre as metas dos Planos Plurianuais vigentes no período de 2014 a 2021, a previsão do suporte financeiro necessário ao cumprimento das metas constantes no PME;



20.5 Apresentar o orçamento anual em Audiências Públicas, considerando a participação da sociedade no planejamento e a efetivação do percentual destinado a Educação.

4. Mobilização da Sociedade para a Elaboração do PME

O Grupo Colaborativo realizou momentos de estudos para reconhecimento das políticas nacionais e municipais de educação, bem como promoveu a participação de representantes dos diversos segmentos da sociedade civil no processo de elaboração do PME.

De acordo com Toro e Werneck

A mobilização social não é uma oportunidade de conseguir pessoas para ajudar a viabilizar nossos sonhos, mas de congregar pessoas que se dispõem a contribuir para construirmos junto um sonho, que passa a ser de todos (TORO; WERNECK, 2007, p. 39).



É importante ressaltar que a mobilização ocorreu com a participação da comunidade e da sociedade civil deliberando e atuando com uma finalidade comum, buscando quotidianamente resultados determinados por todos. Nesta mobilização, procurou-se especificamente tratar da construção e da legitimação do Plano Municipal de Educação. Mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhado (TORO; WERNECK, 2007, p. 13). A “participação supõe compromisso, envolvimento, presença em ações por vezes arriscadas e até temerárias” (DEMO, 1996, p. 19-20), em que é necessário deixar o comodismo de lado, superar a idéia de que é mais fácil receber as coisas prontas dos outros do que agir, devendo inteirar-se dos assuntos, desenvolvendo o capital social da comunidade e o empoderamento da mesma, influenciando decisões que são de interesse, de todos. Assim, a participação é o “caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo” (BORDENAVE, 1994, p. 16).

Sendo assim, o Grupo Colaborativo mobilizou os membros das Comissões Representativas para realizarem o estudo das trajetórias⁵ das metas disponível no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle – SIMEC, tomando como ponto de partida os dados oficiais do município e do estado, para projetá-los no decorrer da década.

Vale destacar que a trajetória de construção deste PME teve como finalidade apresentar ao município em que estágio se encontra, na perspectiva de estabelecer estratégias para atingir determinada meta em conformidade com as metas instituídas na Lei 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação.

Para isso, foram criadas Comissões Representativas de diversos segmentos da comunidade local, desempenhando um papel significativo na construção deste Plano Municipal de Educação, promovendo o aprofundamento e a consolidação das análises da situação sócio-educacional, o que conduziu a uma reflexão sobre os principais problemas e a definição de prioridades, diretrizes, metas e estratégias, bem como dos mecanismos de avaliação e acompanhamento da execução do PME.

⁵ Metodologia desenvolvida pela Secretaria de Articulação com o Sistema de Ensino – Sase/MEC. As trajetórias tomam sempre como base os dados oficiais, conforme recomenda o PNE Lei 13005/2014. A origem dos dados para o diagnóstico é o Censo Populacional do IBGE, o ano base é 2010. Quando se trata do Censo Escolar ou do Censo da Educação Superior, a base de dados é anual (SASE/MEC, p.12).



Esses representantes formam os porta-vozes da comunidade local na elaboração do PME. A maior contribuição foi no sentido de, nesse processo, ajustar o planejamento das ações às reais necessidades da população e legitimar as decisões a serem tomadas no processo de planejamento.

Assim, as atividades desenvolvidas, ocorreram de forma sistematizada, com planejamento prévio e, sobretudo, sob a orientação do Grupo Colaborativo, que prestou informações necessárias e forneceu o suporte básico para um melhor andamento do trabalho da Comissão Representativa.

5. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME

Para a efetivação dos resultados do Plano Municipal de Educação – PME no município de América Dourada faz-se necessário a mobilização e vontade política das forças sociais e institucionais, como também de mecanismos e instrumentos de acompanhamento e avaliação nas diversas ações a serem desenvolvidas, durante os dez anos de sua vigência.

A aprovação pela Câmara Municipal e o acompanhamento e a avaliação pela sociedade civil e política são fatores decisivos para que a educação produza a grande mudança no panorama do desenvolvimento educacional da inclusão social e da cidadania plena. Nesse processo, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e a Sociedade Civil Organizada desempenharão um papel essencial nessas funções. Assim, o conjunto das instituições envolvidas, sejam elas governamentais ou não, assumirá o compromisso de acompanhar e avaliar as diretrizes, as metas e as estratégias aqui estabelecidas.

Assim, após aprovação deste PME, o Conselho Municipal de Educação e a Comissão de Educação da Câmara acompanharão o processo de implantação, consolidação, avaliação e acompanhamento do PME, por meio de registros, sistematização e análise das estratégias, realizando levantamentos periódicos dos resultados alcançados e o replanejamento das ações, com o apoio, assessoramento técnico e financeiro da Secretaria Municipal de Educação.

Portanto, a primeira revisão acontecerá extraordinariamente no primeiro ano após a sua aprovação e nos anos subsequentes serão realizadas reuniões a cada dois para o



acompanhamento e avaliação com base nos indicadores utilizados na elaboração e planejamento estratégico, voltados à análise de aspectos qualitativos e quantitativos do desempenho do PME, para garantir o cumprimento das estratégias, assegurando que os objetivos propostos sejam alcançados.

Ao final dessas reuniões de avaliação e acompanhamento, o Conselho Municipal de Educação e a Comissão de Educação da Câmara produzirão um relatório avaliativo divulgando os resultados para a comunidade.



REFERÊNCIAS

BAHIA, Secretaria da Educação. **Plano Estadual de Educação da Bahia**/Secretaria da Educação. Salvador: SEC, 2006.

BONAVIDES, Paulo. **Teoria Constitucional da Democracia Participativa** (Por um direito constitucional de luta e resistência; Por uma nova hermenêutica; Por uma repolitização da legitimidade). 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

BORDENAVE, Jan E. Díaz. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: 2007./MEC/SEB.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro: FAE, 1989.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Documentos norteadores para elaboração de Plano Municipal de Educação (PME)** – 2. ed. atual. Elaboração Clodoaldo José de Almeida Souza. – Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2007.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **pradime**: (Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação). Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006.

_____. Ministério da Educação. Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília. DF, 2001



_____. Ministério da Educação e do Desporto. Lei 9.394, 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília. DF: Congresso Nacional, 1996.

_____. Ministério da Educação. **ProjetoLei nº 8.035/2010 PNE 2011-2020**, Disponível em: <http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pne_projeto_lei1.pdf>. Acesso em: 20 de abril de 2012.

_____. Ministério da Educação. **ProjetoLei da Câmara 103/2012**, disponível em: <<http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pne_projeto_lei1.pdf>> Acesso em: 20 abril 2012.

_____. **RCNEI** - Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas / Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998, p. 24.

_____. Estatuto do Índio na **Lei nº 6001 – Art. 1º de 19 de dezembro de 1973**. In. Legislação Indigenista Brasileira e Normas Correlatas – Brasília: funai / dedoc, 2002.

_____. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 20 fev. 2013.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

HERMANY, Ricardo. **(Re) Discutindo o espaço local**: uma abordagem a partir do direito social de Gurvitch. Santa Cruz do Sul: edunisc; IPR, 2007.

MARES GUIA, João Batista. **Para fazer o plano municipal decenal de educação 2005-2014**: planejamento participativo e interativo da educação. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2005.



MONLEVADE, João Antonio. **Fazer para acontecer**. Brasília. Idea. 2002. Portal do Inep
Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>>. Acesso em: 04fev. 2012.

OLIVEIRA, Miguel Darcy de. Sociedade civil e democracia: novos processos de participação e transformação social. In: CARDOSO, Ruth (et al.). **Sociedade civil, democracia e desenvolvimento: ideias e experiências em debate**. São Paulo: Marca D'Água, 2006, p. 21. Disponível em <http://www.comunitas.org.br/files/u1/livro_Nova_Visao_port.pdf>. Acesso em 21 jul. 2009.

PRADEM. Programa de Apoio ao Desenvolvimento da educação Municipal. **Plano Municipal de Educação: Subsídios para elaboração**. Séries Documentos, 3. PRADEM – Salvador: UFBA; FCM; Fundação FORD, agosto de 2004.

SAVIANI, Demerval. **Revista Brasileira de Educação**. V. 15 n. 44 maio/ago. 2010.

SILVA, Maria Abádia, **Cadernos Cedes**. Campinas, V. 29, n. 78, p. 216-226, maio/ago. 2009.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.